



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES - CCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL - PPGPS
GRUPO DE PESQUISA EM COMPORTAMENTO POLÍTICO - GPCP

TODA MULHER NA POLÍTICA ME REPRESENTA?
NORMATIVIDADE E IDEOLOGIA NO APOIO A UMA CANDIDATA

LUIZA LINS ARAÚJO COSTA

João Pessoa- PB

Março, 2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES - CCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL - PPGPS
GRUPO DE PESQUISA EM COMPORTAMENTO POLÍTICO - GPCP

TODA MULHER NA POLÍTICA ME REPRESENTA?
NORMATIVIDADE E IDEOLOGIA NO APOIO A UMA CANDIDATA

Tese de Doutorado apresentada pela discente Luiza Lins Araújo Costa ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba - UFPB (Brasil), como requisito para a obtenção do título de Doutora em Psicologia Social.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Raquel Rosas Torres.

Coorientador: Prof. Dr. José Luis Álvaro Estramiana.

Leitor interno: Prof. Dr. Júlio Rique Neto.

Leitor externo: Prof. Dr. Anderson Mathias Dias Santos.

Leitora externa: Profa. Dra. Elza Maria Techio.

João Pessoa- PB

Março, 2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C838t Costa, Luiza Lins Araújo.

Toda mulher na política me representa? normatividade e ideologia no apoio a uma candidata / Luiza Lins Araújo Costa. - João Pessoa, 2022.
148 f. : il.

Orientação: Ana Raquel Rosas Torres.

Coorientação: José Luis Álvaro Estramiana.

Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Representação social - Mulher. 2. Política. 3. Normatividade. 4. Ideologia. 5. Sexismo. 6. Valores políticos. I. Torres, Ana Raquel Rosas. II. Estramiana, José Luis Álvaro. III. Título.

UFPB/BC

CDU 328-055.2(043)

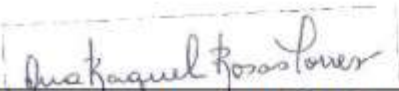


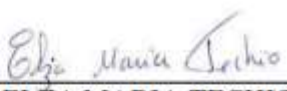
Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social

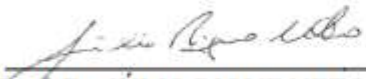


ATA DE DEFESA DE TESE

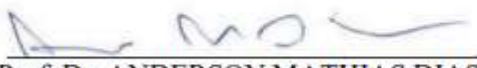
Aos vinte e dois dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, de modo remoto, via Google Meet, reuniram-se em solenidade pública os membros da comissão designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social (**CCHLA/UFPB**), para a defesa de Tese da aluna **LUIZA LINS ARAÚJO COSTA** – mat. 20181017249 (orientanda, UFPB, CPF: 842.960.465-00). Foram componentes da banca examinadora: Prof.^a Dr.^a **ANA RAQUEL ROSAS TORRES** (UFPB, Presidente, CPF: 267.442.364-15), Prof. Dr. **JULIO RIQUE NETO** (UFBA, Membro interno ao programa, CPF: 293.212.634-20), Prof.^a Dr.^a **ELZA MARIA TECHIO** (UFBA, Membro externo à instituição, CPF: 408.824.702-72) e Prof. Dr. **ANDERSON MATHIAS DIAS SANTOS** (UFPB, Membro interno à Instituição, CPF: 062.650.854-17), Prof. Dr. **JOSÉ LUIS ÁLVARO ESTRAMIANA** (UCMADRID, Membro Externo à Instituição, CPF: 014.677.654-22). Na cerimônia compareceram, além da examinada, alunos de pós-graduação, representantes dos corpos docente e discente da Universidade Federal da Paraíba e interessados em geral. Dando início aos trabalhos, a presidente da banca, Prof.^a Dr.^a **ANA RAQUEL ROSAS TORRES**, após declarar o objetivo da reunião, apresentou a examinada **LUIZA LINS ARAÚJO COSTA** e, em seguida, concedeu-lhe a palavra para que discorresse sobre seu trabalho, intitulado: **“Toda mulher na política me representa? Normatividade e ideologia no apoio a uma candidata”**. Passando então ao aludido tema, a aluna foi, em seguida, arguida pelos examinadores na forma regimental. Ato contínuo, passou a comissão, em secreto, a proceder a avaliação e julgamento do trabalho, concluindo por atribuir-lhe o conceito de **“APROVADO”**, o qual foi proclamado pela presidente da banca, logo que retornou ao recinto da solenidade pública. Nada mais havendo a tratar, eu, Carlos Eduardo Pimentel, Vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFPB, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada por todos assinou juntamente com os membros da banca. João Pessoa, 22 de março de 2022.


Prof.^a Dr.^a **ANA RAQUEL R. TORRES**


Prof.^a Dr.^a **ELZA MARIA TECHIO**


Prof. Dr. **JÚLIO RIQUE NETO**


Prof. Dr. **JOSÉ LUIS A. ESTRAMIANA**


Prof. Dr. **ANDERSON MATHIAS DIAS SANTOS**


Prof. Dr. **Carlos Eduardo Pimentel**
Vice-coordenador do PPGPS

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à luta feminista e a todas as mulheres que vieram antes de mim e batalharam por direitos, seja na política, na ciência ou na educação. Sem elas a minha chegada até aqui hoje não seria possível. Agradeço também aos meus pais, Luiz Cezar e Suêde Mayne, pelo suporte nesses 11 anos de formação em psicologia, pelo amor e pela confiança depositada em mim e nas minhas escolhas, mesmo quando minha própria certeza vacilava.

Durante meu trabalho nesta tese, como plano de fundo no computador, carreguei a máxima de Guimarães Rosa: “Quem elegeu a busca não pode recusar a travessia”. Eu elegi a busca pelo conhecimento, a pesquisa, a docência, e o doutorado foi sem dúvidas a maior e mais difícil travessia até aqui. Comecei enquanto professora, viajando 18 horas por semana entre as disciplinas do doutorado e minhas aulas, em Paulo Afonso. Após alguns meses, fui contemplada com uma bolsa que me possibilitou um descanso das estradas. Assim, começo agradecendo a todos que me ajudaram nesse período: aos alunos, colegas/professores e à instituição de ensino UniRios. Além disso, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ) que, com o auxílio da bolsa, possibilitaram minha dedicação exclusiva ao doutorado.

Agradeço à professora Ana Raquel Rosas Torres, a melhor orientadora que eu poderia ter. Muito mais que orientações, dela eu recebi toda parceria e compreensão necessárias para atravessar esses quatro anos atípicos. Agradeço ainda pela inspiração, por ser um exemplo de força e competência para todos nós do Grupo de Pesquisa em Comportamento Político (GPCP).

Do mesmo modo, agradeço ao meu coorientador, professor José Luis Álvaro, que não mediu esforços para minha ida à Espanha e para que eu aproveitasse a experiência ao máximo. Agradeço também pela sua participação ativa em cada fase deste trabalho. E ainda por resgatar minha antiga paixão pela literatura, lembrando que *“la poesía es un refugio del alma”*.

Também gostaria de agradecer aos professores e colegas do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da UFPB que represento aqui com um agradecimento especial ao professor Júlio Rique Neto, por seu trabalho na coordenação do programa e por auxiliar nos trâmites necessários para o meu período de doutorado sanduíche, por meio de programa de internacionalização Capes PrInt. Agradeço ainda ao professor Júlio por aceitar o convite para participar como membro interno da minha banca e, assim, contribuir com este trabalho. Aos professores Anderson Mathias e Elza Maria Techio agradeço também por me oferecerem a oportunidade de contar com suas críticas e contribuições na avaliação desta tese.

Ademais, aos professores e amigos da Universidade Federal de Sergipe (UFS), na qual cursei minha graduação e mestrado, agradeço profundamente. Em especial à professora Zenith Delabrida pelos primeiros passos na iniciação científica e ao professor Marcus Eugênio Oliveira Lima pela orientação e parceria de quase 10 anos. Agradeço também aos colegas do GPCP, parceiros e amigos que estiveram ao meu lado de forma física ou virtual, sempre que precisei: Amanda, Bárbara, Fernanda, Francicléia, Heitor, Hyalle, Iara, Khalil e Layanne. E àquelas que foram e são minha família paraibana: Urânia, Iara, Neusa, Sônia e Fernanda.

Agradeço ainda a Maria Luiza pelo incentivo fundamental e a Mara pelo acolhimento sempre que precisei. Aos meus amigos (especialmente, Camilla, Gabriella, Kaiany, Lívia, Nayara, Rianne, Ricardo e Ruhana) e minhas irmãs Larissa e Letícia, pelos risos e colos. Ao meu companheiro Egi, pelo apoio incondicional. A Deus e minha espiritualidade que ajudaram nos momentos de mais adoecimento e também nos mais leves. Por fim, queria dizer que esta tese foi desenvolvida em uma pandemia, dois países, cinco cidades e muitas casas. Então, eu não seria capaz de citar a todos, mas deixo aqui meu sincero agradecimento aos que de algum modo foram lar para ela e para mim. Muito obrigada!

Este trabalho contou com o apoio e financiamento das seguintes instituições:

- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES
- Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba – FAPESQ

“A gente sabe que está ativa, está militando, está resistindo o tempo todo”

Marielle Franco.

RESUMO

Esta tese objetivou analisar a relação entre a representação social da mulher e o apoio a uma candidatura feminina, considerando especificamente o impacto da normatividade e da ideologia no apoio a uma mulher na política no Brasil e na Espanha. Para isso, apresentamos um trabalho composto por três artigos. O primeiro deles é um estudo teórico (Artigo 1) que consiste em uma revisão sistemática da literatura científica sobre representações sociais da mulher. Esta revisão embasou a construção do cenário experimental dos artigos empíricos apresentados na sequência. Seus resultados evidenciaram uma imagem ambivalente da mulher com base na normatividade e indicaram a posição central que a norma da maternidade ocupa nessa análise. No Artigo 2 (N = 370), por meio de um delineamento experimental, investigamos o impacto do posicionamento ideológico e da normatividade no apoio a uma candidata, analisando o papel moderador do sexismo nessa relação. Os resultados, nos dois países, indicaram que o posicionamento dos participantes no espectro político esquerda-direita é o principal determinante do apoio, sendo que no Brasil também houve impacto da normatividade, quando relacionada à ideologia dos participantes. Na Espanha, por sua vez, o fato de a mulher desviar dos papéis de gênero não afetou o apoio à sua candidatura. Os resultados indicam também o papel moderador do sexismo nessa relação, especialmente no Brasil, onde houve maior endosso às ideologias sexistas. Já no Artigo 3 (N = 370), partindo da mesma manipulação experimental, investigamos o papel moderador dos Valores Políticos na relação entre normatividade, ideologia e apoio a uma candidata no Brasil e na Espanha. Os resultados no Brasil indicam a moderação de valores como Lei e Ordem e Moralidade Tradicional na relação entre normatividade e apoio, o que não ocorre entre os participantes da Espanha. Por outro lado, valores políticos como Igualdade e Livre Iniciativa parecem refinar a análise sobre os aspectos ideológicos, explicando a direção e a força da relação entre ideologia e apoio à candidata nos dois países. Em geral, os resultados confirmam a hipótese principal desta tese de que há relação entre a representação social da mulher e sua presença na política, sendo que a normatividade e a ideologia atuam no apoio a uma candidatura feminina, variando sua expressão a depender das características e peculiaridades do contexto cultural. Reunidos, esses artigos visam adicionar elementos à compreensão do apoio a uma liderança feminina, suscitando discussões sobre o que (ou quem) uma mulher na política representa.

Palavras-chave: Mulher; política; representação social; normatividade; ideologia; sexismo; valores políticos.

ABSTRACT

This thesis aimed to analyze the relationship between the social representation of women and support for a female candidacy, specifically considering the impact of normativity and ideology in supporting a woman in politics in Brazil and Spain. Considering these constructs, we present a work composed of three articles. The first one is a theoretical study (Article 1) which consists of a systematic review of the scientific literature on women's social representations. This review supported the construction of the experimental scenario of the empirical articles presented below. Their results indicated an ambivalent image of women based on normativity and indicated the central position that the maternity norm occupies in this analysis. In Article 2 (N = 370), through an experimental design, we investigated the impact of ideological positioning and normativity in supporting a female candidate, analyzing the moderating role of sexism in this relation. The results, in both countries, indicated that the positioning of the participants in the political spectrum, left-right wings, is the main determinant of support and in Brazil there was also an impact of normativity, when related to the participants' ideology. In Spain, in turn, the fact that women deviated from gender roles did not affect support for their candidacy. The results also indicated the moderating role of sexism in this relation, especially in Brazil, where

there was greater endorsement of sexist ideologies. In Article 3 (N = 370), starting from the same experimental manipulation, we investigated the moderating role of Political Values in the relation between normativity, ideology and support for a female candidate in Brazil and Spain. The results in Brazil indicated the moderation of values such as Law and Order and Traditional Morality in the relationship between normativity and support, which does not occur among the participants from Spain. On the other hand, political values such as Equality and Free Enterprise seem to refine the analysis of ideological aspects, explaining the direction and strength of the relation between ideology and support for the female candidate in both countries. In general, the results confirm the main hypothesis of this thesis that there is a relationship between the social representation of women and their presence in politics, with normativity and ideology acting in support of a female candidacy, varying their expression depending on the characteristics and peculiarities of the cultural context. The articles gathered aim to add elements to the understanding of support for female leadership, raising discussions about what (or who) a woman in politics represents.

Keywords: Women; politics; social representation; normativity; ideology; sexism; political values.

RESUMEN

Esta tesis tuvo como objetivo analizar la relación entre la representación social de la mujer y el apoyo a una candidatura femenina, considerando específicamente el impacto de la normatividad y la ideología en el apoyo a la mujer en la política en Brasil y España. Para ello, presentamos un trabajo compuesto por tres artículos. El primero es un estudio teórico (artículo 1) que consiste en una revisión sistemática de la literatura científica sobre las representaciones sociales de las mujeres. Esta revisión apoyó la construcción del escenario experimental de los artículos empíricos presentados a continuación. Sus resultados mostraron una imagen ambivalente de la mujer basada en la normatividad e indicaron la posición central que ocupa la norma de la maternidad en este análisis. En el artículo 2 (N = 370), a través de un diseño experimental, investigamos el impacto del posicionamiento ideológico y la normatividad en el apoyo a una candidata, analizando el papel moderador del sexismo en esta relación. Los resultados, en ambos países, indicaron que el posicionamiento de los participantes en el espectro político izquierda-derecha es el principal determinante del apoyo, y en Brasil también hubo un impacto de la normatividad, cuando se relaciona con la ideología de los participantes. En España, a su vez, el hecho de que las mujeres se desvíen de los roles de género no afectó al apoyo a su candidatura. Los resultados también indicaron el papel moderador del sexismo en esta relación, especialmente en Brasil, donde hubo mayor respaldo a las ideologías sexistas. En el Artículo 3 (N = 370), a partir de la misma manipulación experimental, investigamos el papel moderador de los Valores Políticos en la relación entre normatividad, ideología y apoyo a una candidata en Brasil y España. Los resultados en Brasil indicaron la moderación de valores como la Ley y el Orden y la Moralidad Tradicional en la relación entre normatividad y apoyo, lo que no ocurre entre los participantes de España. Por otro lado, valores políticos como la Igualdad y Iniciativa Libre parecen afinar el análisis de los aspectos ideológicos, explicando la dirección y fuerza de la relación entre ideología y apoyo a una candidata en ambos países. En general, los resultados confirman la hipótesis principal de esta tesis de que existe una relación entre la representación social de las mujeres y su presencia en la política. La normatividad y la ideología actúan en el apoyo a una candidatura femenina, variando su expresión en función de las características y peculiaridades del contexto cultural. En conjunto, estos artículos tienen como objetivo agregar elementos a la comprensión del apoyo al liderazgo femenino, generando debates sobre qué (o quién) representa una mujer en la política.

Palabras-clave: Mujeres; política; representación social; normatividad; ideología; sexismo; valores políticos.



Universidade Federal da Paraíba
Programa de Pós Graduação em Psicologia Social
Campus Universitário, S/N
58051-900, João Pessoa, PB – BRASIL
Tel./Fax 55 83 32167006

DECLARAÇÃO

Eu, Luiza Lins Araújo Costa, aluna regular do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social-UEPB ao nível de Doutorado, matrícula 20181017249, declaro que o trabalho intitulado “Toda mulher na política me representa? Normatividade e ideologia no apoio a uma candidata” foi por mim realizado sob a orientação da profa. Dra. Ana Raquel Rosas Torres e seguiu todas as diretrizes do Relatório da Comissão de Integridade em Pesquisa da Universidade Federal da Paraíba.

João Pessoa, 03 de março de 2022.

A assinatura manuscrita de Luiza Lins Araújo Costa, escrita em tinta azul, está localizada no centro da página, abaixo do texto da data.

Luiza Lins Araújo Costa

SUMÁRIO

SEÇÃO I - MARCO TEÓRICO.....	15
INTRODUÇÃO	16
Estereótipos, papéis de gênero e normas sociais.....	17
As conquistas femininas e os direitos políticos	23
A importância da representação política feminina	26
Problema de pesquisa e visão geral dos estudos	28
Lista de referências	31
ARTIGO 1: COMPLEMENTAR AO MARCO TEÓRICO	36
Representações Sociais da Mulher na Literatura Científica: uma Revisão Sistemática	37
Resumo.....	37
Método	42
Critérios de inclusão e exclusão	42
Procedimentos	43
Resultados e discussão	45
O que investigam os estudos da TRS sobre a mulher?.....	46
Classe 4: violência de gênero	48
Classe 3: feminino contranormativo.....	49
Classe 1: relação com o corpo	50
Classe 2: gestação e maternidade	52
Considerações finais.....	53
Referências	56
SEÇÃO II - ARTIGOS EMPÍRICOS	62
CAPÍTULO 1.....	63
Mulheres na política, normatividade e ideologia: o papel moderador do sexismo no apoio a uma candidata	63
Introdução.....	64
Objetivo e visão geral do estudo:	71
Método.....	73
Participantes e delineamento:	73
Participantes do Brasil.....	74
Participantes da Espanha	74
Procedimentos	74
Instrumento:	75

Variável dependente	76
Medida de Sexismo:	77
Análise de dados:	78
Resultados	78
<i>Parte I: Brasil</i>	78
<i>Parte II: Espanha</i>	82
Discussão	85
Lista de referências:	90
CAPÍTULO 2	96
O que essa candidata representa? Um estudo sobre relação entre normatividade, ideologia e valores políticos no apoio a uma candidata	96
Introdução	97
Objetivo e visão geral do estudo:	100
Método	102
Participantes e delineamento:.....	102
Participantes do Brasil.....	103
Participantes da Espanha	103
Procedimentos	103
Instrumento:	104
Variável dependente	105
Medida de Valores Políticos.....	106
Análise de dados:	107
Resultados	107
<i>Parte I: Brasil</i>	107
<i>Parte II: Espanha</i>	109
Valores Políticos	111
Lei e Ordem.....	111
Moralidade Tradicional	113
Igualdade	115
Intervenção Militar	116
Livre Iniciativa	118
Liberdades Civas.....	119
Patriotismo Cego	120
Aceitação de Imigrantes	122
Discussão	123

	11
Lista de referências	127
DISCUSSÃO GERAL	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
ANEXOS	137
ANEXO A: Instrumentos utilizados nos Estudos descritos no Capítulo 1 e 2.....	138
INSTRUMENTO BRASIL	138
Cenário experimental:	138
Questões que compõem a variável dependente “Apoio”:	139
Inventário de Sexismo Ambivalente	139
Escala de Valores Políticos Centrais- Brasil	140
Dados sociodemográficos:	142
INSTRUMENTO ESPANHA.....	143
Cenário experimental:	143
Questões que compõem a variável dependente “Apoio”:	144
Inventário de Sexismo Ambivalente	145
Escala de Valores Políticos Centrais- Espanha	146
Dados sociodemográficos:	148

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI: Aceitação de Imigrantes

CHD: Classificação Hierárquica Descendente

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IG: Igualdade

IM: Intervenção Militar

IRAMUTEQ: Interface de R pour analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires

LC: Liberdades Civas

LI: Livre Iniciativa

LO: Lei e Ordem

M: Média

MT: Moralidade Tradicional

N: Número de participantes

ONU: Organização das Nações Unidas

OMS: Organização Mundial de Saúde

PC: Patriotismo Cego

SB: Sexismo Benevolente

SH: Sexismo Hostil

ST: Sexismo Total

TCLE: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TRS: Teoria das Representações Sociais

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Artigo 1

Figura 1: Fluxograma do processo de seleção dos artigos.....	44
Figura 2: Dendrograma da CHD do <i>corpus</i> “Representações Sociais da mulher”.....	47

Artigo 2

Tabelas

Tabela 1: Distribuição participantes por condição experimental no Brasil.....	76
Tabela 2: Distribuição participantes por condição experimental na Espanha.....	76

Figuras

Figura 1: Níveis de apoio à candidata em função do posicionamento ideológico do participante e da candidata alvo no Brasil.....	79
Figura 2: Níveis de apoio à candidata em função do posicionamento ideológico do participante e da normatividade do alvo no Brasil.....	80
Figura 3: Efeito moderador do ST na relação entre ideologia do alvo e o Apoio no Brasil.....	81
Figura 4: Efeito moderador do ST na relação entre Normatividade e Apoio no Brasil.....	82
Figura 5: Níveis de apoio à candidata em função do posicionamento ideológico do participante e da candidata alvo na Espanha.....	83
Figura 6: Efeito moderador do ST na relação entre Ideologia do alvo e apoio na Espanha.....	84
Figura 7: Efeito moderador do ST na relação entre Normatividade e apoio na Espanha.....	85

Artigo 3

Tabelas

Tabela 1: Distribuição participantes por condição experimental no Brasil.....	105
Tabela 2: Distribuição participantes por condição experimental na Espanha.....	105

Figuras

Figura 1: Níveis de apoio à candidata em função do posicionamento ideológico do participante e da candidata alvo no Brasil.....	108
Figura 2: Níveis de apoio à candidata em função do posicionamento ideológico do participante e da normatividade do alvo no Brasil.....	109

Figura 3: Níveis de apoio à candidata em função do posicionamento ideológico do participante e da candidata alvo na Espanha.....	110
Figura 4: Efeito moderador dos valores políticos de Lei e Ordem na relação entre a ideologia do alvo e o apoio no Brasil.....	111
Figura 5: Efeito moderador dos valores de Lei e Ordem na relação entre a normatividade do alvo e o apoio no Brasil.....	112
Figura 6: Efeito moderador dos valores políticos de Lei e Ordem na relação entre a ideologia do alvo e o apoio na Espanha.....	113
Figura 7: Efeito moderador da Moralidade Tradicional na relação entre normatividade do alvo e o apoio no Brasil.....	114
Figura 8: Efeito moderador da Moralidade Tradicional na relação entre Ideologia do alvo e o apoio no Brasil.....	114
Figura 9: Efeito moderador da Moralidade Tradicional na relação entre a ideologia do alvo e o apoio na Espanha.....	115
Figura 10: Efeito moderador dos valores políticos de Igualdade na relação entre Ideologia do alvo e o apoio no Brasil.....	116
Figura 11: Efeito moderador dos valores políticos de Igualdade na relação entre Ideologia do alvo e o apoio na Espanha.....	116
Figura 12: Efeito moderador dos valores políticos de Intervenção Militar na relação entre Ideologia do alvo e o apoio no Brasil.....	117
Figura 13: Efeito moderador dos valores políticos de Intervenção Militar na relação entre Ideologia do alvo e o apoio na Espanha.....	118
Figura 14: Efeito moderador dos valores políticos de Livre Iniciativa na relação entre ideologia do alvo e o apoio no Brasil.....	118
Figura 15: Efeito moderador dos valores políticos de Livre Iniciativa na relação entre ideologia do alvo e o apoio na Espanha.....	119
Figura 16: Efeito moderador dos valores políticos de Liberdades Civas na relação entre ideologia do alvo e o apoio na Espanha.....	120
Figura 17: Efeito moderador dos valores políticos de Patriotismo Cego na relação entre normatividade do alvo e o Apoio no Brasil.....	121
Figura 18: Efeito moderador do Patriotismo Cego na relação entre ideologia do alvo e o apoio no Brasil.....	121
Figura 19: Efeito moderador do Patriotismo Cego na relação entre Ideologia do alvo e o apoio na Espanha.....	122
Figura 20: Efeito moderador da Aceitação de Imigrantes na relação entre Ideologia do alvo e o apoio na Espanha.....	123

SEÇÃO I - MARCO TEÓRICO

INTRODUÇÃO

A liderança da mulher na política e a paridade de gênero nos espaços de poder têm sido temas frequentes no debate público. Cada vez mais mulheres em todo o mundo apresentam suas candidaturas para competir por posições políticas e a ideia de que elas teriam, inclusive, características favoráveis ou vantagens para liderar em determinadas condições tem se tornado popular na atualidade (D'Adamo et al., 2008; López-Zafra et al., 2014; Luoto & Varella, 2021). A ênfase dada à condução feminina da crise sanitária, econômica e social gerada pela pandemia de COVID-19, declarada em março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS), ilustra a importância dessa discussão.

Uma reportagem do jornal britânico BBC (Uchoa, 2020) indicou que além das mulheres carregarem fardos desproporcionais na linha de frente, representando 70% dos profissionais de saúde em todo o mundo, elas se destacaram também no cenário político com a prevenção da propagação do vírus, gerenciamento de pacientes infectados, testagem e informação da população. Embora a postura dos líderes frente à pandemia esteja relacionada à ideologia e outros fatores, o gênero das lideranças recebeu ênfase midiática. As primeiras-ministras Erna Solberg, da Noruega, e Mette Frederiksen, da Dinamarca, por exemplo, foram amplamente reconhecidas pela rapidez, determinação e eficácia de sua resposta à pandemia, bem como pela comunicação de informações de saúde pública baseadas em fatos científicos. Posturas que contrastam com a negação da ciência de colegas do gênero masculino, como os presidentes dos EUA e Brasil, Donald Trump e Jair Bolsonaro.

Decisões de líderes como a primeira-ministra Jacinda Ardern, da Nova Zelândia, que conduziu até mesmo pronunciamentos para crianças de seu país, tentando amenizar suas preocupações, receberam destaque na mídia. Medidas como essa têm sido atribuídas a características como empatia, preocupação com a saúde e uma dita orientação feminina para o cuidado, pois essas líderes parecem mais focadas em minimizar o sofrimento humano direto

causado pelo vírus (Luoto & Varella, 2021). Apesar dessa aparente valorização das mulheres na política, de acordo com o *Global Gender Gap Report* (2021), documento que anualmente apresenta indicadores das lacunas de gênero no mundo todo, a desigualdade de gênero nesse âmbito ainda é acentuada. Dos 156 países abrangidos pelo índice, as mulheres representam apenas 26,1% de cerca de 35.500 assentos no parlamento e apenas 22,6% de mais de 3.400 ministros (Fórum Econômico Mundial, 2021).

Diversos autores (Carli & Eagly, 2016; López-Zafra et al., 2014; Okimoto & Brescoll, 2010) já indicaram que as mulheres sofrem desvantagens devido a avaliações tendenciosas de sua competência e precisam se esforçar mais que os homens para demonstrar qualidades compreendidas como necessárias à liderança. Com isso, as posições de alto status permanecem como prerrogativa masculina na política, nas empresas e em outros setores da sociedade. As mulheres experimentaram avanços, mas a igualdade total persiste como uma meta distante, pois elas ainda têm de superar poderosos obstáculos, dentre os quais destacam-se os estereótipos de gênero (Albuquerque et al., 2020; Eagly & Karau, 2002; Eagly et al., 1992; Prentice & Carranza, 2002; Viana et al., 2020).

Estereótipos, papéis de gênero e normas sociais

Estereótipos são crenças sobre características como aparência física ou padrões de conduta de determinados grupos e seus membros, construídas e compartilhadas socialmente. Eles se tornam eficientes por meio de exposições repetidas na cultura e constituem parte do funcionamento psíquico, possuindo funções essenciais (Fiske, 1998; Pereira, Alvaro, & Garrido, 2016; Techio et al., 2019). Segundo uma perspectiva cognitiva, sua principal função é a de categorização social, que nos ajudaria a pôr ordem num universo social que é extremamente confuso e difícil de compreender. No entanto, os estereótipos também possuem funções sociais. Uma delas é justificar as ideologias dos grupos, fornecendo ao grupo privilegiado uma “explicação” da sua posição enquanto tal (Tajfel, 1982).

Para Tajfel (1982), as relações intergrupais não ocorrem em um vácuo social, pois um grupo não é uma ilha, do mesmo modo que um indivíduo não é uma ilha; e a única maneira de atribuir valores positivos ao seu próprio grupo é comparando-o com os outros. Assim, existem barreiras objetivas, sociais e psicológicas entre os grupos e os estereótipos atuam justificando as relações desiguais entre eles. No caso das relações entre homens e mulheres, embora algumas culturas sejam mais igualitárias do que outras, o domínio masculino permanece uma realidade global (Connor et al., 2017). Nessa direção, os estereótipos de gênero são crenças socialmente compartilhadas sobre as características de homens e mulheres, aplicadas de forma rígida, simplificada e generalizada a todos os membros de um desses grupos (Fiske, 1998).

A atribuição de traços “propriamente femininos” não quer dizer que todas as mulheres “sejam” assim, mas que são percebidas dessa forma. Esses traços orientam a formação de um conjunto de padrões e expectativas em torno do comportamento esperado e predizem a discriminação e exclusão sofrida pelos grupos desfavorecidos (D'Adamo et al., 2008). As diferenças comportamentais entre homens e mulheres têm despertado a atenção de diversas disciplinas ao longo da história e cada uma delas favorece certas causalidades. Para a biologia, por exemplo, as diferenças entre homens e mulheres seriam reflexo dos hormônios diferenciados por sexo. Para os economistas, refletem o capital humano de mulheres e homens. Na Psicologia Social, Alice Eagly desenvolveu na década de 1980 uma teoria abrangente sobre a questão, tratando das diferenças de gênero em vários níveis de análise: a Teoria dos Papéis Sociais. No centro dessa abordagem estão os papéis de gênero (Eagly & Wood, 2012).

De acordo com essa teoria, papéis de gênero são crenças consensuais sobre os atributos de mulheres e homens que tiveram origem na distribuição de papéis sociais em função de diferenças físicas (como tamanho e força masculina e as atividades reprodutivas femininas). Ao interagir com as circunstâncias sociais e culturais, certas atividades passaram a ser realizadas de forma mais eficiente por um sexo ou por outro. A socialização, portanto, facilita o

desempenho de papéis típicos, permitindo que homens e mulheres, em geral, desenvolvam traços de personalidade e habilidades congruentes com tal distribuição inicial dos papéis sociais (Eagly & Mladinic, 1994; Eagly & Wood, 2012).

Os papéis de gênero surgem porque as pessoas percebem que alguns comportamentos são frequentemente realizados pelo gênero feminino ou masculino e, com isso, infere-se disposições correspondentes. Por exemplo, mesmo em sociedades pós-industriais, os homens ainda são mais propensos a serem empregados em posições de autoridade e as mulheres a ocupar cargos de cuidadora no ambiente doméstico. Diante disso, as pessoas fazem a inferência correspondente de que as mulheres são “naturalmente” indivíduos comunitários e atenciosos. Os papéis, portanto, parecem refletir atributos inatos e inevitáveis dos sexos, mas, na verdade, são características sociais naturalizadas ao longo da história (Eagly & Wood, 2012).

Para Pereira, Alvaro e Garrido (2016), uma das dimensões mais importantes nessa naturalização é o pensamento essencialista. Crenças essencialistas como as que atribuem racionalidade e ambição aos homens e afetividade e submissão às mulheres incluem características como a imutabilidade, invariabilidade histórica e a existência de limites bem estabelecidos entre as classes, o que possibilita a categorização dos grupos a partir de dimensões como raça e gênero. É importante destacar que muitas dessas crenças são normativas na medida em que descrevem qualidades ou tendências comportamentais que se acredita serem desejáveis.

Os papéis de gênero não apenas descrevem como homens e mulheres “são”, mas prescrevem como eles “devem ser”. Desse modo, uma dimensão fundamental da Teoria dos Papéis Sociais é a ideia de que os papéis incluem expectativas, ou normas sociais (Eagly & Karau, 2002), que são regras e padrões compreendidos por membros de um grupo, que orientam e/ou restringem o comportamento social sem a força de leis. Elas surgem da interação social, podendo ou não ser declaradas de forma explícita, e guiam os comportamentos especialmente em situações sociais novas ou incertas.

As normas podem ser descritivas, que consistem em expectativas consensuais sobre o que os membros de determinado grupo fazem, ou injuntivas, que consistem em expectativas sobre o que um grupo de pessoas deve fazer ou idealmente faria (Cialdini & Trost, 1998). As normas injuntivas, portanto, adicionam esse caráter prescritivo já referido, orientando como uma mulher ou uma “boa mulher” deve ser. O termo papel de gênero contempla e refere-se tanto às normas descritivas quanto às injuntivas associadas a mulheres e homens (Eagly & Karau, 2002). Embora as sanções pelo desvio das normas não operem no sistema jurídico, e sim nas relações sociais, homens e as mulheres estão sujeitos a diferentes consequências relacionadas às expectativas para seu comportamento, o que pode ser particularmente problemático para as mulheres (Guadagno & Cialdini, 2007).

Sabe-se que há muitos atributos considerados normativos ou contranormativos em função do gênero. Em síntese, espera-se que as mulheres sejam mais comunitárias (atenciosas, preocupadas para o bem-estar dos outros, sensíveis, afetuosas, emotivas) e os homens mais agentes (assertivos, competitivos, controladores, independentes), sendo que o poder e a busca de poder, em particular, são centrais para a construção dessa dimensão de agência atribuída à masculinidade (Eagly & Mladinic, 1994; Eagly & Wood, 2012; Okimoto & Brescoll, 2010; Prentice & Carranza, 2002). Assim, os estereótipos atribuídos aos homens permitem que eles sigam desempenhando papéis que lhes concedem maior poder de decisão, autoridade e acesso a recursos. Por outro lado, esses estereótipos de gênero fazem com que as mulheres pareçam menos adequadas para funções de poder, pois se presume que elas não têm a agência necessária para a liderança (Eagly & Karau, 2002).

O exemplo das lideranças femininas frente à pandemia de Covid-19 mostra como os estereótipos comunitários são ativados mesmo quando as mulheres ocupam os mais altos cargos, pois o sucesso das líderes é atribuído a características como uma orientação “natural” para o cuidado. Essa ênfase, que pode parecer apenas um elogio também suscita o entendimento

de que o mérito delas se restringe a situações em que são necessárias medidas mais humanitárias e não que, assim como os homens, são capazes de desempenhar todas as tarefas de uma chefia de Estado com competência.

Elogiar esses traços comunitários nas mulheres, para alguns, faz parte da expressão da crença de que elas são especialmente adequadas a um papel doméstico, ou a tudo o que se refere ao cuidado restrito principalmente ao mundo privado e não à esfera pública. Essa seria uma posição política mais aceitável do que proclamar sua falta de adequação a papéis de status elevado. Desse modo, os traços favoráveis atribuídos às mulheres também podem reforçar seu status inferior na sociedade (Eagly & Mladinic, 1994; Glick & Fiske, 2001).

Como vimos, a origem desses estereótipos é associada às atividades reprodutivas femininas (realizadas em função da gestação, amamentação etc.) e determinaram historicamente a distribuição de homens e mulheres em papéis sociais. É importante salientar que essa origem ainda hoje orienta aquilo que é considerado normativo ou não para uma mulher. Em uma ampla pesquisa empírica, realizada em 49 países, Suppes (2020) encontrou evidências de que a norma da maternidade, ou seja, a crença de que uma mulher precisa ter filhos para ter uma vida plena, ainda tem forte sustentação popular, impactando tanto o bem estar subjetivo de homens e mulheres quanto a organização da sociedade como um todo.

Os estereótipos que se constroem ao redor da maternidade são fatores importantes na manutenção da desigualdade de gênero, pois justificam a divisão tradicional de papéis e legitimam a permanência da mulher no âmbito doméstico. Assim, as posições na estrutura de poder social estão atreladas à divisão sexual dos papéis, inclusive na discriminação das mulheres no mercado de trabalho por meio da naturalização dessas características que são sociais, como a imagem de mulheres enquanto cuidadoras, devendo dedicar mais tempo à família e ao papel de mãe (Garrido et al., 2018).

Essa essencialização desempenha um papel importante na perpetuação do sexismo e outras formas de estereotipagem das diferenças sexuais (Pereira, Alvaro, & Garrido, 2016). O sexismo é um tipo de preconceito que tem a mulher como grupo alvo e apresenta uma faceta ambivalente, pois não objetiva o distanciamento da mulher e sim sua aproximação, contanto que ocorra a partir da divisão sexual dos papéis. Existem dois tipos de sexismo: hostil e benevolente: enquanto o sexismo benevolente “recompensa” mulheres que cumprem as normas sociais impostas a elas, o sexismo hostil se expressa abertamente, com a intenção de punir a mulher que não se mantém fixa aos papéis tradicionais de gênero (Glick & Fiske, 2001). Ainda que utilizem diferentes estratégias para isso, ambos objetivam colocar a mulher num lugar de submissão e normatividade, em prol da manutenção da estrutura de poder.

Para Álvaro e Fernández (2006), todo o poder administrado por um sistema ideológico precisa de uma imagem que o represente. Por isso, a manutenção de uma determinada representação da mulher foi e ainda é necessária para naturalizar processos que são de ordem social, fazendo com que sejam compreendidos enquanto elementos próprios da biologia feminina. Os autores analisaram representações sociais da mulher em imagens pictóricas no percurso da história e encontraram representações ambivalentes, nas quais por um lado há uma mulher idealizada enquanto símbolo de fecundidade, maternidade e pureza e, por outro, como marca de vícios, desvio e marginalidade. Com isso, concluem que a representação social do corpo da mulher serviu como um instrumento icônico-simbólico capaz de reproduzir as prescrições da ordem moral e os valores hegemônicos em uma sociedade dominada por homens.

Assim, embora não se tratem de dois grupos que estão em conflito aberto, entende-se que há uma disputa pela manutenção do *status quo* e os processos psicossociais discutidos até aqui (estereótipos, papéis de gênero, normas sociais e sexismo) estão subjacentes a essa disputa. O domínio masculino, representado pelo termo patriarcado, é amplamente difundido (embora

não necessariamente universal) e as mulheres compõem o grupo desfavorecido ou minoritário na estrutura de poder (Glick & Fiske, 2001).

Em seu significado mais geral, a palavra poder designa a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos. O que, em sociedade, pode ir desde a capacidade geral de agir individualmente até a capacidade de um Governo de dar ordens aos cidadãos (Bobbio et al., 1998). Portanto, se em última instância a desigualdade entre homens e mulheres se mantêm em função da posição de poder na estrutura social, seria a ocupação paritária desses espaços a solução para alcançarmos uma sociedade mais justa e igualitária?

As conquistas femininas e os direitos políticos

Nos últimos anos, presenciamos um processo de mudança social e cultural relacionado às mulheres que, embora seja mais rápido em alguns países do que em outros, tem impactado o mundo como um todo. Segundo a Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), a população dos países ibero-americanos está dividida quase igualmente entre homens e mulheres e o acesso ao ensino superior em vários países tem se tornado equitativo. Como ocorre na Argentina, Brasil e Portugal que apresentam paridade muito alta em quase todos os indicadores relacionados à educação. Mesmo com dificuldades, principalmente no acesso a posições de grande relevância, e com as lacunas que ainda existem em muitos países, esses avanços indicam a amplitude das conquistas femininas em áreas como a educação (Albornoz et al., 2018).

As conquistas das mulheres, no entanto, não impedem que a desigualdade de gênero permaneça generalizada. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021) indicam que as mulheres no Brasil ainda não recebem o mesmo que os homens pelo seu tempo de trabalho. Em 2019, elas recebiam aproximadamente 75 % do valor de rendimento médio dos homens. E mesmo que representem mais da metade da população mundial, elas permanecem subrepresentadas na política como instância de decisão sobre a sociedade. O que não está

relacionado com uma falta de preparo, pois, em termos de formação, há muitas mulheres preparadas para altos níveis de liderança (Lopéz-Zafra et al., 2014; Tiburi, 2018).

Para a ONU mulheres (Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero), só é possível avançar efetivamente na igualdade de gênero ao alcançar a paridade na representação política, possibilitando oportunidades para que as mulheres efetivamente participem da vida pública, em seus campos cívico e político, assumindo posições de liderança tanto no setor público, quanto no privado. A política seria, portanto, um campo estratégico de atuação, mas esse entendimento nem sempre foi uma realidade. O percurso emancipatório da mulher, no qual o direito à liberdade e ao pleno exercício da cidadania ocupam posição central, tem acontecido nos últimos dois séculos enquanto um processo longo e ainda em curso.

No contexto mundial, esse processo foi alavancado por movimentos como as revoluções americana e francesa, bem como pelo advento das repúblicas. Inicialmente, para sair do ambiente doméstico, e diante de habilidades consideradas naturais e pertinentes à época, como a costura, as mulheres passaram a trabalhar como operárias, em tecelagens. Como eram muito mal remuneradas, precisaram se unir e reivindicar melhores condições de trabalho. Assim, a mulher conseguiu romper a barreira do privado, mas, eram alijadas, na maioria dos países, do direito ao voto e da educação. Com isso, nas últimas décadas do século XIX, iniciaram as lutas femininas por direitos políticos e o direito ao voto se popularizou como o primeiro deles. A partir de 1890, a questão do sufrágio já havia se tornado a agenda principal das vindicações femininas em diversos países. Esse movimento teve muita força na Inglaterra, onde a chamada primeira onda do feminismo aconteceu e após lutas sangrentas, as sufragistas, como ficaram conhecidas, conquistaram em 1918 o direito ao voto (Navas & Costa, 2017).

O voto passou a ser visto como a chave de acesso a grandes mudanças a partir da participação no mundo político e não com um mero valor simbólico. Essa conquista foi progressiva, e os países mais influentes não foram necessariamente os pioneiros. Por exemplo,

a França, mesmo que valorizando historicamente os ideais de igualdade da Revolução Francesa, permitiu o voto das mulheres apenas após a Segunda Guerra Mundial. Além disso, em grande parte dos países democráticos, após a conquista do direito ao voto, algumas mulheres precisaram, também, reivindicar o direito de serem votadas. O direito a votar é considerado direito político ativo e o direito de receber o voto, por sua vez, consiste no direito político passivo (Bester, 2016; Navas & Costa, 2017).

Na América Latina, o Brasil foi pioneiro nas discussões sobre o voto feminino. A luta teve as primeiras manifestações por volta de 1832. Mas, apenas após inúmeros prós e contras, avanços e retrocessos, os direitos políticos (ativo e passivo) foram assegurados à mulher, em âmbito nacional, no Código Eleitoral de 1932. O que, em comparação com outros países, ocorreu relativamente cedo, apenas um ano depois da Espanha (efeito da ditadura de Francisco Franco) e quase 40 anos antes da Suíça, o último país ocidental a admitir o voto feminino, em 1971. Porém, grande parte das brasileiras continuou excluída desse processo até 1985, via analfabetismo, pois, naquele momento, as mulheres negras eram maioria entre os analfabetos brasileiros. O voto somente foi permitido às pessoas analfabetas na Nova República, por meio da Emenda Constitucional n. 25/85, sendo que o direito se deu apenas em sua forma ativa e ainda hoje pessoas analfabetas são consideradas inelegíveis no Brasil (Bester, 2016).

Ademais, a julgar pelo número de eleitas, a emancipação política das mulheres não lhes concedeu a participação política em sua integralidade, pois, em 2020, o Brasil ainda era o país da América do Sul com a menor proporção de mulheres exercendo mandato parlamentar na câmara dos deputados (IBGE, 2021). Mesmo com ações afirmativas que utilizam cotas inclusivas já em ação no Brasil, a tentativa de integrar mulheres na política partidária ainda encontra resistências, pautadas em justificativas diversas. Essas medidas objetivam combater a discriminação para que as mulheres possam romper a barreira do ambiente doméstico e privado

(Navas & Costa, 2017). Nesse contexto, cabe pensar que mudanças estão efetivamente relacionadas à ocupação feminina do espaço público ou o que mulheres na política representam.

A importância da representação política feminina

Um estudo realizado por Kedia e Pareek (2020) ajuda a pensar o impacto da representação política feminina. Os autores analisaram a relação entre as eleições para o Senado, Câmara e Governador nos EUA e a composição de conselhos de administração em empresas. Eles encontraram que os distritos com maior número e visibilidade de candidatas são associados a um aumento significativo no crescimento de mulheres diretoras nas empresas. Além disso, realizaram uma análise em torno da eleição presidencial de 2016 entre Hillary Clinton e Donald Trump, encontrando que a vitória de Trump está associada a uma subsequente queda significativa no crescimento de mulheres diretoras em empresas sediadas nos condados onde ele venceu. Parece que com a entrada de mais mulheres na política, e nos embates políticos, as relações de poder começam a ser questionadas também em outros espaços.

Essa conclusão está em consonância com o documento “Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil”, do IBGE (2021), no entendimento de que a maior participação das mulheres na política é importante para aumentar as chances de pautar a formulação de políticas públicas de suporte às agendas de promoção de equidade, de acesso a oportunidades e de proteção contra violência doméstica, assédios e abusos de toda ordem. Contudo, cabe questionar se o aumento da presença feminina (quantitativamente) é suficiente para combater tais questões de gênero, ou ainda, se toda mulher na política representa aqueles que acreditam em uma sociedade igualitária. Pois, até mesmo na luta pelos direitos políticos nem todas as mulheres sempre foram defensoras da igualdade.

A aversão à luta pelo voto provinha também de mulheres que não só não tinham pretensões emancipatórias como criticavam as que queriam a emancipação política. Dentre as desculpas, ou argumentos, estava a ideia de que as mulheres deveriam cumprir as “clássicas”

funções de esposa e de mãe (Bester, 2016). Para Tiburi (2018), não podemos considerar que alguém, por ser mulher, está de antemão isenta da sedução patriarcal e a noção de que qualquer representatividade feminina é um avanço seria equivalente a ideia inicial de que o direito ao voto (sozinho) já mudaria completamente o contexto de subjugação da mulher na sociedade.

Uma representação política que contribua de fato para igualdade depende de mudanças institucionais e culturais profundas. Essas mudanças não se relacionam apenas com o gênero de uma representante, mas, sobretudo, com os Valores Políticos que ela adere, por exemplo, seu grau de adesão a valores de Igualdade ou Liberdades Cívicas. Esses valores expressam Valores Pessoais Básicos no domínio da Política (Schwartz et al., 2014) e são fundamentais para a compreensão de uma representação política. É importante considerar, portanto, que algumas mulheres podem atuar na manutenção do *status quo*, pois existem fatores psicossociais capazes de recrutá-las como participantes involuntárias de sua própria subjugação (Connor et al., 2017), sendo fundamental investigar como esses fatores atuam na manutenção das desigualdades. No caso da política, um aspecto importante a ser considerado é a ideologia.

De acordo com o Dicionário de Política de Bobbio et al. (1998), talvez não exista nenhuma outra palavra que possa ser comparada à Ideologia pela frequência com a qual é empregada e, sobretudo, pela gama de significados diferentes que lhe são atribuídos. Há, no entanto, duas tendências gerais: uma delas tem origem no conceito de ideologia de Marx (que foge ao escopo deste trabalho); A outra, mais genérica, designa um conjunto de ideias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos. Nesta tese, assumimos o segundo sentido do termo e nos interessa a relação entre normatividade, ideologia (especificamente, dentro do espectro político esquerda-direita) e o apoio a uma candidatura feminina na política.

Problema de pesquisa e visão geral dos estudos

Nos últimos anos, muitos pesquisadores abordaram a relação entre gênero e a liderança. Existem estudos clássicos de revisão e meta-análise comparando os estilos de liderança de mulheres e homens (Eagly & Johnson, 1990), a forma como líderes masculinos e femininos são percebidos (Eagly et al., 1992) ou ainda a eficácia relativa de mulheres e homens que ocupam funções de liderança (Eagly et al., 1995). Embora essa literatura seja fundamental, uma abordagem mais completa das barreiras e características para a liderança de mulheres está além do escopo deste trabalho. Nosso intuito principal nesta tese é investigar e discutir elementos associados ao apoio a uma candidatura feminina a cargos públicos.

As pesquisas empíricas sobre o tema têm evidenciado uma reação negativa contra as mulheres que apresentam características consideradas contra estereotípicas ou contranormativas. Brescoll e Uhlmann (2008), por exemplo, evidenciaram que há uma atribuição de menos status e salários mais baixos para mulheres que expressaram raiva em comparação com seus colegas do sexo masculino raivosos. Descobertas semelhantes foram documentadas em relação a outros tipos de comportamentos considerados mais “agentes”, como a autopromoção (característica importante para gerenciar uma impressão de competência). Um estudo realizado por Rudman (1998) mostrou que as mulheres que se autopromovem sofrem represálias sociais por violar as prescrições de gênero para ser modesta. Especificamente na política, Okimoto e Brescoll (2010) indicaram que as preferências de voto para candidatas foram negativamente influenciadas por suas intenções de busca de poder, sendo que o mesmo não ocorre com os homens enquanto candidatos.

Os resultados dessas pesquisas foram explicados pelo desvio da norma e, mais especificamente, pela violação das prescrições mais comunitárias atribuídas às mulheres (cuidadoras, preocupadas para o bem-estar dos outros etc.). Nessa direção, para Okimoto e Brescoll (2010), esse desvio é uma fonte potencial de preconceito de gênero na política e

pesquisas futuras devem investigar os processos por meio dos quais características contranormativas podem influenciar negativamente as avaliações das mulheres.

Até onde sabemos, a literatura ainda não examinou a relação entre a representação social da mulher e o apoio a uma candidatura feminina, ou ainda, especificamente, se ter uma posição contranormativa com base na norma da maternidade também levaria a reações negativas na política. Além disso, não encontramos pesquisas sobre a relação entre a normatividade e a ideologia no apoio a uma candidata a um cargo político. Considerando a importância dessas variáveis, partimos das seguintes questões de pesquisa: como a representação social da mulher pode se relacionar com a presença feminina na política? A normatividade e a ideologia impactam no apoio a uma candidatura feminina?

Para responder a estes questionamentos, propomos esta tese composta por uma revisão de literatura e uma pesquisa empírica realizada em dois países que se encontram em estágios completamente diferentes frente ao objetivo da paridade de gênero: Brasil e Espanha. Os dados mais atuais do Fórum Econômico Mundial (2021) indicam que a Espanha é o 15º país, num *ranking* de 156 países, enquanto o Brasil é o 108º quanto à representação política de mulheres. Diante disso, consideramos que a comparação entre esses dois contextos culturais pode contribuir para o entendimento da realidade brasileira. Em que pese a atual superioridade do corpo eleitoral feminino em relação ao dos homens, as estatísticas revelam que no Brasil ainda há um amplo caminho a ser trilhado em termos de espaço político e de participação efetiva das mulheres nos canais de decisão do poder público.

Portanto, esta tese visa preencher uma lacuna referente à relação entre a representação social da mulher e o apoio a sua participação política, com ênfase na compreensão de como a normatividade e a dimensão ideológica podem afetar uma candidatura feminina. Dito de outro modo, o objetivo desta tese é analisar a relação entre a representação social da mulher e o apoio

a uma candidatura feminina, considerando especificamente o impacto da normatividade e da ideologia no apoio a uma mulher na política no Brasil e na Espanha.

Para atender a esse objetivo, apresentamos um trabalho composto por três artigos. Eles consideram, principalmente, aportes teóricos dentro da Psicologia Social, como a perspectiva das relações intergrupais (Tajfel, 1982), a Teoria dos Papéis Sociais (Eagly & Wood, 2012), Normas Sociais (Cialdini & Trost, 1998), dentre outras teorias, como a Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 2000/2009), a Teoria do Sexismo Ambivalente (Glick & Fiske, 2001) e a dos Valores Políticos Centrais (Schwartz et al., 2010).

O primeiro artigo é um estudo teórico (Artigo 1) que consiste em uma revisão sistemática da literatura científica sobre representações sociais da mulher. Seus resultados evidenciaram uma imagem ambivalente da mulher com base na normatividade e indicaram a posição central que a norma da maternidade ocupa nessa análise. Assim, entre outros estudos (Álvaro & Fernández, 2006; Garrido et al., 2018; Suppes, 2020), essa revisão serviu de base para a construção do cenário experimental apresentado nos artigos empíricos.

No Artigo 2, por meio de um delineamento experimental, investigamos o impacto do posicionamento ideológico e da normatividade (com base na norma da maternidade) no apoio a uma candidata, analisando o papel moderador do sexismo nessa relação, no Brasil e na Espanha. Em seguida, no Artigo 3, desenvolvemos um pouco mais a análise relacionada aos aspectos ideológicos e, partindo da mesma manipulação experimental, investigamos o papel moderador dos valores políticos na relação entre normatividade, ideologia e o apoio a uma candidata no Brasil e na Espanha.

Reunidos, esses artigos visam adicionar elementos à compreensão da representação política feminina, suscitando discussões sobre o que (ou quem) uma candidata representa. Sustentamos que nem toda mulher na política representaria aqueles que acreditam em uma sociedade igualitária, pois o apoio deve variar em função de características da candidata,

daqueles que a avaliam, bem como da relação entre ambos. Com isso, a hipótese principal desta tese é a de que há relação entre a representação social da mulher e sua presença na política, sendo que a normatividade e a ideologia atuam no apoio a uma candidatura feminina, podendo variar sua expressão a depender do contexto cultural.

Lista de referências

- Albuquerque, I. M., Torres, A. R. R, Estramiana, J. L. A., & Garrido Luque, A. (2020). Psychosocial Processes of Discrimination Against Women in the Workplace. *Revista Colombiana de Psicología*, 29(2), 13-24. Epub October 20, 2020. <https://doi.org/10.15446/rcp.v29n2.80004>
- Álvaro E. J., & Fernández R. B. (2006). Representaciones sociales de la mujer. *Athenea Digital. Revista de Pensamiento e Investigación Social*, (9), 65-77.
- Albornoz, M., Barrere, R., Matas, L., & Sokil, L. O. Y. J. (2018). 2.1. Las brechas de género en la producción científica iberoamericana. <https://panorama.oei.org.ar/las-brechas-de-genero-en-la-produccion-cientifica-iberoamericana/>
- Bester, G. M. (2016). A luta sufrágica feminina e a conquista do voto pelas mulheres brasileiras: aspectos históricos de uma caminhada. *Revista argumenta*, (25), 327. <http://dx.doi.org/10.35356/argumenta.v0i25.907>
- Bobbio, N., Matteucci, N., & Pasquino, G. (1998). Dicionário de Política. vol. 1. *Brasília: Editora Universidade de Brasília*, 674.
- Connor, R. A., Glick, P., & Fiske, S. T. (2017). Ambivalent Sexism in the Twenty-First Century. In C. Sibley & F. K. Barlow (Eds.). *The Cambridge Handbook of the Psychology of Prejudice*, 295–320. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781316161579.013>

- Carli, L. L., & Eagly, A. H. (2016). Women face a labyrinth: An examination of metaphors for women leaders. *Gender in Management: An International Journal*.
<https://doi.org/10.1108/GM-02-2015-0007>
- Cialdini, R. B., & Trost, M. R. (1998). Social influence: Social norms, conformity and compliance.
- D'Adamo, O., García-Beaudoux, V., Ferrari, G., & Slavinsky, G. (2008). Mujeres candidatas: percepción pública del liderazgo femenino. *Revista de Psicología social*, 23(1), 91-104.
<https://doi.org/10.1174/021347408783399534>
- Eagly, A. H., & Johnson, B. T. (1990). Gender and leadership style: A meta-analysis. *Psychological bulletin*, 108(2), 233. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.108.2.233>
- Eagly, A. H., & Karau, S. J. (2002). Role congruity theory of prejudice toward female leaders. *Psychological review*, 109(3), 573. <https://doi.org/10.1037/0033-295X.109.3.573>
- Eagly, A. H., Karau, S. J., & Makhijani, M. G. (1995). Gender and the effectiveness of leaders: a meta-analysis. *Psychological bulletin*, 117(1), 125. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.117.1.125>
- Eagly, A. H., & Mladinic, A. (1994). Are people prejudiced against women? Some answers from research on attitudes, gender stereotypes, and judgments of competence. *European review of social psychology*, 5(1), 1-35. <https://doi.org/10.1080/14792779543000002>
- Eagly, A. H., Makhijani, M. G., & Klonsky, B. G. (1992). Gender and the evaluation of leaders: A meta-analysis. *Psychological bulletin*, 111(1), 3. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.111.1.3>
- Eagly, A. H., & Wood, W. (2012). Social role theory. *Handbook of theories in social psychology*, 2, 458-476. <https://doi.org/10.4135/9781446249222.n49>

- Fiske, S. T. (1998). Stereotyping, prejudice, and discrimination. In D. T. Gilbert, S. T. Fiske & G. Lindzey (Eds.), *The handbook of social psychology* (4^a Ed., Vol. 2, pp. 357-411). McGraw-Hill.
- Fórum Econômico Mundial. (2021). *Global Gender Gap Report*. Recuperado em 20 de setembro, 2021 do Fórum Econômico Mundial: <https://www.weforum.org/>
- Garrido-Luque, A., Álvaro-Estramiana, J. L., & Torres, A. R. R. (2018). Estereotipos de género, maternidad y empleo: un análisis psicosociológico. *Pensando Psicología*, 14(23), 2382-3984. <https://doi.org/10.16925/pe.v14i23.2261>
- Glick, P., & Fiske, S. T. (2001). An ambivalent alliance: Hostile and benevolent sexism as complementary justifications for gender inequality. *American psychologist*, 56(2), 109. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.56.2.109>
- Guadagno, R. E., & Cialdini, R. B. (2007). Gender differences in impression management in organizations: a qualitative review. *Sex Roles*, 56(7), 483-494. <https://doi.org/10.1007/s11199-007-9187-3>
- IBGE. (2021). Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Recuperado em 21 março, 2021 do IBGE: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=o-que-e>
- Kedia, S., & Pareek, A. (2020). Women in politics: The effect on board diversity. *Available at SSRN 3744512*. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3744512>
- López-Zafra, E., García-Retamero, R., & Eagly, A. H. (2009). Congruencia de rol de género y aspiraciones de las mujeres a posiciones de liderazgo. *Revista de Psicología Social*, 24(1), 99-108. <https://doi.org/10.1174/021347409786923005>

- Luoto, S., & Varela, M. A. C. (2021). Pandemic leadership: sex differences and their evolutionary–developmental origins. *Frontiers in Psychology*, 12, 618. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.633862>
- Moscovici, S. (2000/2009). Representações sociais: investigações em psicologia social. In *Representações sociais: investigações em psicologia social*.
- Navas, A. P., & Costa, I. G. (2017). Da casa ao congresso-a inserção das mulheres na política partidária: ações afirmativas para inclusão feminina nos parlamentos. *Revista Quaestio Iuris*, 10(4), 2904-2925. <https://doi.org/10.12957/rqi.2017.27854>
- Okimoto, T. G., & Brescoll, V. L. (2010). The price of power: Power seeking and backlash against female politicians. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 36(7), 923-936. <https://doi.org/10.1177/0146167210371949>
- ONU MULHERES - Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres. (2019). Liderança e participação política. www.onumulheres.org.br
- ONU MULHERES - Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres. (2021). Tema do Dia Internacional da Mulher de 2021 – “Mulheres na liderança: Alcançando um futuro igual em um mundo de COVID-19”. <https://www.onumulheres.org.br/noticias/tema-do-dia-internacional-da-mulher-de-2021-mulheres-na-lideranca-alcancando-um-futuro-igual-em-um-mundo-de-covid-19/>
- Pereira, M. E., Álvaro, J. L., & Garrido, A. (2016). Procesos de esencialización de hombres y mujeres: un estudio comparado Brasil-España. *Anales de Psicología*, 32(1), 190-198. <https://dx.doi.org/10.6018/analesps.32.1.190841>
- Prentice, D. A., & Carranza, E. (2002). What women and men should be, shouldn't be, are allowed to be, and don't have to be: The contents of prescriptive gender stereotypes.

- Psychology of women quarterly*, 26(4), 269-281. <https://doi.org/10.1111/1471-6402.t01-1-00066>
- Rudman, L. A. (1998). Self-promotion as a risk factor for women: the costs and benefits of counterstereotypical impression management. *Journal of personality and social psychology*, 74(3), 629. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.74.3.629>
- Schwartz, S. H., Caprara, G. V., & Vecchione, M. (2010). Basic personal values, core political values, and voting: A longitudinal analysis. *Political psychology*, 31(3), 421-452. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9221.2010.00764.x>
- Suppes, A. (2020). Do women need to have children in order to be fulfilled? A system justification account of the motherhood norm. *Social Psychological and Personality Science*, 11(7), 999-1010. <https://doi.org/10.1177/1948550620909728>
- Tajfel, H. (1982). Comportamento intergrupo e psicologia social da mudança. *Mudança social e psicologia social*, 13-24.
- Techio, E. M., Leite, E. L., Silva, R. P., & Torres, A. R. R. (2019). El contenido estereotípico y el discurso acerca del prejuicio racial en Bahía. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 37(1), 179-194. <http://dx.doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.6158>.
- Tiburi, M. (2018). Feminismo em comum. *Rio de Janeiro: Rosa dos tempos*.
- Uchoa, P. (2020, 22 de abril). Coronavírus: por que países liderados por mulheres se destacam no combate à pandemia? Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52376867>
- Viana, H. A., Torres, A. R.R., & Estramiana, J. L. A. (2020). Egalitarian men: stereotypes and discrimination. *Acta Colombiana de Psicología*, 23(2), 111-128. <https://doi.org/10.14718/ACP.2020.23.2.6>

ARTIGO 1: COMPLEMENTAR AO MARCO TEÓRICO

O **Artigo 1**, apresentado a seguir, foi submetido à Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia, classificada como A2 no QUALIS da Capes. O manuscrito foi **aceito** para publicação, encontra-se em processo de edição neste momento. Foi apresentado como: Costa, L. L. A., Diniz, F. C. O. R., Torres, A. R. R., & Estramiana, J. L. A. (2021). Representações Sociais da Mulher na Literatura Científica: uma Revisão Sistemática.

Sua formatação segue as diretrizes do periódico, disponíveis em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/about/submissions#authorGuidelines>

Representações Sociais da Mulher na Literatura Científica: uma Revisão Sistemática

Social Representations of Women in Scientific Literature: a Systematic Review

Representaciones Sociales de la Mujer en la Literatura Científica: una Revisión Sistemática

Resumo

Esta revisão sistemática analisa publicações científicas sobre representações sociais da mulher no Brasil e América Latina, considerando para essa análise os objetivos de estudos embasados na Teoria das Representações Sociais (TRS) a fim de identificar os principais temas e contextos nos quais eles têm sido realizados. Foram conduzidas buscas nas bases Lilacs, PePSIC e SciELO, utilizando-se os descritores: “feminino” ou “mulher” combinados com “representação social”. Foram analisados 114 artigos, publicados entre 1999 e 2020. A análise foi realizada com auxílio do *software* Iramuteq, gerando quatro classes temáticas: “Relação com o corpo”; “Gestação e maternidade”; “Feminino contranormativo” e “Violência de gênero”. Nos resultados, observou-se dois núcleos principais: por um lado, temas tipicamente associados ao feminino, como maternidade, por outro, contextos não aprovados socialmente ou contranormativos, como a prostituição. Assim, há nas publicações uma representação ambivalente que parece espelhar a realidade social, tratando do que deve ser ou não “lugar de mulher”. Além disso, percebe-se a ausência de estudos embasados pela TRS sobre a mulher em espaços importantes, como os de liderança política. Com isso, discutimos a relação entre representações sociais da mulher e práticas sociais, bem como o papel da ciência no combate às desigualdades de gênero.

Palavras-chave: revisão sistemática, representação social, mulher

Nos últimos anos, houve uma ampliação no debate público e avanços importantes em indicadores sociais, como o acesso feminino à educação. De acordo com o *Global Gender Gap Report* (2020), que anualmente apresenta indicadores de gênero em todo o mundo, já foram fechadas 96,1% das lacunas relativas ao desempenho educacional. Porém, mesmo em países onde o nível de escolaridade é alto, ainda existem barreiras que impedem o acesso igualitário entre homens e mulheres, em especial no mercado de trabalho e em espaços de tomada de decisão (Fórum Econômico Mundial, 2020).

No Brasil, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), indicam que se, por um lado, as mulheres são mais escolarizadas, por outro, têm menor inserção no mercado de trabalho e na vida pública. Em 2019, a taxa de inserção das mulheres no mercado de trabalho foi de 54,5%, comparado a 73,7% de participação masculina. Quanto à remuneração, mesmo que as mulheres brasileiras sejam, em média, mais instruídas receberam pouco mais de 75% do rendimento dos homens. Esses indicadores evidenciam a persistente desigualdade entre homens e mulheres na sociedade, bem como a sua sustentação em bases ideológicas, pois ocorrem em função do gênero.

A atividade científica é emblemática nesse âmbito. No Brasil, a Plataforma Lattes, sistema oficial para cadastro de cientistas, por exemplo, passou a permitir apenas em 2021 o registro dos períodos de licença-maternidade, uma demanda antiga das cientistas brasileiras em prol da equidade de gênero na ciência. Pois, com esse registro no currículo, justifica-se o impacto que a chegada de um filho tende a causar na produção das pesquisadoras. Além disso, a institucionalização da ciência, com um conjunto de normas e métodos, aliada a um estereótipo do papel feminino mais voltado às tarefas da casa e da maternidade, restringiram, por décadas, a participação das mulheres na ciência (Barros & Mourão, 2020).

A produção científica é um campo fundamental na construção do conhecimento, pois é por meio dela que os resultados de pesquisas, novos conceitos e teorias transitam e são

apropriadas. Nesse sentido, Alves (2020) realizou uma revisão de literatura no intuito de analisar como os estudos de gênero e a perspectiva feminista estavam presentes nas publicações em Psicologia Clínica no Brasil. Os resultados evidenciaram que, embora as discussões de gênero estejam cada vez mais presentes, ainda é preciso expandir a reflexão para diferentes níveis de formação e campos da Psicologia.

Existem diferentes modos de entender e trabalhar com o conceito de gênero, partindo desde o ponto de vista da área biomédica, em que se resume a categoria gênero à noção de sexo biológico, até perspectivas mais sociais e críticas. Entende-se aqui o gênero enquanto uma categoria relacional que está em constante construção e considera as relações de poder, fatores culturais e sociais (Arruda, 2002; Butler, 2015). Diante disso, este trabalho trata dos espaços ocupados pela mulher e da influência das questões de gênero em um importante campo de investigação na Psicologia Social, a Teoria das Representações Sociais (TRS).

A TRS e a representação social da mulher

Inaugurada pela obra *“La psychanalyse, son image et son public”*, de 1961, a TRS é ainda hoje considerada um domínio em expansão. Nessa obra seminal, Serge Moscovici analisou como o conhecimento científico é consumido, transformado em senso comum e utilizado por leigos. Dessa questão, deriva a problemática mais geral da teoria: como as pessoas constroem a realidade (Cabecinhas, 2004). Para Jodelet (2001), representações sociais são sistemas de interpretação, que regem nossa relação com o mundo e com os outros, orientando e organizando condutas e comunicações sociais.

A TRS é construída sobre um rico conjunto de pressupostos e após mais de 50 anos do seu surgimento, segue mobilizando diferentes áreas do conhecimento (Marková, 2017). Por sua flexibilidade conceitual e metodológica, a teoria não pode ser considerada patrimônio de uma área em particular e sua vitalidade é observada na multiplicação dos objetos de representação (tomados como temas de pesquisa) e de paradigmas que se propõem a analisar, sob certos

ângulos, a dinâmica representacional (Rateau, Moliner, Guimelli, & Abric, 2012). Contudo, há uma preocupação entre pesquisadores da área sobre a construção do objeto de estudo.

Como a representação indica uma compreensão da realidade comum ao grupo social, é necessário que o objeto tenha consistência teórica, metodológica e relevância social (Souza Santos, de Moraes, & Neto, 2012). Pois, seguindo a lógica da construção social da realidade (Berger & Luckmann, 1974), a construção de um objeto de estudo não se restringe apenas ao mundo acadêmico, pois impacta a própria forma como ele é visto e vivenciado socialmente. Representações sociais são formadas, mantidas e mudadas na e por meio da linguagem e da comunicação (Marková, 2017). Assim, analisar o objeto de estudo nos trabalhos da TRS implica não somente em um exercício acadêmico *per se*, mas na compreensão de como os temas abordados são construídos e também constroem a realidade social.

Para Álvaro e Fernández (2006), as representações sociais da mulher e sua centralidade na construção dos valores não costumam ser objeto de estudo. Os autores analisaram representações sociais da mulher em imagens pictóricas no percurso da história, discutindo como é possível transformar valores hegemônicos de uma sociedade dominada por homens em algo tão concreto como a imagem corporal de uma mulher, contribuindo para a difusão desses valores, ao transformá-los em conhecimento do senso comum. Na análise, encontraram representações ambivalentes, nas quais por um lado há uma mulher idealizada como símbolo de fecundidade, maternidade e pureza e, por outro, como marca de desvio e marginalidade.

Nesse sentido, é possível estabelecer pontes entre as representações sociais e as teorias feministas de gênero, pois, para a TRS, a ciência não acontece isolada da sociedade. Existem formas diferentes de conhecer e de se comunicar que geram seu próprio universo, como o universo consensual que se constitui na vida cotidiana, e o universo reificado, constituído no espaço científico, sem considerar a existência de uma hierarquia ou isolamento entre eles. Do mesmo modo, as teorias feministas nascem do questionamento de paradigmas dominantes,

tecendo críticas a binarismos como natureza e cultura, ciência e senso comum. Ambas surgem, portanto, em estreita sintonia com a realidade social, abordando aspectos de objetos até então subvalorizados pela ciência e considerados menores, a mulher e o senso comum (Arruda, 2002).

As representações sociais da mulher coexistem e estão associadas a outros processos psicossociais que atuam nas desigualdades de gênero, como o preconceito, atitude hostil que se dirige a um indivíduo apenas pelo seu pertencimento a um grupo desvalorizado socialmente (Allport, 1954/1979). Existem muitas formas de preconceito e elas possuem elementos comuns, mas sua expressão varia em função do grupo alvo (Lima, 2020). Em relação às mulheres, o preconceito se expressa em duas dimensões: hostil e benevolente. O sexismo hostil é uma visão contraditória das relações de gênero na qual mulheres são vistas como usurpadoras do poder dos homens e, por isso, recebem hostilidade explícita. Já o sexismo benevolente é uma ideologia supostamente positiva e gentil na qual elas são percebidas como criaturas puras que devem ser protegidas, adoradas e cujo amor é necessário para completar um homem (Glick & Fiske, 2001).

Sexismo hostil e benevolente atuam em relação à representação social ambivalente das mulheres. Por um lado, a imagem da mulher que desafia o poder masculino e desvia da norma é rejeitada e punida com sexismo hostil. Por outro, mulheres que se encaixam em uma imagem idealizada, como esposas, mães e objetos românticos, são recompensadas com solicitude benevolente. Embora nem sempre seja visto como discriminação, pois oferece proteção e afeto às mulheres, o sexismo benevolente serve para reforçar o domínio masculino, pois, implica também na visão de que elas são seres, naturalmente, frágeis e inferiores. Então, confinadas em papéis convencionais de gênero, as mulheres são impedidas, ao longo do tempo, de galgar posições de poder na estrutura social (Connor, Glick, & Fiske, 2017; Glick & Fiske, 2001).

Assim, a combinação de sexismo hostil e benevolente justificam o poder masculino, circunscrevendo o espaço político, econômico e pessoal das mulheres (Connor et al., 2017; Gundersen & Kunst, 2019). E a representação social da mulher parece ter um papel fundamental

nesse âmbito, sendo importante investigá-la nos mais diferentes contextos, pois todo poder é gestado por um sistema ideológico e necessita de uma imagem que o represente (Álvaro & Fernández, 2006). Diante disso, esta revisão objetivou analisar publicações científicas sobre representações sociais da mulher no Brasil e América Latina, considerando para essa análise objetivos de estudos embasados na Teoria das Representações Sociais (TRS), a fim de identificar os principais temas e contextos nos quais eles têm sido realizados.

Método

Esta revisão sistemática foi realizada a partir do método *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* – PRISMA (Page et al., 2021) e conduzida nas bases de dados: Lilacs (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia) e SciELO (*Scientific Eletronic Library Online*), que indexam periódicos científicos de psicologia e áreas afins, no Brasil e América Latina.

Os termos de busca utilizados com os operadores booleanos foram “representação social AND (feminin* OR mulher*)”, em sua forma truncada para ampliar o alcance da busca, realizada em todos os índices das bases e sem limite inicial de data para publicação. Esses descritores foram selecionados no Tesouro da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS-Psi), um banco de terminologias nacional inspirado no *Thesaurus* da *American Psychological Association* (APA). Outras combinações de termos foram testadas, inclusive, com a tradução dos mesmos para o inglês e o espanhol, porém, a *string* em português foi mantida, pois reuniu um maior número de artigos para composição da amostra final. A amplitude dos termos e critérios da busca respondem também ao conceito de gênero assumido neste trabalho, enquanto categoria relacional e em constante construção. Objetiva-se reunir, portanto, estudos sobre mulheres, em qualquer cenário ou contexto social, cultural, etc. inclusive o de mulheres transgênero.

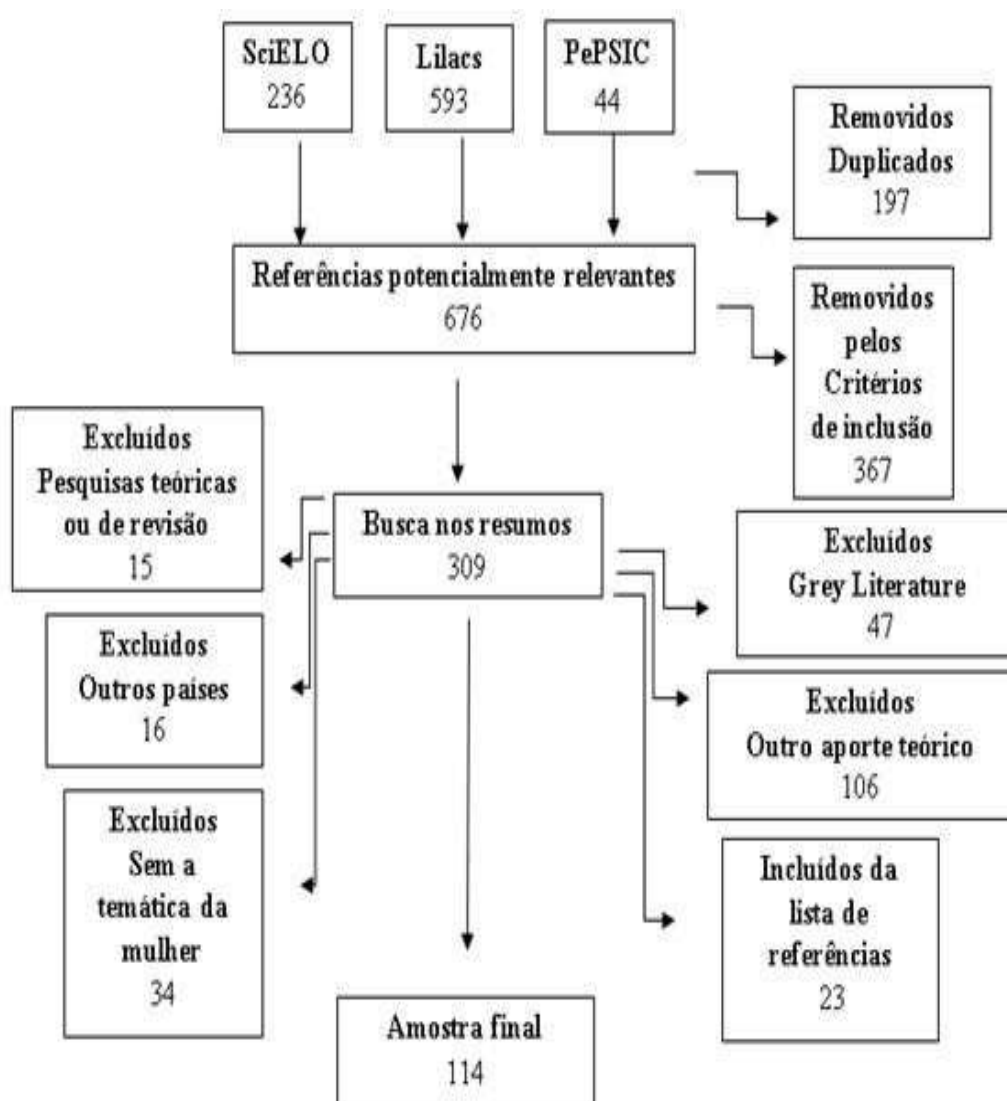
Critérios de inclusão e exclusão

Foram definidos os seguintes critérios de inclusão: a) ser um artigo que aborda representações sociais; e b) ter a mulher como objeto e/ou sujeito da representação. Os critérios de exclusão foram: a) a TRS não foi o aporte teórico utilizado; b) produções científicas não veiculadas nos meios usuais de publicação, como teses e dissertações (*grey literature*); c) pesquisas teóricas ou de revisão; d) que não enfatizavam em suas análises a temática da mulher; e) e trabalhos realizados em outros países, fora do contexto latino-americano.

Procedimentos

A busca foi realizada por duas juízas independentes, em 27 de novembro de 2020. Foram encontrados: 593 trabalhos na Lilacs, 236 na SciELO e 44 na PePSIC. Controlando as duplicações, restaram 676 referências potencialmente relevantes. Com o auxílio do *software* Zotero, os títulos e resumos dos trabalhos foram analisados em função dos critérios de inclusão e exclusão. Foram retirados 367 trabalhos que não atendiam aos critérios de inclusão e 218 com base nos critérios de exclusão. As listas de referências de todos os trabalhos também foram analisadas e mais 23 artigos foram incluídos, restando 114 na amostra. Na Figura 1, observa-se a estratégia de busca empregada, descrevendo todo o processo de seleção dos artigos.

Figura 1: Fluxograma do processo de seleção dos artigos



Os artigos foram analisados na íntegra, considerando aspectos como: área de conhecimento, ano de publicação, região de realização do estudo, instrumentos empregados, dentre outros. Tais variáveis foram analisadas com o auxílio do *software* SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), por meio de estatísticas descritivas. Todo processo de análise foi realizado por duas juízas e, em casos de dúvida, uma terceira reestabelecia o consenso.

Para responder à questão de pesquisa: “O que investigam os estudos da TRS sobre a mulher?”, os 114 objetivos dos artigos foram incluídos num *corpus* para análise realizada com o apoio do *software* Iramuteq, que permite a quantificação e o uso de cálculos estatísticos sobre

variáveis fundamentalmente qualitativas: os textos (Camargo & Justo, 2013). O Iramuteq oferece recursos distintos para análise de dados e aproxima estratégias quantitativas e qualitativas, considerando as vantagens e os limites dessa complementariedade (Araújo, Lima Coutinho, Alberto, Santos, & Lima Pinto, 2018).

Neste trabalho, optamos pela Nuvem de Palavras, que produz uma representação gráfica das ocorrências do *corpus*, na qual cada palavra tem tamanho proporcional a sua frequência. Em combinação com a Classificação Hierárquica Descendentemente (CHD), que realiza uma análise de agrupamentos (*clusters*) sobre os segmentos de texto, na qual o material textual é sucessivamente particionado em função da coocorrência de formas lexicais nos enunciados e, posteriormente, o *software* realiza testes de associação, Qui quadrado (χ^2), entre as formas linguísticas do *corpus* e as classes lexicais, permitindo a representação gráfica da análise por meio de um dendrograma, que ilustra os diferentes conjuntos lexicais e suas palavras mais características (Sousa, Gondim, Carias, Batista, & Machado, 2020).

Resultados e discussão

Os artigos reunidos nesta revisão foram publicados entre 1999 e 2020, sendo possível observar um crescimento nos últimos anos: 14 trabalhos entre 1999 e 2005, 31 entre 2006 e 2010, 37 entre 2011 e 2015 e 32 entre 2016 e 2020. Esse crescimento pode ser associado tanto ao aumento na publicação científica, de forma geral, ao longo dos anos, como também ao maior interesse social e acadêmico pelo tema, especialmente diante do avanço nos estudos de gênero que parecem ter contribuído para o interesse e o debate sobre representações sociais da mulher.

Os trabalhos foram majoritariamente produzidos na região Sudeste ($n = 35$), seguido pela Sul ($n = 32$). A Enfermagem foi a área da maior produção ($n = 48$), seguida por Psicologia ($n = 41$) e Saúde em geral ($n = 20$), categoria que abarcava saúde pública, saúde coletiva, entre outras. A maior parte dos trabalhos foi desenvolvida apenas por mulheres ($n = 61$) ou por uma maioria de mulheres ($n = 30$). Tal perfil de autoria evidencia que, nessa área, as mulheres têm

sido as principais pesquisadoras de temas relacionados à mulher. A situação é a mesma em relação aos participantes, pois predominaram os estudos apenas com participação feminina ($n = 73$), seguida por estudos com participantes dos dois sexos ($n = 37$).

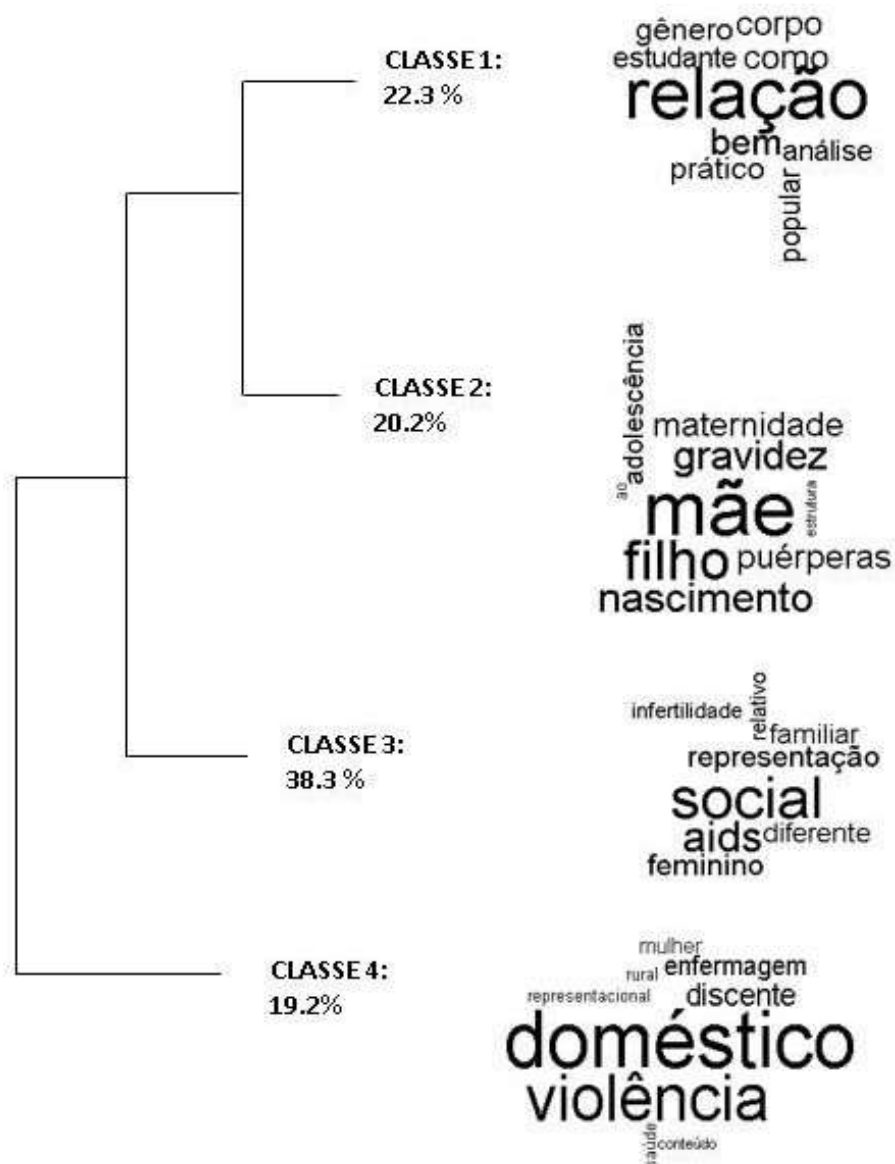
No que diz respeito ao método, a maioria dos estudos empregou uma abordagem mista, associando estratégias qualitativas e quantitativas ($n = 60$) e quase todos os demais ($n = 53$) utilizaram uma abordagem eminentemente qualitativa. A entrevista foi o instrumento principal ($n = 67$) entre os estudos, seguido pela aplicação da Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP) associada a outros instrumentos ($n = 28$). As estratégias de análise de dados mais frequentes ($n = 53$) foram as análises lexicais com auxílio de algum *software* (Iramuteq, Alceste, EVOC e outros em menor frequência) e a análise de conteúdo de Bardin ($n = 53$).

Ademais, foram analisados aspectos da TRS, como as abordagens utilizadas. A maioria dos estudos apresentou apenas definições do conceito de representação social, desenvolvidas por autores clássicos, como Moscovici e Jodelet ($n = 61$). Entre os que citavam algum enfoque, predominou o estrutural ($n = 32$). Observou-se também pouco desenvolvimento teórico e aplicação dos conceitos derivados da TRS. Sobre isso, Souza-Santos et al. (2012) destacam que apesar do crescente número de publicações na área, sobretudo nos países da América Latina, uma importante crítica à produção na área é relativa ao uso e desenvolvimento da Teoria, pois, muitas vezes, os estudos se limitam à descrição do conteúdo dos objetos de representação.

O que investigam os estudos da TRS sobre a mulher?

A análise lexical com apoio do *software* Iramuteq foi realizada a fim de analisar os objetivos dos estudos sobre representações sociais da mulher e identificar os principais temas e contextos nos quais eles têm sido realizados. O material textual foi composto pelos 114 objetivos (segmentos de texto), abarcando 788 palavras que apareceram 2873 vezes, uma média de ocorrência de aproximadamente 3,6. A análise da CHD reteve 82,46% do total do *corpus*, realizando três partições e definindo quatro classes temáticas (Figura 2).

Figura 2: Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente do *corpus* “Representações Sociais da mulher”.



Inicialmente, de acordo com a lógica de partição, foram formados dois *subcorpora*, isolando a Classe 4 (19,2%). Em seguida, uma nova partição separou a Classe 3 (38,3%) e, por fim, a última subdivisão originou as Classes 1 (22,3%) e 2 (20,2%). No dendrograma, foram

consideradas as palavras com frequência igual ou superior à média de ocorrência e com χ^2 superior a 4,15. O seu conteúdo evidencia os objetos representacionais elaborados nos estudos e, a seguir, serão discutidas as classes e seus principais enunciados.

Classe 4: violência de gênero

Embora seja a classe de menor frequência, representando 19,2% dos fragmentos de texto, a Classe 4 foi formada na primeira partição do *corpus* e a “Violência de gênero” foi sua temática central. Suas palavras mais características foram: doméstico ($\chi^2 = 58,08$), violência ($\chi^2 = 45,75$), discente ($\chi^2 = 17,64$) e enfermagem ($\chi^2 = 14,52$), sendo que o conteúdo contemplou, majoritariamente, as representações sociais acerca da violência contra a mulher, com ênfase no contexto doméstico e nas práticas dos profissionais de saúde nesse âmbito, especialmente enfermagem, área com maior número de publicações reunidas nesta revisão.

Houve predominância, portanto, de objetivos voltados à compreensão da violência de gênero, como é possível observar no fragmento a seguir: “*Desvendar o significado das representações sociais de um grupo de mulheres sobre a violência doméstica*” (Rico, Méndez, & Amézquita, 2010). Sabe-se que o ambiente doméstico representa um contexto de risco determinante para as mulheres. No Brasil, em 2019, enquanto para os homens a proporção de homicídios que ocorreram no domicílio foi de 11,2%, para as mulheres esse índice atingiu 30,4%, com taxas maiores entre mulheres pretas ou pardas (IBGE, 2021).

Embora a legislação de cada país seja fundamental para o combate à violência de gênero, o atendimento integral às vítimas não depende apenas das ações no âmbito da justiça, mas, também do sistema de saúde. Considerando a relação entre representações sociais e práticas, nessa classe, alguns trabalhos investigaram como a violência doméstica era representada por profissionais da área, conforme o fragmento a seguir: “*Conhecer de forma descritiva e analisar as representações sociais da violência contra as mulheres na perspectiva de gestores municipais, profissionais e trabalhadores da saúde*” (Costa, Lopes, & Soares, 2014).

Ademais, o termo “doméstico” que representa predominantemente os estudos sobre violência, também foi utilizado para abordar atividades domésticas, como no seguinte fragmento: “*representação que o homem e a mulher têm sobre a participação masculina em atividades domésticas*” (Roazzi, 1999). A temática merece destaque, pois a divisão tradicional de papéis é parte dos processos psicossociais subjacentes à desigualdade de gênero, naturalizando características sociais que legitimam a permanência da mulher no âmbito doméstico (Garrido, Estramiana, & Torres, 2018). A menor participação das mulheres no mercado de trabalho, por exemplo, está associada ao tempo dedicado aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, que varia em função do sexo, sendo que as mulheres dedicam quase o dobro de tempo que os homens (21,4 horas contra 11,0 horas) nessas atividades (IBGE, 2021).

Classe 3: feminino contranormativo

A Classe 3 foi a segunda a se separar na análise da CHD, representando 38,3% dos segmentos de texto e foi denominada: “Feminino contranormativo”. Além dos termos da busca (representação e social), as palavras mais características foram aids ($\chi^2 = 12,19$), feminino ($\chi^2 = 8,24$), diferente ($\chi^2 = 6,73$), familiar ($\chi^2 = 6,73$), relativo ($\chi^2 = 4,99$) e infertilidade ($\chi^2 = 4,99$). De modo geral, as pesquisas compartilhavam o interesse por representações sociais de mulheres em contextos não aprovados socialmente, desviantes ou considerados contranormativos para o gênero feminino, como a exposição ao HIV, prostituição, aborto e infertilidade.

Os estudos sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), especialmente HIV/AIDS, foram recorrentes e representaram 10,52% da amostra. Nesta classe, abordavam grupos específicos, como nos fragmentos: “*Analisar a vulnerabilidade em saúde das jovens transexuais femininas que vivem com HIV Aids*” (Silva et al., 2020); “*Apreender as representações sociais da aids elaboradas por mulheres profissionais do sexo*” (Araújo, Nery, Monteiro, & Moura, 2014) e “*Apreender as representações sociais sobre a aids construídas por mulheres em privação de liberdade*” (Trigueiro et al., 2016).

Essas pesquisas abordavam a vulnerabilidade e estigmatização das mulheres que pertencem a grupos minoritários na estrutura de poder (ciganas, transexuais, etc.). E como o gênero é uma categoria relacional, as interseções com modalidades raciais, classistas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas também impactam a realidade social das mulheres (Butler, 2015). Assim, sobre as contranormativas parece incidir mais fortemente a dimensão hostil do sexismo, sendo punidas com antipatia e rejeição (Glick & Fiske, 2001).

O feminino contranormativo emerge tanto em função das mulheres ocuparem espaços tradicionalmente masculinos, como o contexto do futebol no objetivo a seguir: *“Analisar as representações sociais sobre o futebol feminino e as atletas”* (Martínez & Goellner, 2015), quanto pela ruptura com o que se espera de uma mulher, como o impacto da infertilidade na identidade feminina: *“Investigar representações sociais da infertilidade para a mulher que vive essa situação, considerando seus reflexos no ser mulher”* (Queiroz, Arruda, & Tyrrell, 2003).

Objetos relacionados à sexualidade são recorrentes, sendo que a infertilidade é uma das palavras mais características da classe, revelando um embate entre a demarcação da norma e o seu desvio. Álvaro e Fernández (2006) pontuam que inúmeras ilustrações do corpo da mulher no percurso da história dão destaque aos órgãos associados à fertilidade e à reprodução, demarcando o que seria sua natureza ou função. Essa representação social da mulher possibilita a reprodução da ordem social como se fosse algo natural. A questão da fertilidade, nessa classe, sinaliza que estar fora da norma, por escolha ou não, pode gerar desvantagens para as mulheres.

Classe 1: relação com o corpo

A Classe 1, com 22,3% dos fragmentos textuais retidos na análise, foi designada “Relação com o corpo”, tendo as seguintes palavras características: relação ($\chi^2 = 33,72$), corpo ($\chi^2 = 14,16$), estudante ($\chi^2 = 10,77$), gênero ($\chi^2 = 12,25$), prático ($\chi^2 = 12,25$) e percepção ($\chi^2 = 10,12$). Desse modo, predominaram conteúdos referentes à percepção e relação com o corpo,

contemplando envelhecimento, sexualidade e intimidade, com ênfase na saúde e nas peculiaridades da experiência feminina.

Padrões de beleza e pressão estética são temas presentes nessa classe, sendo que os trabalhos investigam grupos específicos (adolescentes, estudantes, profissionais de enfermagem, etc.), como no objetivo a seguir: “*Avaliar a percepção das adolescentes quanto à relação estabelecida entre a TV e as revistas e o corpo*” (Conti, Bertolin, & Peres, 2010). Considerando que o corpo afeta e é afetado pelo movimento das sociedades e a mídia tem um papel determinante na formação e circulação daquilo que é considerado modelo ou padrão em cada contexto histórico e social, e que a busca pela adequação é um tema com forte carga social de gênero (Araújo et al., 2018; Camargo, Goetz, Bousfield, & Justo, 2011), essa classe serve à reflexão acerca do espaço que a “relação com o corpo” ocupa na vida das mulheres.

A dualidade entre saúde e estética também foi observada enquanto constituinte do pensamento social compartilhado a respeito do corpo, como no seguinte objetivo: “*Compreender como a mulher representa seu corpo após a mastectomia quando retorna para casa nas relações consigo mesma*” (Ferreira & Mamede, 2003). Sobre isso, Camargo et al. (2011) ressaltam a importância do bem-estar e equilíbrio emocional na percepção da corporeidade. Porém, muitas vezes o ideal de beleza é considerado mais importante que a saúde, o que reforça processos sociais nocivos, como preconceito e discriminação.

A “relação com o corpo” é um tema tipicamente associado ao feminino, seja de forma sutil ou explícita. Imagens ou representações do corpo feminino naturalizam processos de origem social e cultural (como as noções de bem e mal/ certo e errado para as mulheres (Álvaro & Fernández, 2006). Com isso, são definidos desde comportamentos cotidianos mais “simples” como o tipo de roupa que uma mulher pode vestir e em que contextos seus corpos serão ou não respeitados até os espaços que as mulheres podem ocupar na sociedade.

Assim, a busca feminina pela adequação aos padrões estéticos e a estigmatização dos corpos desviantes é muitas vezes naturalizada e pode ser associada à expressão do sexismo benevolente, no qual as mulheres buscam se adaptar ao ideal normativo de uma “boa mulher”, buscando beleza e docilidade para que sejam dignas da admiração, proteção e afeto dos homens. Estudos mostram que as mulheres constantemente reagem ao sexismo hostil, quando são vítimas, mas frequentemente endossam o sexismo benevolente, que acaba recrutando-as como participantes involuntárias da própria subjugação (Connor et al., 2017; Glick & Fiske, 2001).

Classe 2: gestação e maternidade

Por fim, representando 20,2% dos segmentos de texto, a Classe 2 foi nomeada “Gestação e maternidade” e reuniu palavras como mãe ($\chi^2 = 43,9$), filho ($\chi^2 = 29,8$), gravidez ($\chi^2 = 20,8$), nascimento ($\chi^2 = 20,8$), puérperas ($\chi^2 = 16,5$), maternidade ($\chi^2 = 15,8$) e adolescência ($\chi^2 = 12,2$). Nela, há uma centralidade na figura da mãe que aparece tanto enquanto sujeito (quem representa alguma coisa), quanto como objeto (algo que é representado).

Sabe-se que a maternidade impacta a forma como as mulheres experienciam os mais diversos setores da vida. No Brasil, por exemplo, o nível de inserção de mulheres entre 25 a 49 anos no mercado de trabalho varia em função da presença de crianças em casa. Em 2019, a proporção de mulheres nessa faixa etária empregadas era de 54,6% quando possuíam crianças e 67,2% quando não possuíam. Para os homens, o nível de ocupação era superior ao das mulheres em ambas as situações, sendo inclusive maior para aqueles com crianças no domicílio (IBGE, 2021). Esses dados justificam a quantidade e a relevância das pesquisas com ênfase na maternidade e nesse papel de cuidadora, socialmente atribuído às mulheres.

Assim, os estudos nessa classe abordam questões relativas à maternidade, considerando condições como a gravidez na adolescência, período do desenvolvimento em que, em geral, elas estão mais susceptíveis a fatores de risco, ilustrada no seguinte objetivo: “*Apreender o*

conteúdo das representações sociais acerca da gravidez na adolescência sob a ótica das próprias adolescentes” (Rangel & Queiroz, 2008).

Mas, apesar da maioria dos estudos ter uma perspectiva crítica, a centralidade da maternidade nas produções, como no objetivo: *“Investigar as representações de maternidade de jovens mães e das mães destas, focalizando três dimensões: a representação de si mesma como mãe, a representação de sua própria mãe (ou filha) como mãe e a representação de como uma boa mãe deveria ser”* (Dias & Lopes, 2003), parece reforçar uma imagem normativa da mulher, como se determinados traços fossem naturalmente inerentes ao feminino. O que merece atenção, pois os estereótipos que se constroem ao redor da maternidade constituem um dos principais fatores que mantêm a discriminação das mulheres na sociedade (Garrido et al., 2018).

Essa classe contempla também conjugalidade e família, com ênfase na maternidade, reforçando a prevalência de temas normativos. Esta revisão não encontrou, por exemplo, estudos da TRS sobre a imagem feminina em cargos de liderança na política. Aspectos sobre vida pública foram discutidos apenas no trabalho de Gianordoli-Nascimento et al. (2015) com o objetivo de *“Investigar elementos relacionados à representação de ser mulher militante durante a ditadura militar brasileira, procurando compreender as repercussões das hierarquias de gênero, presentes nesses espaços”*. À exceção desse trabalho (Gianordoli-Nascimento et al., 2015), destacamos que houve pouca articulação entre os artigos analisados e as contribuições dos estudos de gênero ou mesmo de uma perspectiva feminista. Diante dessa falta de diálogo, cabe refletir sobre como a prevalência de temas/estudos normativos pode impactar na manutenção dos papéis convencionais de gênero até mesmo na ciência.

Considerações finais

Nesta revisão sistemática, analisamos publicações científicas sobre representações sociais da mulher no Brasil e América Latina, considerando para essa análise os objetivos de estudos embasados na Teoria das Representações Sociais (TRS). À luz dos resultados e da

discussão acerca do material, consideramos que o propósito do estudo foi alcançado, identificando os principais temas e conteúdos presentes nas publicações, bem como os espaços sociais ocupados pela mulher enquanto sujeito ou objeto da representação social.

Em síntese, os estudos apresentaram uma representação ambivalente da mulher. Por um lado, entre os objetivos mais frequentes, foram identificados temas contranormativos, como contaminação por HIV ou a prostituição. E, por outro, conteúdos tipicamente associados ao feminino, como maternidade e relação com o corpo. Contudo, aquilo que é considerado “lugar de mulher” parece predominar, pois, mesmo na classe referente ao feminino contranormativo havia uma demarcação da norma para abordar aquilo que era desviante. Como no caso da infertilidade, em oposição ao que seria da “natureza” ou função social da mulher: a reprodução.

As mulheres que se adequam à norma despertam o sexismo benevolente que nem sempre é visto como nocivo, pois oferece proteção e afeto. Porém, as pesquisas e discussões reunidas nesta revisão indicam que nenhuma mulher está livre do impacto do sexismo. As contranormativas são vítimas da hostilidade explícita. Mas, as mães têm mais dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Além disso, a pressão estética, os padrões de beleza e a violência de gênero incidem sobre todas. Assim, como fenômenos subjacentes à discriminação, sexismo hostil e benevolente devem ser igualmente combatidos, pois são complementares na manutenção das desigualdades de gênero (Connor et al., 2017; Gundersen & Kunst, 2019).

Destacamos ainda que a TRS vem sendo utilizada desde 1999 para investigar temáticas socialmente relevantes em relação às mulheres. O uso desse aporte teórico parece consistente para tal objetivo, pois os estudos evidenciam o impacto das questões de gênero na construção da realidade social. Em consonância com a noção de que, por meio de sua produção acadêmica, a atividade científica têm sido um terreno fértil para a busca pela igualdade de gênero.

No entanto, reiteramos a limitação ou mesmo ausência de diálogo entre a maior parte dos artigos aqui reunidos e as contribuições dos estudos de gênero. Conforme a visão de Berger

e Luckmann (1974), podemos dizer que a delimitação do objeto contribui para a própria construção de como ele é visto e vivenciado socialmente, e parece que a literatura acadêmica (feita para ampliar o conhecimento e melhorar as práticas) pode estar reproduzindo o sexismo na própria delimitação e discussão dos seus objetivos de estudo. Pois, de acordo com os resultados, há uma prevalência de temas normativos, sem abarcar debates sobre a diversidade de espaços que uma mulher ocupa e pode ocupar em sociedade.

Assim, mesmo que seja majoritariamente produzida por mulheres e sobre mulheres, a produção na área parece espelhar a realidade social, com a manutenção dos papéis convencionais de gênero. Nesse sentido, é importante refletir sobre como a estrutura social, baseada na relação desigual entre os gêneros, influencia a trajetória das mulheres (Barros & Mourão, 2020), inclusive, das que optaram pela carreira científica e produzem sobre o tema. Pois, como afirma Alves (2020), estamos todos impregnados pelos símbolos e mensagens de uma cultura sexista, enraizada na forma como nos relacionamos, nas práticas sociais e, conseqüentemente, nas produções acadêmicas. Como muitas vezes não é fácil rejeitar ou criticar essa influência, é preciso aprender a problematizá-la.

A própria teoria e o fenômeno das representações sociais podem auxiliar nessa reflexão, pois como a produção científica é assimilada pelo senso comum e a representação social tem a função de orientar e organizar condutas e comunicações sociais (Abriç, 1998), a ampliação dos debates acerca do lugar da ciência na manutenção das disparidades de gênero perpassa também pela diversificação dos temas de pesquisa. Com isso, não afirmamos a irrelevância dos temas encontrados nesta revisão, mas, apenas a noção de que investigações sobre a mulher, considerando espaços e públicos diversos também podem ser ferramentas capazes de atuar no combate às desigualdades de gênero.

A produção científica pode promover discussões sobre o sexismo nos mais diversos contextos como em profissões como as engenharias, cargos gerenciais, dentre outros. Como

desdobramentos futuros, temos interesse especial na questão da liderança política. Pois, para a ONU-Mulheres (2019), só é possível avançar efetivamente na igualdade de gênero ao alcançar a paridade na representação política. Assim, pretendemos desenvolver investigações que explorem em maior profundidade as relações entre a representação social da mulher e a representatividade política feminina.

A despeito das contribuições, esta revisão também apresenta limites, como a restrição da busca às bases Lilacs, PePSIC e SciELO e não contemplar pesquisas realizadas em outros países, além do contexto latino-americano. Mas, se por um lado, tal opção metodológica representa uma limitação, por outro, permite uma caracterização local mais específica. Como sugestão, estudos futuros podem ampliar o alcance da busca para outras realidades e fontes.

Em suma, como representações sociais da mulher são mecanismos capazes de transformar valores hegemônicos na sociedade em práticas sociais (Álvaro & Fernandez, 2006), buscamos avançar não apenas na investigação, mas na construção das representações sociais da mulher. Para que a ambivalência que encontramos hoje possa, ao longo do tempo, ser substituída por representações abrangentes e plurais, nas quais as mulheres possam ser e ocupar qualquer espaço, dentro e fora da literatura científica.

Referências

Abric, J. C. (1998). A abordagem estrutural das representações sociais. Em A. S. P. Moreira & D. C. Oliveira (Eds.), *Estudos interdisciplinares de representação social* (pp. 27-46). Goiânia: AB.

Allport, G. W. (1954/1979). *The nature of prejudice*. 3ª Ed. Wokingham: Addison Wesley.

Álvaro, E. J., & Fernández R. B. (2006). Representaciones sociales de la mujer. *Athenea Digital. Revista de Pensamiento e Investigación Social*, (9), 65-77.
<https://doi.org/10.5565/rev/athenead/v1n9.261>

Alves, C. O. (2020). Produção de conhecimento em gênero e Psicologia no Brasil: Revisão de literatura. In: dos Santos, C. V. M., & da Rocha, G. M. A. Perspectivas interdisciplinares em promoção da saúde e diversidade. *Editora*, 1(15). Recuperado de: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/editora/article/view/9273>

Araújo, L. S., de Lima Coutinho, M. D. P., Alberto, M. D. F. P., Santos, A. M. D., & de Lima Pinto, A. V. (2018). Discriminação baseada no peso: representações sociais de internautas sobre a gordofobia. *Psicologia em estudo*, 23. <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v23i0.34502>

Araújo, O. D., Nery, I. S., Monteiro, C. F. S., & Moura, M. E. B. (2014). Representações sociais de mulheres profissionais do sexo. *Ciência, Cuidado e Saúde*, 13(4), 714-21. <https://doi.org/10.4025/cienccuidsaude.v13i4.20380>

Arruda, A. (2002). Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de pesquisa*, 127-147.

Barros, S. C. D. V., & Mourão, L. (2020). Trajetória profissional de mulheres cientistas à luz dos estereótipos de gênero. *Psicologia em Estudo*, 25. <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v25i0.46325>

Berger, P. L., & Luckmann, T. (1974). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes.

Butler, J. (2015). Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Editora José Olympio.

Cabecinhas, R. (2004). Representações sociais, relações intergrupais e cognição social. *Paideia*, 14(28), 125-137. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2004000200003>

Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em psicologia*, 21(2). <https://doi.org/10.9788/TP2013.2-16>

Camargo, B. V., Goetz, E. R., Bousfield, A. B. S., & Justo, A. M. (2011). Representações sociais do corpo: estética e saúde. *Temas em Psicologia*, 19(1), 257-268. Recuperado de: <https://www.redalyc.org/pdf/5137/513751437021.pdf>

Connor, R. A., Glick, P., & Fiske, S. T. (2017). Ambivalent Sexism in the Twenty-First Century. In C. Sibley & F. K. Barlow (Eds.). *The Cambridge Handbook of the Psychology of Prejudice*, 295 – 320. Cambridge: Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781316161579.013>

Conti, M. A., Bertolin, M. N. T., & Peres, S. V. (2010). A mídia e o corpo: o que o jovem tem a dizer? *Ciência & saúde coletiva*, 15(4), 2095-2103. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232010000400023>.

Costa, M. C., Lopes, M. J. M., & Soares, J. S. F. (2014). Representações sociais da violência contra mulheres rurais: desvelando sentidos em múltiplos olhares. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 48(2), 214-22. <https://doi.org/10.1590/S0080-623420140000200003>

Dias, A. C. G., & Lopes, R. D. C. (2003). Representações de maternidade de mães jovens e suas mães. *Psicologia em estudo*, 8(especial). <https://doi.org/10.1590/S1413-73722003000300009>

Ferreira, M. D. L. D. S., & Mamede, M. V. (2003). Representação do corpo na relação consigo mesma após mastectomia. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 299-304. <https://doi.org/10.1590/S0104-11692003000300006>

Fórum Econômico Mundial. (2020). *Global Gender Gap Report*. Recuperado em 20 de março, 2021 do Fórum Econômico Mundial: <https://www.weforum.org/>

Garrido-Luque, A., Álvaro-Estramiana, J. L., & Rosas-Torres, A. R. (2018). Estereotipos de género, maternidad y empleo: un análisis psicosociológico. *Pensando Psicología*, 14(23), 2382-3984. <https://doi.org/10.16925/pe.v14i23.2261>

Gianordoli-Nascimento, I. F., da Costa Oliveira, F., da Cruz, J. P. D., de Freitas, J. C., dos Reis Barbosa, D., dos Santos, T. L. A., & Mendes, B. G. (2015). Representações sociais de “ser mulher militante”: as imbricações entre geração e gênero na trajetória de militância de mulheres durante a ditadura militar brasileira. *Memorandum: Memória e História em Psicologia*, 28, 110-131. Recuperado de: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6460/4047>

Glick, P., & Fiske, S. T. (2001). An ambivalent alliance: Hostile and benevolent sexism as complementary justifications for gender inequality. *American psychologist*, 56(2), 109. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.56.2.109>

Gundersen, A. B., & Kunst, J. R. (2019). Feminist≠ feminine? Feminist women are visually masculinized whereas feminist men are feminized. *Sex Roles*, 80(5-6), 291- 309. <https://doi.org/10.1007/s11199-018-0931-7>

IBGE. (2021). Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Recuperado em 21 março, 2021 do IBGE: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=o-que-e>

Jodelet, D. (2001). Representações sociais: Um domínio em expansão. Em D. Jodelet (Ed.), *As representações sociais*. Rio de Janeiro: UERJ.

Lima, M. E. O. (2020). O que é preconceito. In Lima, M. E. O (Org), *Psicologia social do preconceito e do racismo* (pp. 102-106). São Paulo: Blucher.

Marková, I. (2017). A fabricação da teoria de representações sociais. *Cadernos de pesquisa*, 47(163), 358-375. <http://doi.org/10.1590/198053143760>

Martínez, C., & Goellner, S. V. (2015). Representaciones sociales de la selección femenina de fútbol de Colombia en la copa américa 2014. *Educación Física y Deporte*, 34(1), 39-72. <https://doi.org/10.17533/udea.efyd.v34n1a03>

ONU MULHERES - Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres. (2019). Liderança e participação política. Recuperado de: www.onumulheres.org.br

Page, M. J., McKenzie, J., Bossuyt, P., Boutron, I., Hoffmann, T., Mulrow, C., ... & Moher, D. (2020). Updating guidance for reporting systematic reviews: development of the PRISMA 2020 statement. <https://doi.org/10.1016/j.jclinepi.2021.02.003>

Queiroz, A. B. A., Arruda, Â., & Tyrrell, M. A. R. (2003). Desvendando a situação de infertilidade e seus reflexos no gênero feminino através do programa informatizado- Alceste. *Esc. Anna Nery Rev. Enferm*, 7(3), 388-397. Recuperado de: http://revistaenfermagem.eean.edu.br/2017/detalhe_artigo.asp?id=1140

Rateau, P.; Moliner, P.; Guimelli, C.; & Abric, J. C. (2012). Teoria das Representações Sociais. *Rennes: PUR*.

Rico, J. E. M., Méndez, J. H. M., & Amézquita, H. V. (2010). Análisis referencial de las representaciones sociales sobre la violencia doméstica. *Acta Colombiana de Psicología*, Vol. 13, no. 2, p. 129-148. Recuperado de: <https://repository.ucatolica.edu.co/handle/10983/159>

Roazzi, A. (1999). Lar-doce-lar: Rainha ou rei? A representação da participação masculina nas tarefas domésticas e a lógica de sua distribuição em casais de nível sócio-doméstico baixo. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 51(4), 7. Recuperado de: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-278548>

Silva, R. G. D., Abreu, P. D. D., Araújo, E. C. D., Santana, A. D. D. S., Sousa, J. D. C., Lyra, J., & Santos, C. B. D. (2020). Vulnerability in the health of young transgender women living with HIV/AIDS. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 73(5). <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0046>

Souza Santos, M. D. F., de Moraes, E. R. C., & Neto, M. D. L. A. (2012). A Produção Científica em Representações Sociais: Análise de Dissertações e Teses Produzidas em Pernambuco. *Psico*, 43(2), 8. Recuperado de: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5633157>

Sousa, Y. S. O., Gondim, S. M. G., Carias, I. A., Batista, J. S., & de Machado, K. C. M. (2020). O uso do software Iramuteq na análise de dados de entrevistas. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 15(2), 1-19. Recuperado de: http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/3283

Trindade, Z. A., & Enumo, S. R. F. (2001). Representações sociais de infertilidade feminina entre mulheres casadas e solteiras. *Psicologia, Saúde e Doenças*, Lisboa, 2 (2), 5-26. Recuperado de: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=36220201>

Trigueiro, D. R. S. G., Almeida, S. A., Monroe, A. A., & Costa, G. P. O., Bezerra, V. P., Nogueira, J. A. (2016). Aids e cárcere: representações sociais de mulheres em situação de privação de liberdade. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 50(4), 554-561. <https://doi.org/10.1590/S0080-623420160000500003>

SEÇÃO II - ARTIGOS EMPÍRICOS

CAPÍTULO 1

Mulheres na política, normatividade e ideologia: o papel moderador do sexismo no apoio a uma candidata

Resumo

O aumento da representação de mulheres na política tem sido considerado estratégico na busca por igualdade de gênero. Este artigo aborda desafios relacionados a essa pauta e teve como objetivo investigar o impacto do posicionamento ideológico e da normatividade no apoio a uma candidata, analisando o papel moderador do sexismo nessa relação, no Brasil e na Espanha. O estudo foi realizado em duas partes, por meio de um delineamento experimental, a fim de comparar os resultados entre os países. A amostra brasileira contou com 185 participantes, com idade média de 27,34 anos ($DP = 9,06$), dos quais 52,5% era do gênero feminino. Na Espanha, também foram 185 participantes, majoritariamente do gênero feminino (49,7%) e com idade média de 21,22 anos ($DP = 6,3$). Em conjunto, os resultados indicaram que o posicionamento no eixo esquerda-direita é o principal determinante do apoio à candidata nos dois países. Na amostra brasileira, a ideologia dos participantes também se relaciona com a normatividade na determinação do apoio. Por outro lado, na amostra espanhola, o fato de a mulher desviar dos papéis de gênero não parece afetar o apoio a sua candidatura. Os resultados indicaram ainda o papel moderador do sexismo nessa relação, especialmente no Brasil onde houve maior endosso às ideologias sexistas. Com isso, discute-se a relação entre ideologia e normatividade, bem como o impacto do sexismo que, como fator subjacente à discriminação, pode estar relacionado, inclusive, ao menor avanço brasileiro com relação à igualdade de gênero na política.

Palavras-chave: Mulheres; política; normas de gênero; ideologia; sexismo.

Introdução

O aumento da representação feminina na política é considerado uma pauta estratégica para a igualdade de gênero, pois ela pode gerar maiores oportunidades às mulheres nos mais diversos âmbitos (ONU mulheres, 2019). Mundialmente, são grandes os avanços em áreas como desempenho educacional, saúde e sobrevivência de mulheres. Contudo, a disparidade de gênero quanto à participação política ainda é acentuada. Em 81 países, entre os 156 avaliados pelo Índice Global de Diferenças de Gênero, nunca houve uma mulher chefe do Estado e, considerando a atual taxa de progresso, ainda serão necessários mais de 135 anos para atingir a paridade de gênero na política (Fórum Econômico Mundial, 2021).

Embora a maioria das nações esteja longe desse objetivo, o sucesso de algumas lideranças amplia o interesse sobre o tema, suscitando questionamentos sobre o apoio a candidatas, expectativas e o que elas representam. É o caso de Angela Merkel que liderou a Alemanha por quatro mandatos consecutivos e deixou o governo, em 2021, enquanto uma das líderes mais longevas da Europa contemporânea e com o maior índice de popularidade da história de seu país (Veiga, 2021).

Como mulher, ela já experimentaria condições desfavoráveis à liderança, pois é membro de um grupo minoritário. Essa definição não se relaciona com o tamanho numérico dos grupos, mas às suas posições de poder, sendo que, frequentemente, as minorias são vistas de maneira negativa (Seyranian, Atuel, & Crano, 2008). Porém, Angela Merkel, ex-primeira ministra alemã, foi uma líder inesperada não apenas por seu gênero. De ascendência alemã oriental, filha de um pastor luterano, a ela foi atribuída falta de carisma, presença física estranha e, diferente de muitos líderes alemães, uma postura tranquila. Era cientista, com formação em física e química, não em direito ou ciências políticas, se divorciou, casou novamente e não teve filhos. Mesmo com esse perfil atípico, avançou na hierarquia do Partido Democrata Cristão e foi sua candidata nas eleições parlamentares de 2005. Em condições especiais, que incluíam escândalo

e discórdia entre os homens que eram candidatos mais óbvios ao cargo, seu partido de direita venceu o rival de esquerda com pequena vantagem. Então, tornou-se a primeira mulher chanceler na Alemanha que na sua liderança teve sucesso econômico e o título de líder mais poderosa da Europa (Eagly, 2018).

Entretanto, esse sucesso contra todas as probabilidades não significa que origens incomuns conferem vantagem na política. Muito pelo contrário, elas normalmente reduzem as chances de alcançar o apoio necessário tanto para chegar quanto para se manter no poder. As mulheres, em geral, precisam superar obstáculos e sofrem avaliações tendenciosas de sua competência, precisando se esforçar mais que os homens para demonstrar as qualidades compreendidas como necessárias à liderança. Casos recentes de mulheres chefes de Estado que perderam apoio popular tais como Dilma Rousseff, do Brasil, e Julia Gillard, da Austrália, ilustram a manutenção dessas dificuldades (Carli & Eagly, 2016; Eagly, 2018; Eagly, et al., 1992; López-Zafra, et al., 2014; Okimoto & Brescoll, 2010; Prentice & Carranza, 2002).

Embora as atitudes em relação às mulheres pareçam mais positivas, elas geralmente derivam da atribuição de características comunitárias, como cuidadoras, empáticas ou “maternais”, considerando-as especialmente qualificadas ao papel doméstico. A resistência encontrada nas incursões femininas em arenas tradicionalmente masculinas, e os esforços necessários para alcançar postos elevados nessas áreas, evidenciam a persistência da discriminação de gênero (Eagly & Mladnick, 1993; Garrido et al., 2018).

Assim, o sucesso de uma liderança feminina depende de uma série de fatores como competência pessoal e condições políticas favoráveis, e mesmo trajetórias de sucesso sofrem impacto das expectativas de gênero. No caso de Merkel, apelidada pelos alemães de *Mutti*, ou mamãe, apesar da confiança e amplo reconhecimento de suas qualidades como a paciência e habilidade para acalmar oponentes, muitos críticos alegavam também uma suposta hesitação e

inação da Chanceler, devido à incapacidade de exercer um estilo de liderança masculino, assertivo ou mais “ousado” (Eagly, 2018).

Há uma série de estudos clássicos que abordam a relação entre gênero e liderança. Numa revisão sistemática sobre estilos de liderança, por exemplo, Eagly e Johnson (1990) encontraram que as pessoas percebem as mulheres como mais orientadas para relações, enquanto os homens mais orientados para tarefas. Mas, em contraste com essa expectativa, líderes femininos e masculinos não diferiram nesses dois estilos nos estudos organizacionais. Eagly et al. (1992), por sua vez, realizaram uma meta-análise sobre a avaliação de líderes e encontraram que mulheres em cargos de liderança foram avaliadas de forma menos favorável. Além disso, o preconceito contra elas era maior quando empregavam um estilo de liderança considerado mais masculino, ocupavam cargos dominados por homens ou quando seus avaliadores eram homens.

Com relação ao desempenho, uma meta-análise realizada por Eagly et al. (1995) indicou que homens e mulheres não diferiam na eficácia em funções gerenciais e de liderança. No entanto, líderes foram especialmente eficazes em papéis considerados congruentes com seu gênero. Essa perspectiva é desenvolvida na Teoria da Congruência de Papéis, de Eagly e Karau (2002), uma proposta teórica que aborda a desigualdade entre homens e mulheres em relação à liderança. A proposta baseia-se na Teoria dos Papéis Sociais, segundo a qual papéis ocupados desproporcionalmente ao longo da história produziram uma série de estereótipos de gênero, ou crenças socialmente compartilhadas sobre as características descritivas de homens e mulheres, dando origem a prescrições sobre seus comportamentos (López-Zafra et al., 2014).

Como as mulheres são tradicionalmente relacionadas aos papéis comunitários e aos homens há alta atribuição de qualidades de agência, que enfatizam o poder e a autoridade (Eagly, 2018; Eagly & Wood, 2012), elas são bem aceitas como líderes apenas em atividades ou áreas tipicamente femininas ou normativas, como a enfermagem (Viana et al., 2018). Por

outro lado, na liderança, de forma mais ampla, elas são rejeitadas ou alvo de atitudes negativas. Espera-se do papel de líder qualidades agentes, como confiança, autossuficiência e dominância, consideradas incongruentes com o gênero feminino. Há, portanto, uma relação profunda entre os papéis tipicamente masculinos e a liderança (Eagly & Karau, 2002; D'Adamo et al., 2008).

Desse modo, o apoio a mulheres na política está relacionado tanto às expectativas sobre a elegibilidade para papéis de líder quanto aos atributos relacionados ao gênero. Além disso, características mais sutis como a prototipicidade dentro do grupo também parecem interferir nessas avaliações (Eagly, 2018; López-Zafra et al., 2014). Dito de outro modo, algumas características podem atrapalhar ainda mais o alcance e a manutenção da liderança feminina. A normatividade parece ser uma delas, pois quando uma mulher adota comportamentos tipicamente masculinos é punida por transgredir ou desviar das expectativas normativas para seu comportamento (Guadagno & Cialdini, 2007).

A normatividade está relacionada ao cumprimento das prescrições orientadas pelos papéis de gênero. Para adotar os termos de Cialdini e Trost (1998), refere-se às normas sociais, expectativas consensuais sobre o que os membros de determinado grupo fazem (normas descritivas) ou deveriam fazer (normas injuntivas). Essas regras e padrões orientam e/ou restringem o comportamento social e evidências recentes sugerem uma reação negativa contra mulheres desviantes, como uma maior repulsa e severidade do julgamento moral dirigido a líderes consideradas mais agentes (Brescoll et al., 2018).

Reações negativas também foram observadas com relação a mulheres que agem de maneira assertiva e dominante (Rudman et al., 2012), demonstram intenções de poder (Okimoto & Brescoll, 2010), expressam raiva (Brescoll & Uhlmann, 2008) e se autopromovem (Rudman, 1998). Isso acontece porque elas ameaçam a hierarquia de status de gênero, confrontando o desejo de manter o *status quo* (Brescoll et al., 2018). Desse modo, as mulheres que não correspondem ao papel de gênero, mesmo que correspondam ao papel de líder, parecem estar

"perdendo". Mas, o que acontece com mulheres na política que possuem características ou comportamentos mais congruentes com as expectativas de gênero?

Para Schneider e Bos (2014), mulheres políticas constituem uma nova categoria estereotipada com suas próprias qualidades, que podem diferir dos estereótipos tradicionalmente atribuídos às mulheres como grupo mais amplo. As mulheres políticas parecem perder tanto em qualidades tipicamente masculinas quanto naquelas atribuídas às mulheres. Contudo, o conteúdo e as consequências das expectativas de gênero na trajetória dessas mulheres ainda são imprecisos, pois as investigações sobre o tema carecem de maior desenvolvimento. Reações às líderes que reproduzem os estereótipos de gênero, como a crença de que as mulheres são mais emocionais do que os homens, por exemplo, têm recebido pouca atenção de estudiosos (Brescoll, 2016). Ademais, apesar da maternidade ocupar posição central nos papéis de gênero, pois, historicamente, sua origem está associada às atividades realizadas em função da gestação, amamentação, etc. (Eagly & Wood, 2012), não encontramos estudos empíricos sobre o impacto da maternidade no apoio a mulheres na política.

Discursos baseados na ideia de família são incorporados em representações de candidatos na mídia, mas as pesquisas ainda não exploraram profundamente quais seriam as vantagens e desvantagens do status parental na viabilidade de um candidato ou candidata (Burge et al., 2019). Numa pesquisa realizada em 49 países, Suppes (2020) investigou a crença popular amplamente difundida de que uma mulher precisa ter filhos para ter uma vida plena. Os resultados indicaram a persistência generalizada dessa norma da maternidade e seu impacto tanto no nível individual quanto na organização da sociedade. Pois, as pessoas que endossaram essa norma experimentaram maior bem-estar subjetivo, especialmente em países com altas taxas de desigualdade de gênero.

A norma da maternidade também parece impactar as mulheres na política seja na forma como a população trata suas líderes, como o apelido de “mamãe da Alemanha” atribuído a

Angela Merkel, quanto na representação midiática das candidatas. Garcia-Blanco e Wahl-Jorgensen (2012) analisaram a cobertura midiática em quatro países europeus (França, Itália, Espanha e Reino Unido) sobre a nomeação de um gabinete majoritariamente feminino na Espanha e destacaram que embora certos discursos celebrassem as ministras por seu valor emancipatório (simbólico), outros julgavam sua aparência física ou seu desempenho como esposas, mães ou futuras mães. Diante disso, questionamos se ter uma posição normativa, com base na norma da maternidade, levaria a um maior ou menor apoio a uma candidata na política.

Além disso, para pensar o apoio a uma candidata é preciso considerar uma variável cada vez mais importante na determinação do voto: a ideologia. Nos EUA, por exemplo, sabe-se que há uma crescente polarização partidária. Republicanos e democratas cada vez mais não gostam, e até detestam, seus oponentes. Embora variáveis como religião e moralidade atuem marginalmente, a batalha ideológica é um fator determinante nas eleições norte americanas (Iyengar et al., 2012; Hajnal & Trounstein, 2014). Essa realidade parece se estender a várias outras nações, como Espanha e Brasil. Na Espanha, a ideologia, entendida como autoposicionamento no eixo esquerda-direita, tem demonstrado forte capacidade preditiva do voto (Garcia, 2011). Do mesmo modo, no Brasil o debate recente sobre identificação partidária e comportamento eleitoral aponta para a crescente importância dos sentimentos partidários e do posicionamento ideológico no comportamento dos eleitores (Borges & Vidigal, 2018).

Espanha e Brasil são países em estágios completamente diferentes quanto à representação de mulheres na política. Dados do Fórum Econômico Mundial (2021) indicam que, entre 156 países, a Espanha é o 15º enquanto o Brasil é o 108º num *ranking* relacionado à paridade de gênero na política. Assim, embora o domínio masculino permaneça uma realidade global, tendências gerais em direção à igualdade variam em função do contexto cultural. E, enquanto fator subjacente à discriminação, o preconceito pode explicar essas variações (Connor et al., 2017; Glick & Fiske, 2001; Okimoto & Brescoll, 2010).

Na Psicologia Social, a definição mais utilizada para o preconceito foi explicitada por Allport (1954/1979) enquanto uma atitude de prevenção ou de hostilidade dirigida a uma pessoa que pertence a um grupo simplesmente porque ela pertence àquele grupo, e se presume que possua suas qualidades desagradáveis. Dessa caracterização, depreende-se que a hostilidade e/ou a antipatia caracterizam o preconceito. Contudo, essa equação perde a clareza quando as mulheres são o grupo alvo, pois as pesquisas sobre sexismo evidenciam que o cerne do preconceito não é a antipatia, ou hostilidade explícita, mas a desigualdade social (Glick & Fiske, 2001; Hammond & Cimpian, 2021; Viana et al., 2020). O sexismo se expressa em duas dimensões: hostil e benevolente, elas atuam como ideologias complementares e são capazes de distorcer ou enviesar julgamentos e práticas sociais (Connor et al., 2017).

No sexismo hostil, mulheres são vítimas de maior hostilidade quando se entende que tentam controlar ou exercer poder sobre os homens. Já o sexismo benevolente nem sempre é visto como discriminação, pois as mulheres são idealizadas e colocadas numa espécie de pedestal, enquanto criaturas puras que devem ser cuidadas, adoradas e cujo amor é necessário para completar um homem. Mas, essa dimensão “protetora” implica, simultaneamente, na visão de que elas são fracas e inferiores. Assim, sexismo hostil é provocado por um “tipo” de mulher e o benevolente por outro, as que assumem papéis convencionais de gênero, normativas (mães, cuidadoras, etc.) são recompensadas com solicitude benevolente, enquanto as contranormativas são punidas com sexismo hostil. Embora prevejam atitudes de valência contrária, esses sistemas de crenças não são conflitantes e atuam juntos, circunscrevendo o poder político, econômico e pessoal das mulheres (Connor et al., 2017; Glick & Fiske, 2001).

Na política, por exemplo, Cassese e Holman (2019) investigaram a função de sexismo na disputa presidencial de 2016 nos EUA quando Donald Trump acusou Hillary Clinton de explorar as pautas de gênero como recurso ou vantagem para vencer a campanha, estratégia denominada como “*Woman Card*”. Nesse estudo, o endosso ao sexismo, hostil e benevolente,

moldava as reações a tais declarações. Sexistas hostis reagiram a essa ideia de *Woman Card* com maior apoio a Trump e os benevolentes, por sua vez, com maior apoio a Clinton, sustentando a ideia de “proteger as mulheres”.

Assim, o sexismo atua na vida cotidiana das mulheres de forma generalizada e pode impactar fortemente na política. Porém, a percepção e as reações a esse impacto também estão relacionadas a outros fatores, como a ideologia. Bankert (2020) analisou o efeito do sexismo em quem o experimentou pessoalmente, identificando que as mulheres que sofreram discriminação relatam níveis mais altos de participação política e uma chance maior de votar nas eleições gerais. Porém, essa relação não ocorreu entre mulheres conservadoras. Entre elas, a experiência pessoal com o sexismo não estava associada a esse ímpeto participativo, o que indica uma interação entre o sexismo vivenciado e a ideologia da mulher nesse contexto.

Descobertas como essas indicam implicações do sexismo para a representação de mulheres na política e, também, que seu impacto pode diferir em função do posicionamento em extremidades do espectro ideológico, como direita e esquerda. Mas, até onde sabemos, a literatura ainda não examinou a relação entre normatividade, ideologia e sexismo no apoio a uma candidata a um cargo político. Considerando a importância dessas variáveis, partimos da seguinte questão: como a normatividade e a ideologia impactam no apoio a uma candidatura feminina? O sexismo é uma variável capaz de afetar a direção e/ou força dessa relação?

Objetivo e visão geral do estudo:

Para responder a essas questões, este estudo teve como objetivo investigar o impacto do posicionamento ideológico e da normatividade no apoio a uma candidata, analisando o papel moderador do sexismo nessa relação, no Brasil e na Espanha. Investigamos, especificamente, a relação entre a adequação da candidata à norma da maternidade, sua posição no espectro político (esquerda e direita) e o apoio à candidatura, considerando também a posição política

dos participantes. Posteriormente, analisamos se o sexismo atua como variável moderadora dessa relação e se essas variáveis se apresentam de forma diferente no Brasil e na Espanha.

Assim, este trabalho testou a hipótese geral de que a ideologia e a normatividade atuam no apoio a uma candidatura feminina, variando sua expressão a depender das características e peculiaridades do contexto cultural. Então, nós hipotetizamos que: H1) Nos dois países, a ideologia será o preditor mais eficaz do apoio. Ou seja, os índices de apoio à candidata irão variar, principalmente, em função do posicionamento no eixo esquerda-direita tanto da candidata como dos/das participantes dos estudos, pois estudos indicam que a identificação ideológica é um fator determinante no comportamento eleitoral, especialmente diante da crescente polarização política vivenciada em países como Brasil e Espanha (Borges & Vidigal, 2018; Garcia, 2011; Hajnal & Trounstone, 2014; Iyengar et al., 2012).

Quanto à normatividade, na H2) esperamos que a candidata normativa receba mais apoio que a contranormativa, pois o desvio das normas sociais ou das expectativas normativas para o comportamento das mulheres gera maior desaprovação (Cialdini & Trost, 1998; Guadagno & Cialdini, 2007). As mulheres contranormativas tendem a enfrentar maior rejeição e preconceito diante de uma incongruência percebida entre seu comportamento e os papéis de gênero, representando maior risco à manutenção do *status quo* (Brescoll, et al., 2018; Eagly, 2018; Eagly & Karau, 2002; Eagly et al., 1992). Contudo, ao contrário da ideologia, na normatividade esperamos encontrar diferenças entre os dois países, pois o impacto da norma deve ser maior em um país que experienciou menos avanços com relação à igualdade de gênero na política, como o Brasil.

Diante desses avanços, também esperamos uma menor adesão ao sexismo (hostil e benevolente) na realidade espanhola. Porém, enquanto fator subjacente às desigualdades de gênero, o sexismo ainda deve afetar o apoio à candidata nos dois países (Glick & Fiske, 2001; Hammond & Cimpian, 2021). Na H3, hipotetizamos um efeito moderador do sexismo na

relação entre as características da candidata (ideologia e normatividade) e o apoio a ela, sendo uma variável moderadora aquela que afeta a direção e/ou a força da relação entre as variáveis independente e dependente (Baron & Kenny, 1986), explicando quando o fenômeno acontece.

Assim, na H3a: espera-se que a alta adesão ao sexismo resulte em menores variações no apoio em função da candidata ser de esquerda ou direita. Nessa situação, deve haver baixo apoio à candidata em ambas as condições. Por outro lado, na H3b: espera-se que a baixa adesão ao sexismo resulte no fortalecimento da relação entre ideologia da candidata e apoio, pois nessa situação a identificação ideológica será preponderante na determinação do apoio. Na H3c: quanto à normatividade, espera-se que na alta adesão ao sexismo haja maior apoio à candidata normativa e maior rejeição à contranormativa, pois os sexistas direcionam o afeto positivo para os subtipos de mulheres que adotam papéis convencionais e afeto negativo para aquelas que não o fazem (Connor et al., 2017; Glick & Fiske, 2001). Por fim, na H3d: espera-se que na condição de baixa adesão ao sexismo, o apoio não deve variar em função da normatividade.

Método

Participantes e delineamento:

O estudo foi realizado em duas partes, sendo a primeira no Brasil e a segunda na Espanha, a fim de atender ao objetivo do estudo e promover uma comparação entre os resultados dos dois países. O tamanho da amostra foi previamente calculado por meio do *software* G*Power 3.1.9, estimando-se uma amostra de 179 participantes como adequada para um delineamento com 80% de poder para detectar um tamanho de efeito moderado entre as variáveis ($f = .25$; $p = .05$).

A pesquisa contou com duas amostras (uma brasileira e uma espanhola) não-probabilísticas e por conveniência. Trata-se de um estudo com delineamento experimental, considerando duas variáveis independentes: posicionamento ideológico e normatividade da mulher. Os participantes foram alocados de forma aleatória a uma entre quatro condições em

um delineamento fatorial 2 (*posicionamento ideológico da candidata*: esquerda ou direita) x 2 (*normatividade da mulher*: normativa ou contranormativa) entre sujeitos.

Participantes do Brasil:

A amostra brasileira contou com 185 participantes, sendo a maioria do gênero feminino (52,5%) e da região nordeste do Brasil (84,2%). As idades variaram entre 18 e 63 anos, com média de 27,34 anos ($DP = 9,06$). Com relação ao posicionamento dos participantes no espectro político, 55,7% declararam posicionamento à esquerda, 25,2% ao centro e 19,1% à direita. Como poucos participantes se autodeclararam ideologicamente à direita, para fins de análise, dividimos também a amostra em Esquerda (55,7%) e Centro/Direita (44,3%).

Participantes da Espanha

Na Espanha, a amostra também foi composta por 185 participantes, majoritariamente do gênero feminino (49,7%), e desses 81,4% declararam nacionalidade espanhola. As idades variaram entre 17 e 62 anos, com média de 21,22 anos ($DP = 6,3$). Com relação ao posicionamento dos participantes no espectro político, 69,7% declararam posicionamento à esquerda, 19,5 % ao centro e 10,8 % à direita. Assim como na amostra brasileira, para fins de análise, dividimos a amostra em esquerda (69,7%) e Centro/Direita (30,3%).

Procedimentos

Inicialmente, os procedimentos de pesquisa previam o acesso a estudantes universitários brasileiros e espanhóis, tendo aprovação para coleta de dados na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil, e na *Universidad Complutense de Madrid (UCM)*, Espanha. Contudo, a pesquisa teve início pouco antes da pandemia de COVID-19 ser declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em março de 2020, e com o fechamento das universidades a coleta junto a estudantes em salas de aula foi suspensa. Diante disso, utilizamos a estratégia de coleta *online*, com um questionário apresentado por meio da plataforma *SurveyMonkey*. Para

divulgação, solicitamos o apoio de professores universitários das duas instituições referidas, bem como a participação geral da comunidade por meio de ampla divulgação em redes sociais (e.g., *Facebook*, *Instagram* e *Whatsapp*).

No *SurveyMonkey*, os participantes só deram início ao preenchimento do questionário após lerem e declararem concordância com um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que continha informações gerais sobre o estudo, com ênfase na voluntariedade e garantia de sigilo. Ademais, este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Paraíba (CAAE: 36369820.4.0000.5188) e obedeceu às diretrizes éticas dispostas nas resoluções n. 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde acerca das pesquisas com seres humanos.

Instrumento:

A primeira parte do questionário apresentava um cenário no qual era descrita uma candidata ao cargo de Deputada Federal no Brasil e “*Diputada del congreso*” na Espanha. Na caracterização da candidata, alterava-se apenas o posicionamento ideológico e a normatividade da mulher. Antes da aplicação, os cenários passaram pela avaliação de dez juízes (pesquisadores da área no Brasil e na Espanha) que avaliaram e sugeriram pequenos ajustes quanto às duas variáveis manipuladas. O cenário foi o mesmo no Brasil e na Espanha passando apenas por adaptações referentes ao idioma e ao contexto cultural (Ver Anexo B).

O posicionamento ideológico foi manipulado por meio da filiação e pautas defendidas pela candidata (associados a um partido de direita ou esquerda). Quanto à normatividade, relacionada ao cumprimento das prescrições orientadas pelos papéis de gênero, optamos por examinar o efeito da priorização da vida familiar, tendo a maternidade como característica j1saliente, o que será denominado como efeito da norma da maternidade. Embora não tenhamos encontrado estudos empíricos sobre o impacto dessa norma no apoio a mulheres na política, a literatura indica a posição central que a maternidade ocupa tanto nas expectativas e papéis de

gênero quanto nas normas sociais que incidem sobre as mulheres (Álvaro & Fernández, 2006; Costa, et al., no prelo; Eagly & Wood, 2012; Garrido et al., 2018; Suppes, 2020).

Com isso, o cenário indicava que ou a candidata era mãe e sempre priorizou a vida familiar (normativa), ou escolheu não ter filhos e sempre priorizou a vida profissional (contranormativa). Para fins de descrição, utilizaremos apenas o termo “normatividade”. Cada participante respondeu a apenas uma condição experimental e essa distribuição é ilustrada nas Tabelas 1 e 2, apresentadas seguir:

Tabela 1: distribuição participantes por condição experimental no Brasil

Normatividade da candidata alvo			
Posição ideológica	Normativa	Contranormativa	Total
Direita	42	50	92
Esquerda	48	45	93
Total	90	95	185

Tabela 2: distribuição participantes por condição experimental na Espanha

Normatividade da candidata alvo			
Posição ideológica	Normativa	Contranormativa	Total
Direita	45	46	91
Esquerda	43	51	94
Total	88	97	185

Variável dependente:

Após a apresentação do cenário, o instrumento questionava ao participante em que medida ele apoiaria a candidata, indicando o grau de concordância com as afirmações: a) votaria na candidata; b) acredito que as propostas da candidata me beneficiariam c) pediria voto aos amigos; d) me engajaria na campanha distribuindo panfletos nas ruas; e) faria doações financeiras; f) acredito que uma candidata com este perfil cumpriria suas promessas e g) não tenho críticas a essa candidata. Essas questões foram respondidas em uma escala do tipo Likert

que variava entre 1 (discordo totalmente) a 6 (concordo totalmente) e o escore médio desses sete itens gerou a medida de “Apoio”, variável dependente neste estudo. Para a análise de confiabilidade dessa variável composta, foi realizado o cálculo da consistência interna, que apresentou índices satisfatórios (Alfa de *Cronbach* = 0.88 na amostra brasileira e Alfa de *Cronbach* = 0.86 na amostra espanhola).

Medida de Sexismo:

Como medida de sexismo, foi utilizado o Inventário de Sexismo Ambivalente elaborado originalmente em língua inglesa (Ambivalent Sexism Inventory - ASI) por Glick e Fiske (1996), adaptado na Espanha por Expósito et al. (1998) e no Brasil por Formiga, et al. (2002). A medida é composta por 22 itens, sendo 11 de Sexismo Hostil (SH) e 11 de Sexismo Benevolente (SB). Os itens avaliam os estereótipos assumidos por cada gênero a respeito dessas duas dimensões do sexismo (por exemplo, hostil: mulheres procuram poder controlando aos homens e benevolente: as mulheres devem ser queridas e protegidas pelos homens) (Ver Anexo B). Os itens foram respondidos, pelos participantes do Brasil e da Espanha, em uma escala do tipo Likert de 6 pontos variando de 1 (discordo totalmente) a 6 (concordo totalmente).

Na adaptação brasileira da medida (Formiga et al., 2002), os índices de consistência interna dos fatores de sexismo benevolente ($\alpha = .77$) e sexismo hostil ($\alpha = .66$) foram satisfatórios. Mas, no presente estudo, a amostra brasileira apresentou indicadores ainda melhores para as duas dimensões: hostil ($\alpha = .93$) e benevolente ($\alpha = .87$). Na adaptação espanhola (Expósito et al., 1998), por sua vez, a subescala de sexismo hostil apresentou um coeficiente alfa de 0.89 e a subescala de sexismo benevolente de 0.86. Na amostra espanhola deste estudo, a escala também apresentou indicadores similares e satisfatórios para as duas dimensões: hostil ($\alpha = .86$) e benevolente ($\alpha = .73$).

Análise de dados:

Para análise dos resultados foi utilizado o *software* SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) versão 20. Neste *software*, foi possível realizar ANOVAs, ANCOVAs, estimar num modelo de moderação, além de realizar análises descritivas. Na amostra brasileira, os testes de pressupostos demonstraram que a variável dependente (Apoio) apresentava distribuição normal e homogeneidade de variância (Kolmogorov-Smirnov = 0.051, $p = 0.20$; Levene (3, 181) = 1.69, $p = 0.171$). O mesmo ocorreu na amostra espanhola (Kolmogorov-Smirnov = 0.052, $p = 0.20$; Levene (3, 181) = 0.60, $p = 0.616$).

Resultados

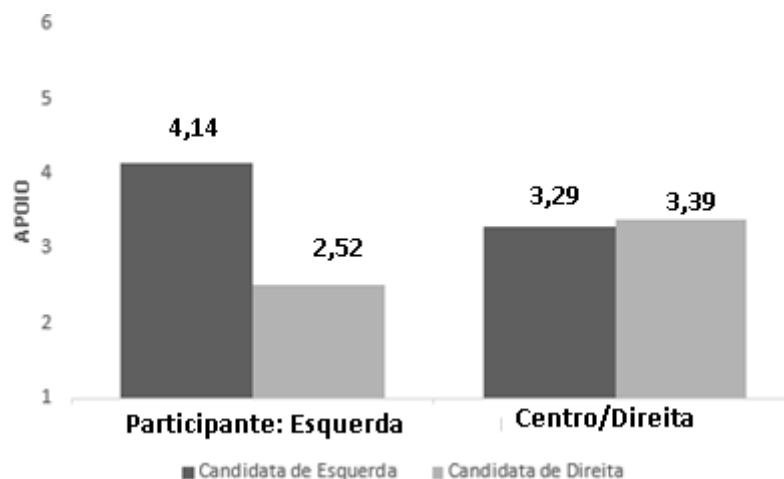
Parte I: Brasil

Para testar o efeito do posicionamento ideológico (esquerda *versus* direita) e da normatividade (normativa *versus* contranormativa) no apoio à candidata, realizamos uma ANOVA fatorial 2x2 (análises de *post-hoc* para efeitos principais e de interação foram realizados por meio do teste de Bonferroni). Os resultados mostraram que o efeito principal do posicionamento ideológico do alvo foi significativo, ($F(1, 181) = 25, p < 0.001$), indicando que os participantes atribuíram mais apoio à candidata de esquerda ($M = 3.78, SD = 0.122$) em comparação com a de direita ($M = 2.91, SD = 0.123$). Por outro lado, não houve efeito principal significativo da normatividade no apoio à candidata, $F(1, 181) = 0.063, p = 0.803$ e nem efeito de interação significativo entre a normatividade e a ideologia ($F(1, 181) = 0.001, p = 0.981$).

A maioria dos participantes se posicionou à esquerda no espectro político (55,7%), então, como esperado, a candidata de esquerda (endogrupo) recebeu maior apoio. A fim de analisar melhor o papel dessa pertença ideológica dos participantes, realizou-se também uma análise de variância fatorial (ANOVA) do tipo 2x2x2, considerando como variáveis independentes a ideologia dos participantes (Esquerda e Centro/Direita), a ideologia do alvo e a normatividade. Como previsto na H1, os resultados mostraram um efeito de interação

significativo entre a ideologia do participante e a ideologia da candidata ($F(1,175) = 27.45, p < 0.001$). A Figura 1 apresenta essas diferenças entre as médias de apoio em função do posicionamento ideológico do participante e da candidata alvo:

Figura 1: Níveis de apoio à candidata em função do posicionamento ideológico do participante e da candidata alvo.

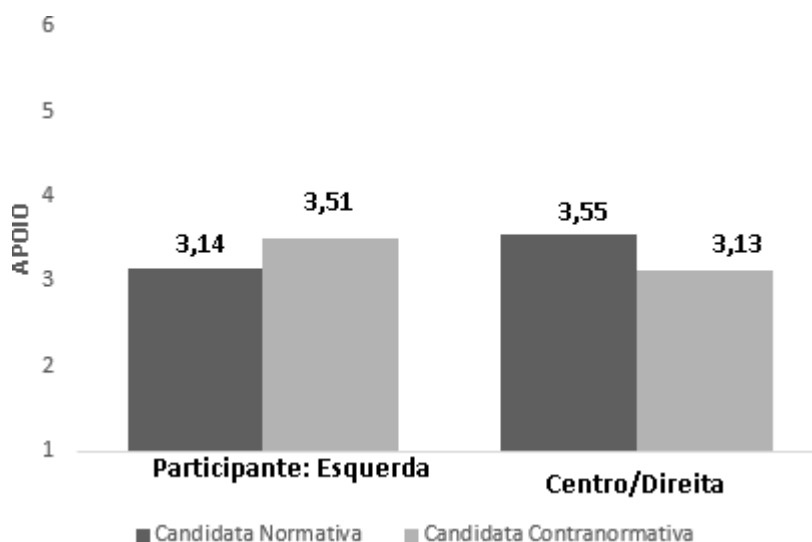


Observa-se que os participantes que se posicionam à esquerda no espectro político apoiam mais a candidata de esquerda e rejeitam mais a de direita. Entre os participantes que se posicionam ao centro ou à direita, por sua vez, não são observadas diferenças no apoio em função da ideologia da candidata alvo. Esses resultados corroboram, portanto, a H1 que previa que a variação nos índices de apoio à candidata ocorreria, principalmente, em função do posicionamento ideológico. Evidenciando o já esperado viés intergrupar no apoio a uma candidata com base na ideologia.

Quanto à normatividade, como vimos, os resultados refutam a H2 que previa maior rejeição à candidata contranormativa, pois não identificamos um efeito principal significativo da normatividade no apoio à candidata. No entanto, quando consideramos a ideologia do participante nessa relação, os resultados evidenciam um efeito de interação estatisticamente significativo entre a ideologia do participante e a normatividade da candidata alvo ($F(1,175) =$

5.85, $p = 0.017$). Os níveis de apoio em função do posicionamento ideológico do participante e da normatividade da candidata alvo são apresentados na Figura 2:

Figura 2: Níveis de apoio à candidata em função do posicionamento ideológico do participante e da normatividade do alvo.



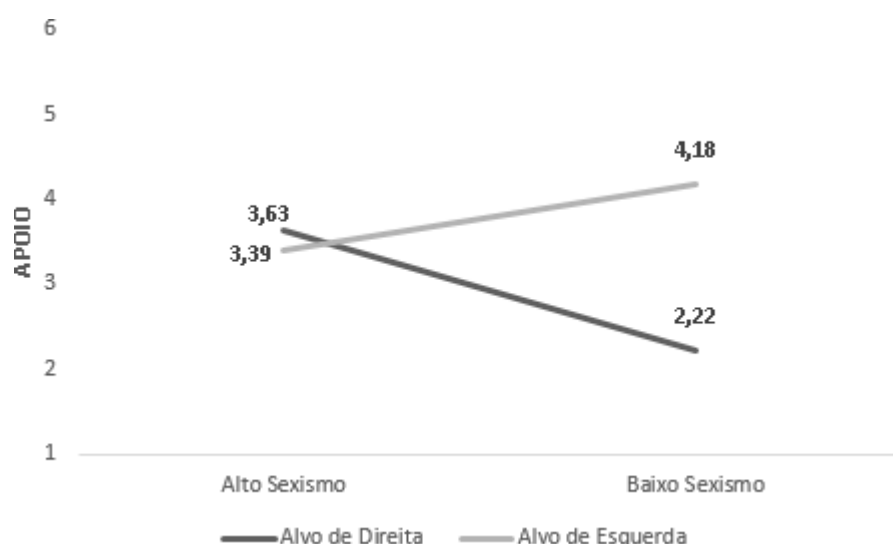
A H2 deste estudo previa apenas um menor apoio à candidata contranormativa, mas o que os resultados mostraram é que essa relação depende da posição ideológica do participante. Participantes de esquerda tendem a contrariar o esperado e apresentar índices de apoio inferiores para a candidata normativa. Por outro lado, quando consideramos apenas os participantes que se posicionam à direita ou ao centro no espectro político, corroboramos a H2 ao identificar maiores índices de apoio para a candidata normativa. Ou seja, nessa amostra brasileira, o apoio a uma candidata normativa ou contranormativa também parece variar em função da autoidentificação ideológica do participante.

No que se refere à terceira hipótese (H3), testamos o papel moderador do sexismo na relação entre o posicionamento ideológico da candidata, normatividade e o apoio. Inicialmente foi realizada uma ANCOVA fatorial 2x2, tendo como covariável o Sexismo Total (ST) ($M=2.41$; $DP=1.09$). Essa variável representa uma média entre os subcomponentes de Sexismo Hostil (SH) e Sexismo Benevolente (SB) e possibilita a análise do sexismo de forma mais

ampla, visto que essas duas dimensões atuam de forma combinada, como ideologias complementares. Nessa amostra, SH ($M=2.25$; $DP=1.24$) e SB ($M= 2.57$; $DP=1.12$) apresentaram um relacionamento forte e significativo ($r = 0.71$, $p < 0.01$).

Os resultados indicaram um efeito significativo para a interação entre a ideologia da candidata alvo e o ST ($F(1, 179) = 52.1$, $p < 0.001$). Essa interação indica que nas médias dos participantes com alta adesão ao ST não houve diferenças significativas em função da candidata ser de direita ou esquerda ($p = 0.279$). Por outro lado, na baixa adesão ao ST houve diferenças significativas entre as condições ($p < 0.001$), conforme apresentado na Figura 3:

Figura 3: Efeito moderador do ST na relação entre ideologia da candidata alvo e o Apoio



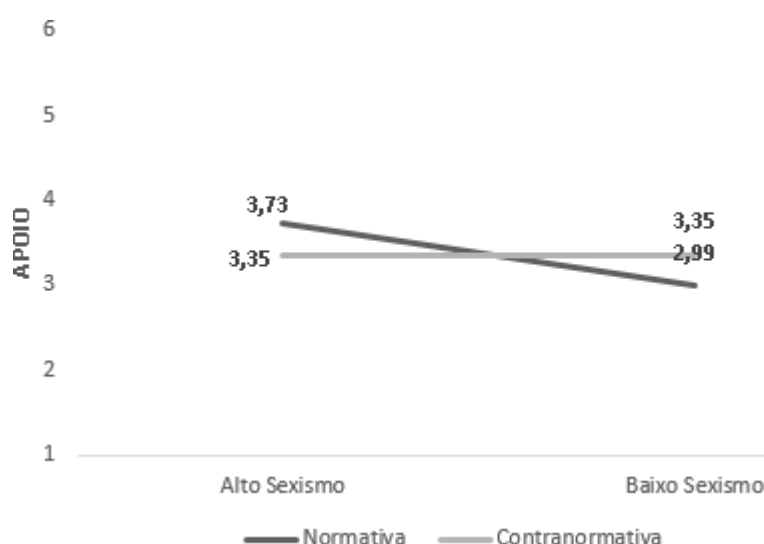
Como previa a H3a, observa-se que na alta adesão ao sexismo o apoio não parece variar em função da ideologia da candidata, sendo praticamente igual nas duas condições: Direita ($M=3.39$; $DP= 0.153$) e Esquerda ($M=3.63$; $DP=0.150$). Ou seja, os participantes apoiaram pouco e igualmente (próximo ao ponto médio) em todas as condições, sem apresentar diferenças estatísticas em função do posicionamento ideológico da candidata.

Por outro lado, na situação de baixa adesão ao ST, os participantes apoiaram mais a candidata de Esquerda ($M=4.18$; $DP= 0.153$) e, na mesma lógica, parecem rejeitar mais a de Direita ($M=2.22$; $DP= 0.151$). Conforme previsto na H3b parece que nessa situação, sem o

impacto do sexismo, há um fortalecimento da relação entre ideologia e apoio. Nela, a ideologia explica o maior apoio ao endogrupo (esquerda) e maior rejeição ao exogrupo (direita).

Em relação à normatividade (Figura 4), realizamos outra ANCOVA fatorial 2x2 e identificamos um efeito significativo para a interação entre a normatividade e o ST ($F(1, 179) = 4.08, p = .045$). Embora as diferenças não sejam tão acentuadas, foi possível observar que entre os participantes com alta adesão ao ST, as médias de apoio são maiores para a candidata normativa ($M=3.73$; $DP= 0.188$), quando comparada à contranormativa ($M=3.35$; $DP= 0.177$). Já entre os participantes com baixa adesão ao ST, a candidata contranormativa apresenta uma média de apoio maior ($M=3.35$; $DP= 0.180$) que a normativa ($M=2.99$; $DP= 0.185$).

Figura 4: Efeito moderador do ST na relação entre Normatividade e Apoio.



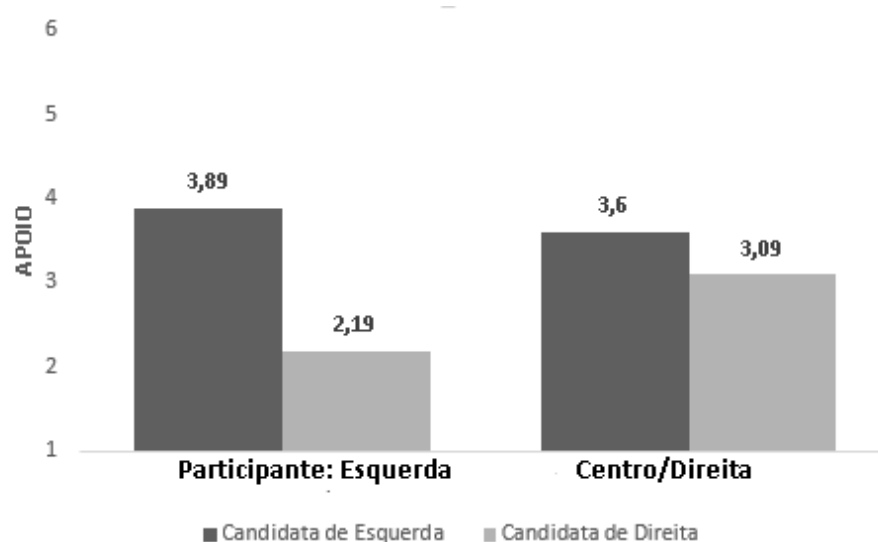
Parte II: Espanha

Assim como na amostra brasileira, para testar o efeito do posicionamento ideológico (esquerda *versus* direita) e da normatividade (normativa *versus* contranormativa) no apoio à candidata, foi realizada uma ANOVA fatorial 2x2. Os resultados mostraram que o efeito principal do posicionamento ideológico da candidata alvo foi significativo, ($F(1, 181) = 98.83, p < 0.001$), sendo que a candidata de esquerda ($M = 3.80, SD = 0.093$) recebeu mais apoio do que a de direita ($M = 2.49, SD = 0.094$). Quanto à normatividade, o efeito principal não foi

significativo ($F(1, 181) = 2.28, p = 0.132$). E, nessa amostra, também não houve efeito de interação significativo entre a normatividade e a ideologia ($F(1, 181) = 0.982, p = 0.323$).

Como nessa amostra a maioria dos participantes também se posicionava à esquerda no espectro político (69,7%) a candidata de esquerda (endogrupo) recebeu maior apoio. Para analisar o papel da pertença ideológica dos participantes, realizou-se também uma análise de variância fatorial (ANOVA) do tipo 2x2x2, considerando como variáveis independentes a ideologia dos participantes, a ideologia da candidata alvo e a normatividade. Como esperado na H1, os resultados na Espanha também mostraram um efeito de interação significativo entre a ideologia do participante e a ideologia da candidata alvo ($F(1,177) = 16.84, p < 0.001$), a diferença entre as médias de apoio em função do posicionamento ideológico do participante e da candidata alvo é apresentado na Figura 5:

Figura 5: Níveis de apoio à candidata em função do posicionamento ideológico do participante e da candidata alvo.



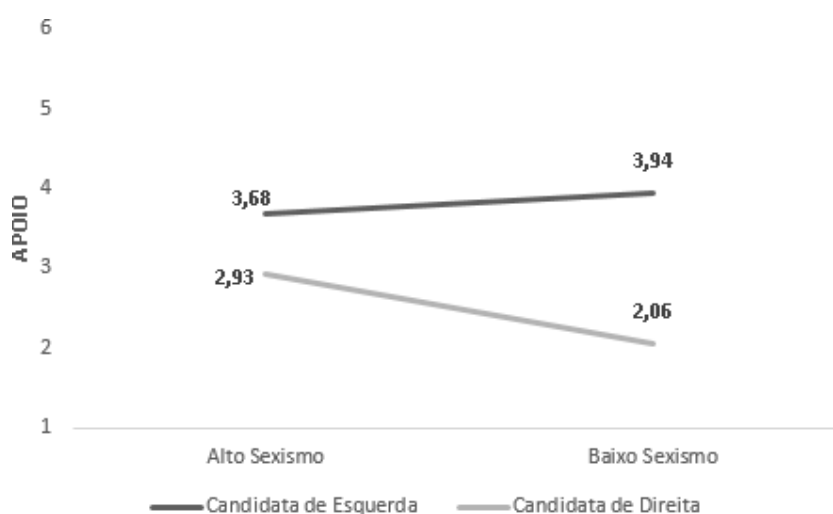
Quanto à normatividade, os resultados da amostra espanhola também refutam a H2, pois não identificamos um efeito principal significativo da normatividade no apoio à candidata. Mas, diferente do que ocorreu no Brasil, mesmo quando consideramos a ideologia do participante nessa relação não encontramos um efeito de interação estatisticamente significativo ($F(1,177)$

= 0.005, $p = 0.945$). Portanto, na amostra espanhola, o fato de a mulher ser normativa ou contranormativa não parece impactar no apoio à sua candidatura.

Nessa amostra, os subcomponentes SH ($M=1.56$; $DP=0.66$) e SB ($M= 2.0$; $DP=0.61$) apresentaram um relacionamento moderado e significativo ($r = 0.51$, $p < 0.01$). Também utilizamos a variável ST ($M= 1.78$; $DP=0.55$) para testar o efeito moderador do sexismo na relação entre o posicionamento ideológico da candidata, a normatividade e o apoio à candidatura. Os resultados indicaram que houve um efeito significativo para a interação entre a ideologia do alvo e o ST ($F(1, 181) = 20.36$, $p < 0.001$).

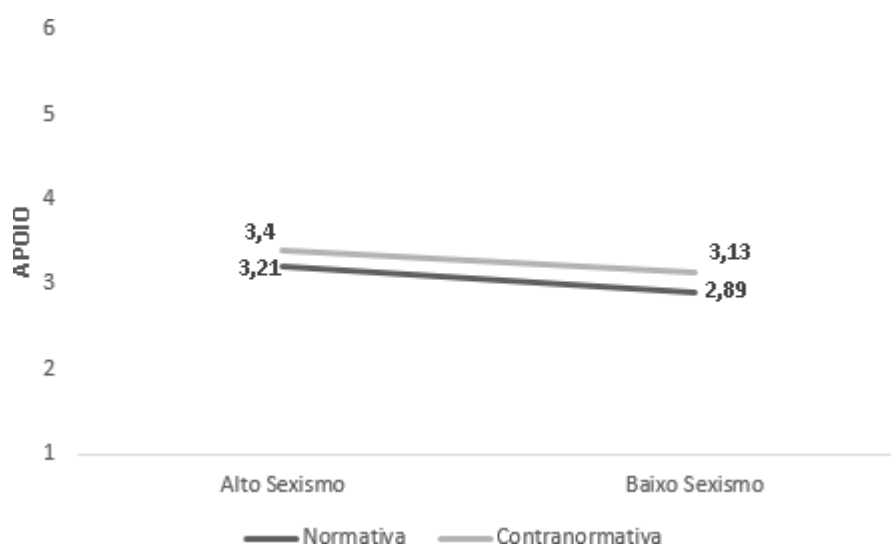
Essa interação indica que nas médias dos participantes com alta adesão ao ST houve diferenças significativas em função da candidata ser de direita ou esquerda ($p < 0.001$). Mas, essas diferenças foram ainda mais acentuadas na situação de baixa adesão ao ST ($p < 0.001$). Na alta adesão, temos: Direita ($M=2.93$; $DP= 0.127$); e Esquerda ($M=3.68$; $DP=0.122$). Já na condição de baixa adesão ao ST, os participantes apoiam mais a candidata de Esquerda ($M=3.94$; $DP= 0.125$) e, na mesma lógica, parecem rejeitar mais a de Direita ($M=2.06$; $DP= 0.125$). Conforme apresentado na Figura 6:

Figura 6: Efeito moderador do ST na relação entre Ideologia do alvo e o apoio



Quanto à normatividade, entre os participantes da Espanha, não identificamos um efeito significativo para a interação entre a normatividade e o ST ($F(1, 181) = 0.019, p = .889$), ao contrário do observado no Brasil. A Figura 7 ilustra que embora exista uma pequena diferença entre as médias, essas diferenças não foram estatisticamente significativas em função da candidata ser normativa ou contranormativa:

Figura 7: Efeito moderador do ST na relação entre Normatividade e apoio



Discussão

O objetivo deste estudo foi investigar o impacto do posicionamento ideológico e da normatividade no apoio a uma candidata, analisando o papel moderador do sexismo nessa relação, no Brasil e na Espanha. Inicialmente, os resultados demonstraram que o posicionamento do participante no eixo esquerda-direita foi o principal determinante do apoio à candidata nos dois países (conforme previa a H1). Como esperado, os participantes apoiaram mais a candidata que apresentava uma posição ideológica congruente com aquela que foi majoritária nas duas amostras (esquerda).

Por outro lado, esperávamos também um impacto da normatividade no apoio, mas essa hipótese (H2) foi parcialmente refutada porque não encontramos relação estatisticamente

significativa entre essas variáveis. No entanto, essa situação se modificou ao considerarmos a ideologia dos participantes nessa análise. No Brasil, houve um efeito de interação estatisticamente significativo entre normatividade, ideologia do participante e o apoio. Assim, os participantes de Esquerda apoiaram mais a candidata contranormativa e os de Centro/Direita apoiaram mais a candidata normativa.

Essa interação sugere que as expectativas de papel de gênero são construídas localmente dentro desses grupos (Direita e Esquerda), considerando que a normatividade foi manipulada apenas pelo desvio ou cumprimento da norma da maternidade. Nessa amostra brasileira, o que os resultados demonstram é que pessoas de esquerda apoiaram menos uma candidata apenas porque ela era mãe. E pessoas de Centro/Direita rejeitaram mais uma candidata apenas porque ela optou por não ter filhos. Na amostra espanhola, por sua vez, o fato de a mulher desviar dessa norma de gênero não parece afetar a avaliação de sua candidatura, mesmo quando consideramos a ideologia do participante na análise.

Os resultados confirmaram também a H3 que previa o papel moderador do sexismo nessa relação. Isso aconteceu especialmente no Brasil onde houve maior endosso às ideologias sexistas. Quando os participantes tinham alta adesão ao sexismo apoiavam igualmente a candidata de esquerda ou de direita (um apoio próximo ao ponto médio da escala). Por outro lado, aqueles que apresentaram baixa adesão ao sexismo apoiaram mais a candidata de esquerda e rejeitaram mais a de direita.

A literatura evidencia que a identificação ideológica tem sido um fator determinante na tomada de decisão na política (Borges & Vidigal, 2018; Garcia, 2011; Hajnal & Trounstone, 2014). Portanto, a tendência é que alguém de esquerda, por exemplo, valorize o membro do endogrupo (candidata de esquerda) e rejeite o membro do exogrupo (candidata de direita). Contudo, como as ideologias sexistas são capazes de distorcer ou enviesar julgamentos e

práticas sociais (Connor et al., 2017), na alta adesão ao sexismo há baixo apoio à candidata independente da sua posição ideológica.

Na Espanha, por sua vez, foram observadas diferenças no apoio em função da ideologia tanto na condição de alta quanto na baixa adesão ao sexismo. Mas, quanto menor a adesão ao sexismo, mais a ideologia foi determinante no apoio à candidata. Ou seja, a baixa adesão ao sexismo fortalece a relação entre apoio e ideologia. Ressaltamos que, neste estudo, utilizamos as pontuações médias do Sexismo Total, como uma medida composta, e não desagregada nos fatores: Sexismo Hostil e Sexismo Benevolente. Optamos por tal abordagem porque, embora prevejam atitudes de valência contrária, elas atuam como ideologias complementares na manutenção das desigualdades de gênero (Glick & Fiske, 2001).

Desse modo, os resultados demonstraram que a ideologia e a normatividade são variáveis capazes de impactar o apoio a uma mulher na política e o sexismo desempenha um papel moderador nessa relação. Porém, o estudo evidencia também que o impacto dessas variáveis depende do contexto cultural, pois encontramos diferenças importantes entre as respostas da amostra brasileira e espanhola. Essas diferenças já eram esperadas, considerando tanto a referida posição dos dois países (a Espanha é o 15º enquanto o Brasil é o 108º) no *ranking* relacionado à paridade de gênero na política (Fórum Econômico Mundial, 2021), quanto suas configurações históricas e culturais.

Para Pereira, Álvaro e Garrido (2016), numa comparação entre Brasil e Espanha com relação à desigualdade de gênero, deve-se considerar também o grau de organização dos movimentos feministas e sua incorporação na sociedade, que apresenta historicamente maiores avanços na Espanha em comparação ao que se observa na realidade brasileira. Ademais, nesse estudo, os autores abordavam processos de essencialização e também encontraram diferenças entre os dois países. Participantes brasileiros tendiam a sustentar mais indiscriminadamente o discurso de que tanto homens quanto mulheres possuem padrões de comportamento estáveis,

“naturais” e pouco sujeitos a mudança. Já entre os participantes espanhóis, esse uso do essencialismo quanto ao gênero era um processo menos frequente e mais complexo.

Do mesmo modo, os resultados do presente estudo confirmaram a previsão de que a normatividade tem mais impacto no apoio a uma candidata no Brasil, um país que experienciou menos avanços com relação à igualdade de gênero na política. Ademais, em conjunto, esses resultados evidenciam que a ideologia é o principal determinante do apoio à candidata alvo, o que, em uma primeira análise, pode parecer apenas uma questão de favorecimento do endogrupo (uma amostra majoritariamente de esquerda tende a favorecer o alvo de esquerda ou rejeitar mais o alvo de direita). Mas, encontramos outros aspectos nessa relação, como o impacto da norma da maternidade e o endosso ao sexismo.

Como limitação, destacamos que uma restrição importante na generalidade das nossas conclusões é que as amostras foram majoritariamente de esquerda, em função da dificuldade em recrutar participantes de direita, em ambos os países. A coleta de dados *online* e o delineamento experimental também impõem um cuidado na generalização desses resultados. De todo modo, esses fatores não impediram a análise e comparação entre os resultados nos dois países. Os resultados adicionam elementos à compreensão do apoio a uma mulher na política, considerando a relação entre normatividade, ideologia e sexismo, sendo que não encontramos estudos anteriores sobre essa relação.

Além disso, abordamos a questão das mulheres na política sem desconsiderar a complexidade do tema. Como essa pauta tem sido considerada estratégica na busca por igualdade de gênero, muitos estudos propagam mitos sobre o aumento de mulheres na política que consideram apenas vantagens ou ganhos diretos de qualquer representação. O caso de Angela Merkel ilustra também esse aspecto, pois, embora sua liderança a longo prazo possa ser um vetor de mudança, a Alemanha não apresentou grandes avanços em direção à igualdade de gênero na sua gestão (Eagly, 2018).

No presente estudo, identificamos um impacto da relação entre ideologia, normatividade e sexismo no apoio a uma candidata, mas vale considerar que esses fatores também podem impactar a atuação ou representação dessas mulheres. Assim, a incorporação de mais mulheres na política nem sempre representa um avanço nas políticas públicas ou ações que favorecem as mulheres de forma generalizada. O posicionamento ideológico de uma liderança feminina pode, por exemplo, resultar em práticas conservadoras e discriminatórias contra mulheres que desviem das normas ou papéis tradicionais de gênero. Nesse sentido, para Eagly (2018), é necessário buscar evidências empíricas que promovam o afastamento dos mitos da diversidade, por meio de uma pesquisa cuidadosa, detalhada e sistemática.

Intervenções nesse âmbito poderiam ser realizadas desde o contexto escolar, pois a divisão tradicional dos papéis e o sexismo atuam desde muito cedo. Um estudo realizado por Hammond e Cimpian (2021) sobre preconceito na infância, por exemplo, indica que meninas que aderem mais ao sexismo hostil tendem a avaliar a si mesmas como menos competentes. Estudos futuros podem testar também o impacto da normatividade com base em outras normas, como a crença de que as mulheres são mais emocionais do que os homens, aspecto que tem recebido pouca atenção de estudiosos (Brescoll, 2016). Para nossos próximos estudos, planejamos uma análise mais profunda dos aspectos ideológicos relacionados ao apoio a uma candidata, analisando o papel moderador dos Valores Políticos nessa relação (Artigo 3).

Em suma, sustentamos que a presença de mais mulheres na política é fundamental e favorece a igualdade de gênero. No entanto, é importante considerar variáveis como a ideologia e o sexismo na busca por representações que gerem de fato avanços na direção da igualdade, capazes de contemplar todas as mulheres. Dada a importância do sexismo enquanto variável moderadora, sugerimos que estudos futuros considerem o papel das ideologias sexistas, bem como dos estereótipos que se constroem ao redor da maternidade, na manutenção das desigualdades de gênero não só na política como nos demais espaços sociais.

Lista de referências:

- Allport, G. W. (1954/1979). *The nature of prejudice*. 3ª Ed. Wokingham: Addison Wesley.
- Bankert, A. (2020). Let's Talk About Sexism: The Differential Effects of Gender Discrimination on Liberal and Conservative Women's Political Engagement. *American Politics Research*, 48(6), 779-791. <https://doi.org/10.1177/1532673X20939503>
- Baron, R. M., & Kenny, D. A. (1986). The moderator–mediator variable distinction in social psychological research: Conceptual, strategic, and statistical considerations. *Journal of personality and social psychology*, 51(6), 1173. <https://doi.org/10.1037//0022-3514.51.6.1173>
- Borges, A., & Vidigal, R. (2018). Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. *Opinião Pública*, 24, 53-89. <https://doi.org/10.1590/1807-0191201824153>
- Brescoll, V. L. (2016). Leading with their hearts? How gender stereotypes of emotion lead to biased evaluations of female leaders. *The Leadership Quarterly*, 27(3), 415-428. <https://doi.org/10.1016/j.leaqua.2016.02.005>
- Brescoll, V. L., Okimoto, T. G., & Vial, A. C. (2018). You've come a long way... maybe: How moral emotions trigger backlash against women leaders. *Journal of Social Issues*, 74(1), 144-164. <https://doi.org/10.1111/josi.12261>
- Brescoll, V. L., & Uhlmann, E. L. (2008). Can an angry woman get ahead? Status conferral, gender, and expression of emotion in the workplace. *Psychological science*, 19(3), 268-275. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9280.2008.02079.x>
- Burge, C. D., Hodges, M. J., & Rinaldi, R. (2019): Family matters? Exploring media coverage of presidential candidates' families by gender and race. *Politics, Groups, and Identities*. <https://doi.org/10.1080/21565503.2019.1584748>

- Carli, L. L., & Eagly, A. H. (2016). Women face a labyrinth: An examination of metaphors for women leaders. *Gender in Management: An International Journal*.
<https://doi.org/10.1108/GM-02-2015-0007>
- Cassese, E. C., & Holman, M. R. (2019). Playing the woman card: Ambivalent sexism in the 2016 US presidential race. *Political Psychology*, 40(1), 55-74.
<https://doi.org/10.1111/pops.12492>
- Connor, R. A., Glick, P., & Fiske, S. T. (2017). Ambivalent Sexism in the Twenty-First Century. In C. Sibley & F. K. Barlow (Eds.). *The Cambridge Handbook of the Psychology of Prejudice*, 295–320. Cambridge University Press.
<https://doi.org/10.1017/9781316161579.013>
- Cialdini, R. B., & Trost, M. R. (1998). Social influence: Social norms, conformity and compliance.
- D'Adamo, O., García-Beaudoux, V., Ferrari, G., & Slavinsky, G. (2008). Mujeres candidatas: percepción pública del liderazgo femenino. *Revista de Psicología social*, 23(1), 91-104.
<https://doi.org/10.1174/021347408783399534>
- Eagly, A. H. (2018). Some leaders come from nowhere: Their success is uneven. *Journal of Social Issues*, 74(1), 184-196. <https://doi.org/10.1111/josi.12263>
- Eagly, A. H., & Johnson, B. T. (1990). Gender and leadership style: A meta-analysis. *Psychological bulletin*, 108(2), 233. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.108.2.233>
- Eagly, A. H., & Karau, S. J. (2002). Role congruity theory of prejudice toward female leaders. *Psychological review*, 109(3), 573. <https://doi.org/10.1037/0033-295X.109.3.573>
- Eagly, A. H., Karau, S. J., & Makhijani, M. G. (1995). Gender and the effectiveness of leaders: a meta-analysis. *Psychological bulletin*, 117(1), 125. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.117.1.125>

- Eagly, A. H., & Mladinic, A. (1994). Are people prejudiced against women? Some answers from research on attitudes, gender stereotypes, and judgments of competence. *European review of social psychology*, 5(1), 1-35. <https://doi.org/10.1080/14792779543000002>
- Eagly, A. H., Makhijani, M. G., & Klonsky, B. G. (1992). Gender and the evaluation of leaders: A meta-analysis. *Psychological bulletin*, 111(1), 3. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.111.1.3>
- Eagly, A. H., & Wood, W. (2012). Social role theory. *Handbook of theories in social psychology*, 2, 458-476. <https://doi.org/10.4135/9781446249222.n49>
- Expósito, F., Moya, M. C., & Glick, P. (1998). Sexismo ambivalente: medición y correlatos. *Revista de Psicología social*, 13(2), 159-169. <https://doi.org/10.1174/021347498760350641>
- Formiga, N. S., Gouveia, V. V., & Santos, M. N. D. (2002). Inventário de sexismo ambivalente: sua adaptação e relação com o gênero. *Psicologia em estudo*, 7, 103-111. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722002000100013>
- Fórum Econômico Mundial. (2021). *Global Gender Gap Report*. Recuperado em 20 de setembro, 2021 do Fórum Econômico Mundial: <https://www.weforum.org/>
- Garcia, L. H. B. (2011). Izquierdas y derechas, modelo ideológico y teoría del votante medio. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, (2011-12).
- Garcia-Blanco, I., & Wahl-Jorgensen, K. (2012) The Discursive Construction of Women Politicians in the European Press, *Feminist Media Studies*, 12(3), 422-441. <http://dx.doi.org/10.1080/14680777.2011.615636>
- Garrido, A., Álvaro, J. L., & Torres, A. R. R. (2018). Estereotipos de género, maternidad y empleo: un análisis psicosociológico. *Pensando Psicología*, 14(23), 2382-3984. <https://doi.org/10.16925/pe.v14i23.2261>

- Glick, P., & Fiske, S. T. (2001). An ambivalent alliance: Hostile and benevolent sexism as complementary justifications for gender inequality. *American psychologist*, 56(2), 109. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.56.2.109>
- Guadagno, R. E., & Cialdini, R. B. (2007). Gender differences in impression management in organizations: a qualitative review. *Sex Roles*, 56(7), 483-494. <https://doi.org/10.1007/s11199-007-9187-3>
- Hajnal, Z., & Trounstein, J. (2014). What underlies urban politics? Race, class, ideology, partisanship, and the urban vote. *Urban Affairs Review*, 50(1), 63-99. <https://doi.org/10.1177/1078087413485216>
- Hammond, M. D., & Cimpian, A. (2021). “Wonderful but Weak”: Children’s Ambivalent Attitudes Toward Women. *Sex Roles*, 84(1), 76-90. <https://doi.org/10.1007/s11199-020-01150-0>
- Iyengar, S., Sood, G., & Lelkes, Y. (2012). Affect, not ideology a social identity perspective on polarization. *Public opinion quarterly*, 76(3), 405-431. <https://doi.org/10.1093/poq/nfs038>
- López-Zafra, E., García-Retamero, R., & Eagly, A. H. (2009). Congruencia de rol de género y aspiraciones de las mujeres a posiciones de liderazgo. *Revista de Psicología Social*, 24(1), 99-108. <https://doi.org/10.1174/021347409786923005>
- Okimoto, T. G., & Brescoll, V. L. (2010). The price of power: Power seeking and backlash against female politicians. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 36(7), 923-936. <https://doi.org/10.1177/0146167210371949>
- ONU MULHERES - Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres. (2019). Liderança e participação política. www.onumulheres.org.br
- Prentice, D. A., & Carranza, E. (2002). What women and men should be, shouldn't be, are

- allowed to be, and don't have to be: The contents of prescriptive gender stereotypes. *Psychology of women quarterly*, 26(4), 269-281. <https://doi.org/10.1111/1471-6402.t01-1-00066>
- Rudman, L. A. (1998). Self-promotion as a risk factor for women: the costs and benefits of counterstereotypical impression management. *Journal of personality and social psychology*, 74(3), 629. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.74.3.629>
- Rudman, L. A., Moss-Racusin, C. A., Glick, P., & Phelan, J. E. (2012). Reactions to vanguards: Advances in backlash theory. *Advances in Experimental Social Psychology*, 45, 167–227. <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-394286-9.00004-4>
- Schneider, M. C., & Bos, A. L. (2014). Measuring stereotypes of female politicians. *Political psychology*, 35(2). <https://doi.org/245-266>. 10.1111/pops.12040
- Seyranian, V., Atuel, H., & Crano, W. (2008). Dimensions of majority and minority groups. *Group Processes & Intergroup Relations*, 11(1), 21-37. <https://doi.org/10.1177/1368430207084843>
- Suppes, A. (2020). Do women need to have children in order to be fulfilled? A system justification account of the motherhood norm. *Social Psychological and Personality Science*, 11(7), 999-1010. <https://doi.org/10.1177/1948550620909728>
- Veiga, E. (2021, 26 de setembro). Merkel deixa o comando da Alemanha como a chanceler que venceu sucessivas crises. <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/merkel-deixa-o-comando-da-alemanha-como-a-chanceler-que-venceu-sucessivas-crises/>
- Viana, H. A., de Sousa, A. W. L., & Torres, A. R. R. (2018). Engenheiras e enfermeiros: estereótipos, discriminação e desafios de profissionais contranormativos. *Interdisciplinar-Revista de Estudos em Língua e Literatura*, 29.

Viana, H. A., Torres, A. R.R., & Estramiana, J. L. A. (2020). Egalitarian men: stereotypes and discrimination. *Acta Colombiana de Psicología*, 23(2), 111-128.
<https://doi.org/10.14718/ACP.2020.23.2.6>

CAPÍTULO 2 ¹

O que essa candidata representa? Um estudo sobre relação entre normatividade, ideologia e valores políticos no apoio a uma candidata

Resumo

O objetivo deste estudo foi investigar o papel moderador dos Valores Políticos na relação entre normatividade, ideologia e apoio a uma candidata no Brasil e na Espanha. Esses valores expressam Valores Pessoais Básicos no domínio da Política e dividem-se em: Lei e Ordem; Moralidade Tradicional; Igualdade; Intervenção Militar; Livre Iniciativa; Liberdades Cívicas; Patriotismo Cego e Aceitação de Imigrantes (Schwartz, et al., 2010). A amostra brasileira contou com 185 participantes, com idade média de 27,34 anos ($DP = 9,06$), dos quais 52,5% era do gênero feminino. Na Espanha, também foram 185 participantes, majoritariamente do gênero feminino (49,7%) e com idade média de 21,22 anos ($DP = 6,3$). Os resultados indicaram que a congruência entre a identificação ideológica dos participantes e da candidata é determinante na explicação do apoio. Na amostra brasileira, houve também uma interação significativa entre a normatividade e a ideologia dos participantes, pois o apoio apresenta diferenças em função do desvio da norma, o que não ocorre entre os participantes da Espanha. Além disso, os valores políticos parecem refinar a análise sobre os aspectos ideológicos, explicando a direção e a força da relação entre ideologia e apoio nos dois países. No Brasil, a relação entre normatividade e apoio também é moderada por valores como Moralidade Tradicional (quanto menor a adesão, maior apoio à candidata contranormativa). Assim, discute-se que, ao receber apoio político, uma candidata representa não apenas valores ou interesses individuais, mas, sobretudo, os valores políticos que um conjunto de eleitores adere.

Palavras-chave: Mulheres; política; normas de gênero; ideologia; valores políticos.

¹ Inicialmente, havíamos planejado duas coletas de dados. No entanto, a pandemia nos forçou a fazer ajustes nesse planejamento. Dessa forma, fizemos apenas uma coleta de dados e as variáveis estudadas foram divididas em dois artigos. Assim, todos aspectos metodológicos e de amostragem repetem as informações presentes no artigo anterior. Essa repetição foi necessária porque os artigos serão submetidos separadamente, e as explicações sobre o desenho experimental e variáveis manipuladas (normatividade e ideologia) não poderiam ser suprimidas porque são fundamentais para a compreensão do estudo.

Introdução

Em novembro de 2020, uma mulher foi eleita vice-presidente dos EUA pela primeira vez na história. Em um discurso emblemático de posse, Kamala Harris destacou: “Embora eu seja a primeira mulher neste posto, não serei a última, porque cada garotinha que me vê hoje, vê que esse é um país de possibilidades” (Sarmiento & Petró, 2020). Apesar do progresso que as mulheres americanas fizeram em outras arenas, elas ainda permanecem sub-representadas em posições de liderança nos setores público e privado (Brescoll et al., 2018). Esse discurso indica, portanto, que o gênero ainda é um obstáculo a candidaturas femininas até mesmo na maior potência econômica mundial. Diante disso, questionamos: o que (ou quem) uma vice-presidente como Kamala Harris representa?

Diferenças básicas de estatuto social, político e econômico entre os sexos ainda hoje persistem, em maior ou menor grau, em todas as sociedades do mundo contemporâneo. Mas na política, talvez de forma ainda mais exagerada do que em outros cenários, o conflito entre o público e o privado em relação às mulheres se reproduz. Desde os primórdios, a divisão tradicional dos papéis de gênero atribuiu ao homem o papel de sustentador econômico e à mulher o cuidado físico e emocional da família, presumindo um caráter biológico desses papéis e uma suposta inferioridade feminina (Bester, 2016; Costa & Navas, 2017; Eagly & Wood, 2012; Garrido et al., 2018).

Mulheres em candidaturas ou cargos de liderança enfrentam uma série de dificuldades, como a violência de gênero na política. Nos últimos anos, houve um aumento preocupante nos casos de agressão, intimidação e abuso dirigido a mulheres politicamente ativas, com casos frequentes de assédio *online*, intimidação das mulheres e seus familiares. Em 2016 e 2017 as ações sobre esse tema começaram a se acelerar, sendo inclusive lançado pela ONU Mulheres um guia para prevenção da violência contra mulheres nas eleições (Krook, 2018).

De acordo com o *Global Gender Gap Report* (2021), até o momento, nenhum país fechou as lacunas de gênero em relação à representação política de mulheres (Fórum Econômico Mundial, 2021). A baixa representação feminina na política democrática é simbólica na medida em que demonstra a persistência do poder patriarcal, perpetuando o papel político secundário ao qual as mulheres têm sido tradicionalmente relegadas. Assim, a presença feminina nos espaços de poder é relevante não apenas por uma questão de igualdade política, mas para a busca por uma sociedade mais igualitária (Garcia-Blanco & Wahl-Jorgensen, 2012).

Duas metáforas têm sido utilizadas para explicar a liderança feminina: “Teto de vidro” e “Labirinto”. A primeira considera que os níveis mais altos de liderança estariam bloqueados para as mulheres, mantidas em um penúltimo nível, logo abaixo, mas à vista do topo, quando esbarram em barreiras invisíveis e são negados avanços adicionais. A segunda, por sua vez, sugere que o avanço é difícil, mas não impossível. Encontrar o centro requer esforço e navegação cuidadosa, mas pode ser alcançado (Carli & Eagly, 2016).

A ideia de labirinto parece, portanto, mais útil para situações como a da atual vice-presidente dos EUA, pois, ao contrário de um teto de vidro, o labirinto permite que algumas mulheres alcancem o topo, mas as paredes não parecem se extinguir. Apesar do maior acesso de algumas mulheres à liderança, elas continuam enfrentando desafios que os homens não enfrentam, como a incongruência entre os estereótipos tradicionalmente atribuídos a elas e a agência considerada necessária para a liderança (Eagly, 2018; Eagly & Karau, 2002).

Estereótipos de gênero são crenças socialmente compartilhadas sobre as características de homens e mulheres, aplicadas de forma rígida, simplificada e generalizada a todos do grupo (D'Adamo et al., 2008; Fiske, 1998). Esses traços têm um componente normativo na medida em que orientam a formação de um conjunto de padrões e expectativas em torno do comportamento esperado (Cialdine & Trost, 1998). Embora todos estejam sujeitos às diferentes consequências relacionadas a tais expectativas normativas, como membro de um grupo

minoritário, as mulheres tendem a experimentar maiores desvantagens (Albuquerque et al., 2020; Guadagno & Cialdini, 2007; Viana et al., 2020).

Para Schneider e Bos (2014), uma explicação para a escassez de mulheres na política é o fato de que os eleitores estereotipam as candidatas com base em seu gênero. Contudo, os conteúdos desses estereótipos de mulheres políticas ainda são nebulosos e carecem de clareza em comparação com outros grupos examinados. Mas, o impacto da normatividade de gênero pode ser observado em estudos que evidenciam maior rejeição às líderes que agem de maneira assertiva e dominante (Rudman et al., 2012), demonstram intenções de poder (Okimoto & Brescoll, 2010), expressam raiva (Brescoll & Uhlmann, 2008) ou se autopromovem (Rudman, 1998). Desse modo, tais características podem dificultar a chegada ao centro do referido labirinto. As mulheres contranormativas parecem mais ameaçadoras à hierarquia de gênero e, consequentemente, à manutenção do *status quo* (Brescoll et al., 2018).

Com base nessas conclusões, no presente estudo, temos interesse em investigar se a norma da maternidade, que consiste na crença de que uma mulher precisa ter filhos para ter uma vida plena, influencia na avaliação de uma candidata. Diante do endosso generalizado a essa posição normativa, bem como seu impacto tanto no bem estar subjetivo de homens e mulheres quanto na organização da sociedade (Suppes, 2020), espera-se que ela afete também o apoio a uma candidatura feminina. Ademais, como abordamos questões relacionadas à mulher na política, consideramos a importância de aspectos ideológicos nessa análise.

A posição ideológica com base no autoposicionamento no eixo esquerda-direita tem demonstrado forte capacidade preditiva de voto e parece ser determinante no comportamento dos eleitores, especialmente considerando a crescente polarização política em vários países, como EUA, Espanha e Brasil (Borges & Vidigal, 2018; Garcia, 2011; Hajnal & Trounstone, 2014; Iyengar et al., 2012). Contudo, a ideologia pode ser compreendida de uma forma mais ampla, como um conjunto de ideias e valores respeitantes à ordem pública e tendo como função

orientar os comportamentos políticos coletivos (Bobbio et al., 1998). Assim, para realizar uma análise sobre os aspectos ideológicos, utilizaremos aqui a perspectiva teórica de Schwartz et al. (2010) sobre Valores Políticos.

Cientistas políticos normalmente medem os valores políticos perguntando às pessoas o quanto concordam ou discordam das prescrições de como o governo ou a sociedade deve funcionar, compreendendo que os Valores Políticos expressam Valores Pessoais Básicos no domínio da Política (Schwartz et al., 2014). Esses valores são agrupados em oito fatores, a saber: (1) Lei e Ordem: referente à aplicação e a obediência à lei, a proteção contra as ameaças e à ordem social; (2) Moralidade tradicional que se refere à priorização de valores tradicionais, religiosos e familiares em detrimento de outros, como um estilo de vida permissivo; (3) Igualdade: referente à distribuição igualitária de oportunidades e recursos; (4) Livre Iniciativa: que defende a participação mínima do governo na economia e o individualismo econômico; (5) Liberdades Civas: relacionadas à liberdade para todos agirem e pensarem como considerarem mais adequado; (6) Patriotismo Cego: que representa o inquestionável apego ao seu país, bem como a intolerância a críticas ao mesmo; (7) Intervenção Militar: que consiste na aprovação de medidas militares contra outros países; e (8) Aceitação de Imigrantes: referente à aceitação de pessoas de outros países para viver no país do indivíduo (Black, 2011; Schwartz et al., 2010).

Objetivo e visão geral do estudo:

Diante disso, o objetivo deste estudo foi investigar o papel moderador dos Valores Políticos na relação entre normatividade, ideologia e apoio a uma candidata no Brasil e na Espanha. Investigamos, especificamente, a relação entre a adequação da candidata à norma da maternidade, sua posição no espectro político e o apoio à candidatura, considerando também a posição ideológica dos participantes. Na sequência, analisamos se os valores políticos atuam como variáveis moderadoras e, numa perspectiva comparativa, se a expressão dessas variáveis difere entre participantes no Brasil e na Espanha.

O estudo testou a hipótese geral de que a ideologia e a normatividade atuam no apoio a uma candidatura feminina, variando sua expressão a depender das características e peculiaridades do contexto cultural. Então, nós hipotetizamos que: H1) Nos dois países, a ideologia será o preditor mais eficaz do apoio. Ou seja, os índices de apoio à candidata irão variar, principalmente, em função do posicionamento no eixo esquerda-direita, pois, estudos indicam que a identificação ideológica é um fator determinante no comportamento eleitoral (Borges & Vidigal, 2018; Garcia, 2011; Hajnal & Trounstein, 2014; Iyengar et al., 2012). Desse modo, entre participantes que se posicionam mais à esquerda, por exemplo, a candidata de esquerda será mais apoiada e a de direita mais rejeitada.

Quanto à normatividade, na H2) esperamos que a candidata normativa receba mais apoio que a contranormativa. Pois o desvio das normas sociais ou das expectativas normativas para o comportamento das mulheres gera maior desaprovação social (Brescoll et al., 2018; Cialdini & Trost, 1998; Eagly, 2018; Eagly & Karau, 2002; Eagly et al., 1992; Guadagno & Cialdini, 2007). Ao contrário da ideologia, na normatividade esperamos encontrar diferenças entre os dois países. O impacto da norma deve ser maior no Brasil que apresenta menos avanços com relação à igualdade de gênero na política, dados mais atuais do Fórum Econômico Mundial (2021) indicam que a Espanha é o 15º país, num *ranking* de 156 países, enquanto o Brasil é o 108º quanto à representação política das mulheres.

Ademais, considerando que os valores políticos podem ser determinantes para a tomada de decisão na política (voto e apoio a uma candidatura), propomos uma moderação simples, adicionando o efeito moderador dos oito tipos de valores políticos apresentados por Schwartz et al. (2010) à relação entre as características da candidata alvo (Ideologia e Normatividade) e o Apoio. Portanto, na H3 prevemos que haverá um efeito moderador dos valores políticos na relação entre ideologia da candidata e apoio. Espera-se que na baixa adesão aos valores de Lei

e Ordem; Moralidade Tradicional; Livre Iniciativa; Patriotismo Cego e Intervenção Militar haja maior apoio à candidata de esquerda.

Na H4: Espera-se também que os valores de Igualitarismo; Liberdades Civas e Aceitação de Imigrantes atuem como moderadores da relação entre ideologia e apoio à candidata, sendo esperado que na alta adesão a esses valores haja maior apoio à candidata de esquerda. H5: Além disso, espera-se um efeito moderador dos valores políticos na relação entre normatividade da candidata e o apoio. Na alta adesão aos valores de Lei e ordem; Moralidade Tradicional; Livre Iniciativa; Patriotismo Cego e Intervenção Militar deve haver maior apoio à candidata normativa. H6: Do mesmo modo, espera-se que os valores de Igualitarismo; Liberdades Civas e Aceitação de Imigrantes atuem como moderadores da relação entre normatividade e apoio. Sendo que na baixa adesão a esses valores deve haver maior apoio à candidata normativa.

Método

Participantes e delineamento:

O estudo foi realizado em duas partes, sendo a primeira no Brasil e a segunda na Espanha, a fim de atender ao objetivo do estudo e promover uma comparação entre os resultados dos dois países. O tamanho da amostra foi previamente calculado por meio do *software* G*Power 3.1.9, estimando-se uma amostra de 179 participantes como adequada para um delineamento com 80% de poder para detectar um tamanho de efeito moderado entre as variáveis ($f = .25$; $p = .05$).

A pesquisa contou com duas amostras (uma brasileira e uma espanhola) não-probabilísticas e por conveniência. Trata-se de um estudo com delineamento experimental, considerando duas variáveis independentes: posicionamento ideológico e normatividade da mulher. Os participantes foram alocados de forma aleatória a uma entre quatro condições em um delineamento fatorial 2 (*posicionamento ideológico da candidata*: esquerda ou direita) x 2 (*normatividade da mulher*: normativa ou contranormativa) entre sujeitos.

Participantes do Brasil:

A amostra brasileira contou com 185 participantes, sendo a maioria do gênero feminino (52,5%) e da região nordeste do Brasil (84,2%). As idades variaram entre 18 e 63 anos, com média de 27,34 anos ($DP = 9,06$). Com relação ao posicionamento dos participantes no espectro político, 55,7% declararam posicionamento à esquerda, 25,2% ao centro e 19,1% à direita. Como poucos participantes se autodeclararam ideologicamente à direita, para fins de análise, dividimos também a amostra em Esquerda (55,7%) e Centro/Direita (44,3%).

Participantes da Espanha

Na Espanha, a amostra também foi composta por 185 participantes, majoritariamente do gênero feminino (49,7%), e desses 81,4% declararam nacionalidade espanhola. As idades variaram entre 17 e 62 anos, com média de 21,22 anos ($DP = 6,3$). Com relação ao posicionamento dos participantes no espectro político, 69,7% declararam posicionamento à esquerda, 19,5 % ao centro e 10,8 % à direita. Assim como na amostra brasileira, para fins de análise, dividimos a amostra em esquerda (69,7%) e Centro/Direita (30,3%).

Procedimentos

Inicialmente, os procedimentos de pesquisa previam o acesso a estudantes universitários brasileiros e espanhóis, tendo aprovação para coleta de dados na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil, e na *Universidad Complutense de Madrid (UCM)*, Espanha. Contudo, a pesquisa teve início pouco antes da pandemia de COVID-19 ser declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em março de 2020, e com o fechamento das universidades a coleta junto a estudantes em salas de aula foi suspensa. Diante disso, utilizamos a estratégia de coleta *online*, com um questionário apresentado por meio da plataforma *SurveyMonkey*. Para divulgação, solicitamos o apoio de professores universitários das duas instituições referidas,

bem como a participação geral da comunidade por meio de ampla divulgação em redes sociais (e.g., *Facebook*, *Instagram* e *Whatsapp*).

No *SurveyMonkey*, os participantes só deram início ao preenchimento do questionário após lerem e declararem concordância com um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que continha informações gerais sobre o estudo, com ênfase na voluntariedade e garantia de sigilo. Ademais, este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Paraíba (CAAE: 36369820.4.0000.5188) e obedeceu às diretrizes éticas dispostas nas resoluções n. 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde acerca das pesquisas com seres humanos.

Instrumento:

A primeira parte do questionário apresentava um cenário no qual era descrita uma candidata ao cargo de Deputada Federal no Brasil e “*Diputada del congreso*” na Espanha. Na caracterização da candidata, alterava-se apenas o posicionamento ideológico e a normatividade da mulher. Antes da aplicação, os cenários passaram pela avaliação de dez juízes (pesquisadores da área no Brasil e na Espanha) que avaliaram e sugeriram pequenos ajustes quanto às duas variáveis manipuladas. O cenário foi o mesmo no Brasil e na Espanha passando apenas por adaptações referentes ao idioma e ao contexto cultural (Ver Anexo B).

O posicionamento ideológico foi manipulado por meio da filiação e pautas defendidas pela candidata (associados a um partido de direita ou esquerda). Quanto à normatividade, relacionada ao cumprimento das prescrições orientadas pelos papéis de gênero, optamos por examinar o efeito da priorização da vida familiar, tendo a maternidade como característica saliente, o que será denominado como efeito da norma da maternidade. Embora não tenhamos encontrado estudos empíricos sobre o impacto dessa norma no apoio a mulheres na política, a literatura indica a posição central que a maternidade ocupa tanto nas expectativas e papéis de

gênero quanto nas normas sociais que incidem sobre as mulheres (Álvaro & Fernández, 2006; Costa, et al., no prelo; Eagly & Wood, 2012; Garrido et al., 2018; Suppes, 2020).

Com isso, o cenário indicava que ou a candidata era mãe e sempre priorizou a vida familiar (normativa), ou escolheu não ter filhos e sempre priorizou a vida profissional (contranormativa). Para fins de descrição, utilizaremos apenas o termo “normatividade”. Cada participante respondeu a apenas uma condição experimental e essa distribuição é ilustrada nas Tabelas 1 e 2, apresentadas seguir:

Tabela 1: distribuição participantes por condição experimental no Brasil

Normatividade da candidata alvo			
Posição ideológica	Normativa	Contranormativa	Total
Direita	42	50	92
Esquerda	48	45	93
Total	90	95	185

Tabela 2: distribuição participantes por condição experimental na Espanha

Normatividade da candidata alvo			
Posição ideológica	Normativa	Contranormativa	Total
Direita	45	46	91
Esquerda	43	51	94
Total	88	97	185

Variável dependente:

Após a apresentação do cenário, o instrumento questionava ao participante em que medida ele apoiaria a candidata, indicando o grau de concordância com as afirmações: a) votaria na candidata; b) acredito que as propostas da candidata me beneficiariam c) pediria voto aos amigos; d) me engajaria na campanha distribuindo panfletos nas ruas; e) faria doações financeiras; f) acredito que uma candidata com este perfil cumpriria suas promessas e g) não tenho críticas a essa candidata. Essas questões foram respondidas em uma escala do tipo Likert que variava entre 1 (discordo totalmente) a 6 (concordo totalmente) e o escore médio desses sete itens gerou a medida de “Apoio”, variável dependente neste estudo. Para a análise de

confiabilidade dessa variável composta, foi realizado o cálculo da consistência interna, que apresentou índices satisfatórios (Alfa de *Cronbach* = 0.88 na amostra brasileira e Alfa de *Cronbach* = 0.86 na amostra espanhola).

Medida de Valores Políticos

Os Valores Políticos foram auferidos por meio de uma adaptação da escala de Valores Políticos Centrais (CPV), desenvolvida por Schwartz et al. (2010) e aplicado em 15 países (incluindo Brasil e Espanha) por Schwartz et al. (2014). Esses estudos confirmam a estrutura de oito fatores formada pelas dimensões: Lei e Ordem; Moralidade Tradicional; Igualdade; Intervenção Militar; Livre Iniciativa; Liberdades Civis; Patriotismo Cego e Aceitação de Imigrantes, com índices de consistência interna satisfatórios, apresentados no instrumento em 34 itens em formato Likert, variando de 1 (discordo fortemente) a 6 (concordo fortemente).

Para este estudo, os itens foram traduzidos do original em inglês para o espanhol e para o português com o auxílio de juízes. Cada dimensão tinha entre três e sete itens (por exemplo, Moralidade Tradicional: este país teria muito menos problemas se houvesse mais ênfase nos laços familiares tradicionais; ou Igualdade: se as pessoas fossem tratadas de forma mais igual neste país, teríamos muito menos problemas) (Ver Anexo B).

A análise da consistência interna desses fatores apresentou os seguintes alfas de *Cronbach* na amostra brasileira: 0.82 para Lei e Ordem; 0.83 para Moralidade Tradicional; 0.75 para Igualdade; 0.35 para Intervenção Militar; 0.80 para Livre Iniciativa; 0.51 para Liberdades Civis; 0.71 para Patriotismo Cego e 0.36 para Aceitação de Imigrantes. Na Espanha, a análise da consistência interna desses fatores apresentou os seguintes alfas de *Cronbach*: 0.80 para Lei e Ordem; 0.56 para Moralidade Tradicional; 0.81 para Igualdade; 0.39 para Intervenção Militar; 0.68 para Livre Iniciativa; 0.85 para Liberdades Civis; 0.63 para Patriotismo Cego e 0.56 para Aceitação de Imigrantes. Como todos apresentaram índices acima de 0.30, os oito fatores foram mantidos na análise.

Análise de dados:

Para análise dos resultados foi utilizado o *software* SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) versão 20. Neste *software* foi possível realizar ANOVAs, ANCOVAs, estimar num modelo de moderação, além de realizar análises descritivas. Na amostra brasileira, os testes de pressupostos demonstraram que a variável dependente (Apoio) apresentava distribuição normal e homogeneidade de variância (Kolmogorov-Smirnov = 0.051, $p = 0.20$; Levene (3, 181) = 1.69, $p = 0.171$). O mesmo ocorreu na amostra espanhola (Kolmogorov-Smirnov = 0.052, $p = 0.20$; Levene (3, 181) = 0.60, $p = 0.616$).

Resultados

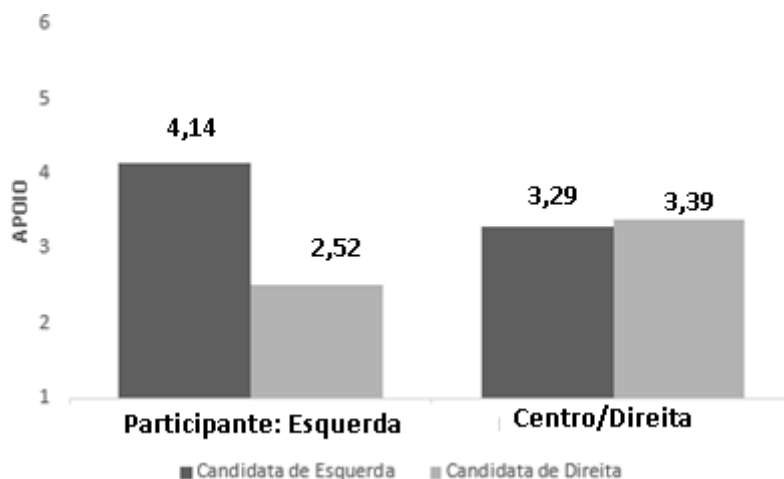
Parte I: Brasil

Para testar o efeito do posicionamento ideológico (esquerda *versus* direita) e da normatividade (normativa *versus* contranormativa) no apoio à candidata, realizamos uma ANOVA fatorial 2x2 (análises de *post-hoc* para efeitos principais e de interação foram realizados por meio do teste de Bonferroni). Os resultados mostraram que o efeito principal do posicionamento ideológico do alvo foi significativo, ($F(1, 181) = 25, p < 0.001$), indicando que os participantes atribuíram mais apoio à candidata de esquerda ($M = 3.78, SD = 0.122$) em comparação com a de direita ($M = 2.91, SD = 0.123$). Por outro lado, não houve efeito principal significativo da normatividade no apoio à candidata, $F(1, 181) = 0.063, p = 0.803$ e nem efeito de interação significativo entre a normatividade e a ideologia ($F(1, 181) = 0.001, p = 0.981$).

A maioria dos participantes se posicionou à esquerda no espectro político (55.7%), então, como esperado, a candidata de esquerda (endogrupo) recebeu maior apoio. A fim de analisar melhor o papel dessa pertença ideológica dos participantes, realizou-se também uma análise de variância fatorial (ANOVA) do tipo 2x2x2, considerando como variáveis independentes a ideologia dos participantes (Esquerda e Centro/Direita), a ideologia do alvo e a normatividade. Como previsto na H1, os resultados mostraram um efeito de interação

significativo entre a ideologia do participante e da candidata ($F(1,175) = 27.45, p < 0.001$). A Figura 1 apresenta essas diferenças entre as médias de apoio em função do posicionamento ideológico do participante e da candidata alvo:

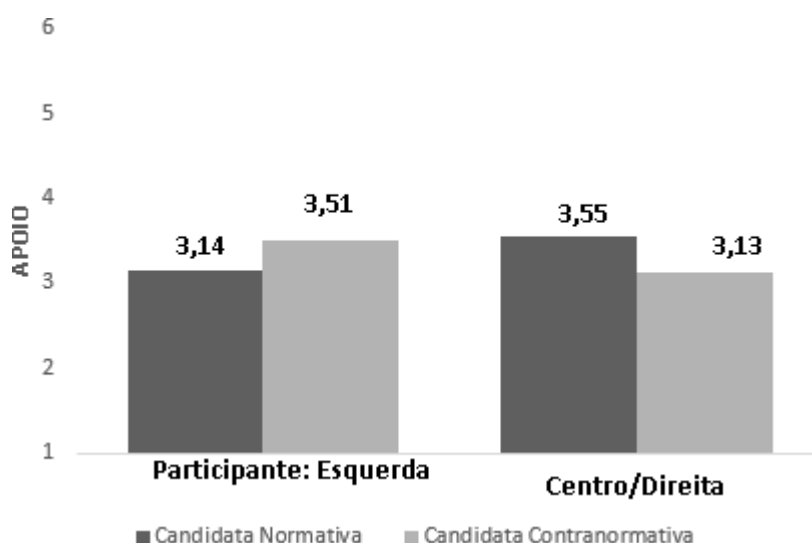
Figura 1: Níveis de apoio à candidata em função do posicionamento ideológico do participante e da candidata alvo.



Observa-se que os participantes que se posicionam à esquerda no espectro político apoiam mais a candidata de esquerda e rejeitam mais a de direita. Entre os participantes que se posicionam ao centro ou à direita, por sua vez, não são observadas diferenças no apoio em função da ideologia da candidata alvo. Esses resultados corroboram, portanto, a H1 que previa que a variação nos índices de apoio à candidata ocorreria, principalmente, em função do posicionamento ideológico. Evidenciando o já esperado viés intergrupar no apoio a uma candidata com base na ideologia.

Quanto à normatividade, como vimos, os resultados refutam a H2 que previa maior rejeição à candidata contranormativa, pois não identificamos um efeito principal significativo da normatividade no apoio à candidata. No entanto, quando consideramos a ideologia do participante nessa relação, os resultados evidenciam um efeito de interação estatisticamente significativo entre a ideologia do participante e a normatividade da candidata alvo ($F(1,175) = 5.85, p = 0.017$). Os níveis de apoio em função do posicionamento ideológico do participante e da normatividade da candidata alvo são apresentados na Figura 2:

Figura 2: Níveis de apoio à candidata em função do posicionamento ideológico do participante e da normatividade do alvo.



A H2 deste estudo previa apenas um menor apoio à candidata contranormativa, mas o que os resultados mostram é que essa relação depende da posição ideológica do participante. Participantes de esquerda tendem a contrariar o esperado e apresentar índices de apoio inferiores para a candidata normativa. Por outro lado, quando consideramos apenas os participantes que não se posicionam à esquerda no espectro político, corroboramos a H2 ao identificar maiores índices de apoio para a candidata normativa. Ou seja, nessa amostra brasileira, o apoio a uma candidata normativa ou contranormativa também parece variar em função da auto identificação ideológica do participante.

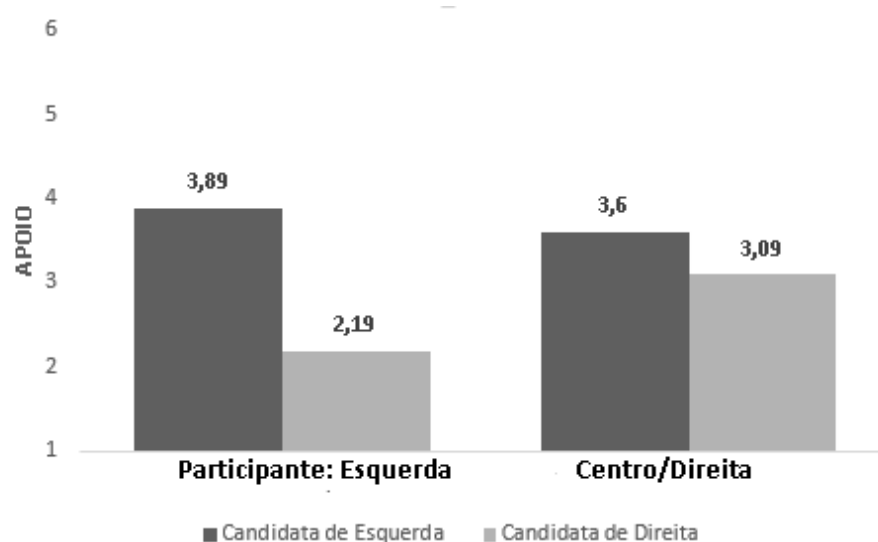
Parte II: Espanha

Assim como na amostra brasileira, para testar o efeito do posicionamento ideológico e da normatividade no apoio à candidata, foi realizada uma ANOVA fatorial 2x2. Os resultados mostraram que o efeito principal do posicionamento ideológico do alvo foi significativo, ($F(1, 181) = 98.83, p < 0.001$), sendo que a candidata de esquerda ($M = 3.80, SD = 0.093$) recebeu mais apoio do que a de direita ($M = 2.49, SD = 0.094$). Quanto à normatividade, o efeito

principal não foi significativo ($F(1, 181) = 2.28, p = 0.132$). E também não houve efeito de interação significativo entre a normatividade e a ideologia ($F(1, 181) = 0.982, p = 0.323$).

Como nessa amostra a maioria dos participantes também se posiciona à esquerda no espectro político (69,7%) a candidata de esquerda recebe maior apoio. Para analisar o papel da pertença ideológica dos participantes, realizou-se também uma análise de variância fatorial (ANOVA) do tipo $2 \times 2 \times 2$, considerando como variáveis independentes a ideologia dos participantes, a ideologia do alvo e a normatividade. Como esperado na H1, os resultados na Espanha também mostraram um efeito de interação significativo entre a ideologia do participante e a ideologia da candidata alvo ($F(1,177) = 16.84, p < 0.001$), a diferença entre as médias de apoio em função do posicionamento ideológico do participante e da candidata alvo é apresentado na Figura 3:

Figura 3: Níveis de apoio à candidata em função do posicionamento ideológico do participante e da candidata alvo.



Quanto à normatividade, os resultados da amostra espanhola também refutam a H2, pois não identificamos um efeito principal significativo da normatividade no apoio à candidata. Mas, diferente do que ocorreu no Brasil, mesmo quando consideramos a ideologia do participante nessa relação não encontramos um efeito de interação estatisticamente significativo ($F(1,177)$

= 0.005, $p = 0.945$). Portanto, na amostra espanhola, o fato de a mulher desviar das normas de gênero não parece impactar no apoio à sua candidatura.

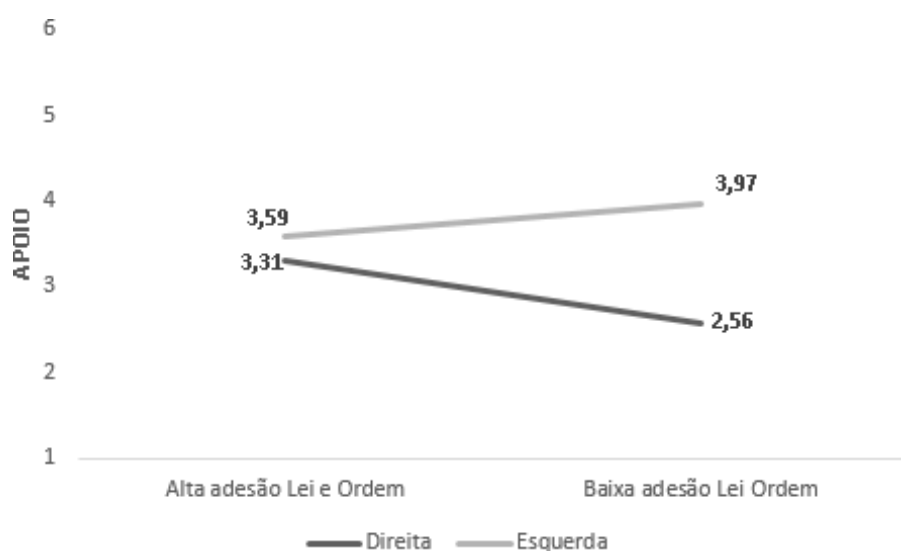
Valores Políticos

As análises sobre o papel moderador dos Valores Políticos na relação entre posicionamento ideológico, normatividade e o apoio à candidata serão apresentadas, separadamente, na seguinte ordem: Lei e Ordem; Moralidade Tradicional; Igualdade; Intervenção Militar; Livre Iniciativa; Liberdades Civas; Patriotismo Cego e Aceitação de Imigrantes. Os resultados das análises na amostra brasileira e na amostra espanhola serão apresentados juntos em cada seção.

Lei e Ordem

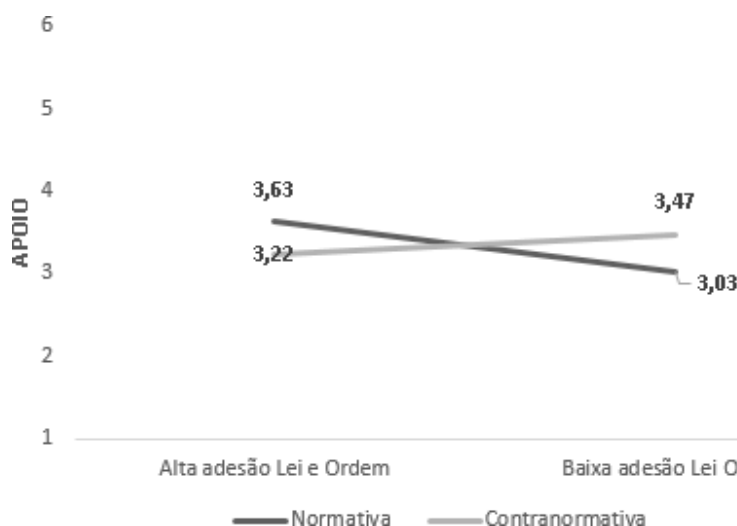
No Brasil, os resultados indicaram um efeito significativo para a interação entre a ideologia do alvo e a dimensão de Lei e Ordem ($F(1, 179) = 11.15$, $p = 0.001$). Sendo que as diferenças entre as médias foram significativas ($p < 0.001$) apenas na condição de baixa adesão a esses valores, quando a candidata de Esquerda ($M = 3.97$; $DP = 0.171$) é mais apoiada que a de Direita ($M = 2.56$; $DP = 0.166$), conforme ilustra a Figura 4:

Figura 4: Efeito moderador dos valores políticos de Lei e Ordem na relação entre a ideologia do alvo e o apoio no Brasil.



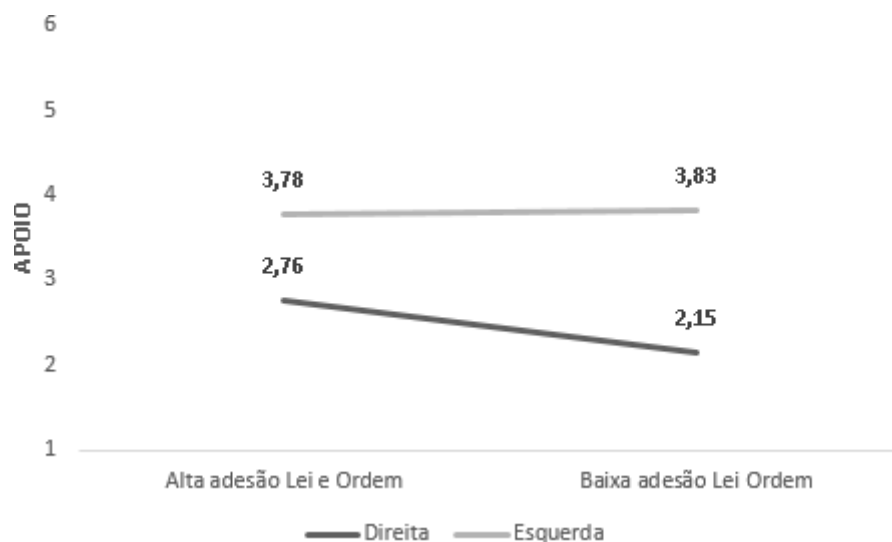
Além disso, na amostra brasileira, houve um efeito significativo para a interação entre a normatividade do alvo e a dimensão de Lei e Ordem ($F(1, 179) = 5.48, p = 0.020$). Os participantes com alta adesão a esses valores apoiam mais a candidata normativa ($M = 3.63$ $DP = 0.178$), em comparação à contranormativa ($M = 3.22$ $DP = 0.187$). Já entre os participantes com baixa adesão aos valores de Lei e Ordem, observa-se um apoio maior à candidata contranormativa ($M = 3.47$ $DP = 0.182$), em comparação à normativa ($M = 3.03$ $DP = 0.182$). Na Figura 5, observa-se essas diferenças entre as médias:

Figura 5: Efeito moderador dos valores de Lei e Ordem na relação entre a normatividade do alvo e o apoio no Brasil.



Na amostra da Espanha, também houve um efeito de interação significativo entre ideologia e os valores de Lei e Ordem ($F(1, 174) = 6.12, p = 0.014$). Mas, o maior apoio à candidata de esquerda é estatisticamente significativo tanto na alta quanto na baixa adesão a esses valores ($p < 0.001$). O que ocorre é que na situação de baixa adesão essa diferença fica mais acentuada (Figura 6). Ou seja, quanto menos o participante adere a esses valores mais ele rejeita a candidata de direita e apoia a de esquerda. Quanto à normatividade, não observamos um efeito de interação significativo entre essa variável e os valores políticos de Lei e Ordem ($F(1, 174) = 0.44, p = 0.508$), como havia acontecido na amostra brasileira.

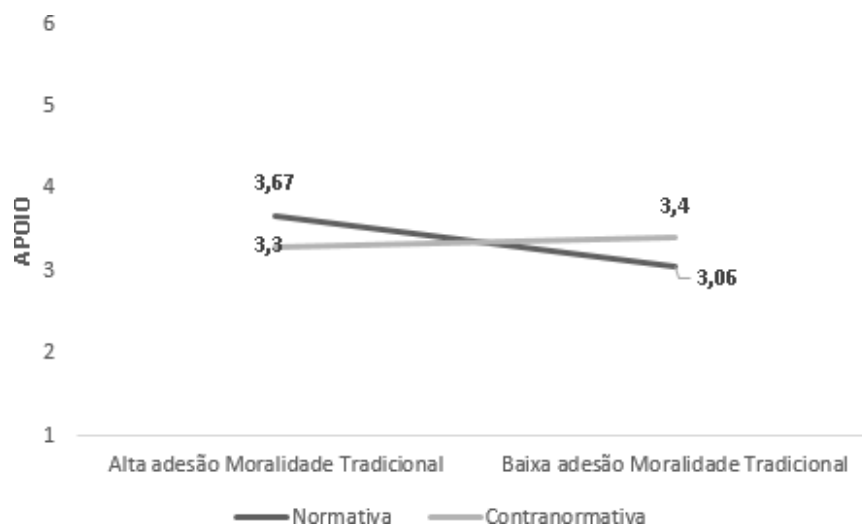
Figura 6: Efeito moderador dos valores políticos de Lei e Ordem na relação entre a ideologia do alvo e o apoio na Espanha.



Moralidade Tradicional

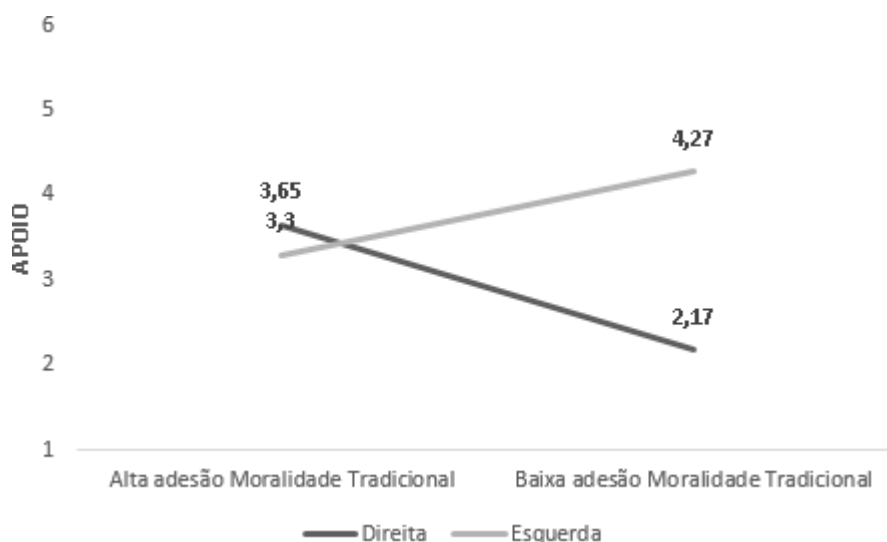
Na amostra brasileira, os resultados indicaram que houve um efeito significativo para a interação entre a normatividade do alvo e a Moralidade Tradicional ($F(1, 179) = 3.73, p = 0.055$). Nessa interação, os participantes com alta adesão aos valores de Moralidade Tradicional apresentaram maior apoio à candidata normativa ($M = 3.67$; $DP = 0.191$), em comparação à contranormativa ($M = 3.30$; $DP = 0.176$). Do mesmo modo, entre participantes com baixa adesão a esses valores, observa-se um apoio maior à candidata contranormativa ($M = 3.40$; $DP = 0.182$), em comparação com a normativa ($M = 3.06$; $DP = 0.185$). Na Figura 7, observa-se essa relação:

Figura 7: Efeito moderador da Moralidade Tradicional na relação entre normatividade do alvo e o apoio no Brasil.



Quanto à Ideologia, também houve um efeito significativo para a interação entre a Ideologia e a Moralidade Tradicional ($F(1, 179) = 70.20, p < 0.001$) na amostra brasileira. As diferenças foram significativas ($p < 0.001$) na condição de baixa adesão a esses valores, sendo a candidata de Esquerda ($M = 4.27$; $DP = 0.146$) mais apoiada que a de Direita ($M = 2.17$; $DP = 0.149$), conforme ilustra a Figura 8:

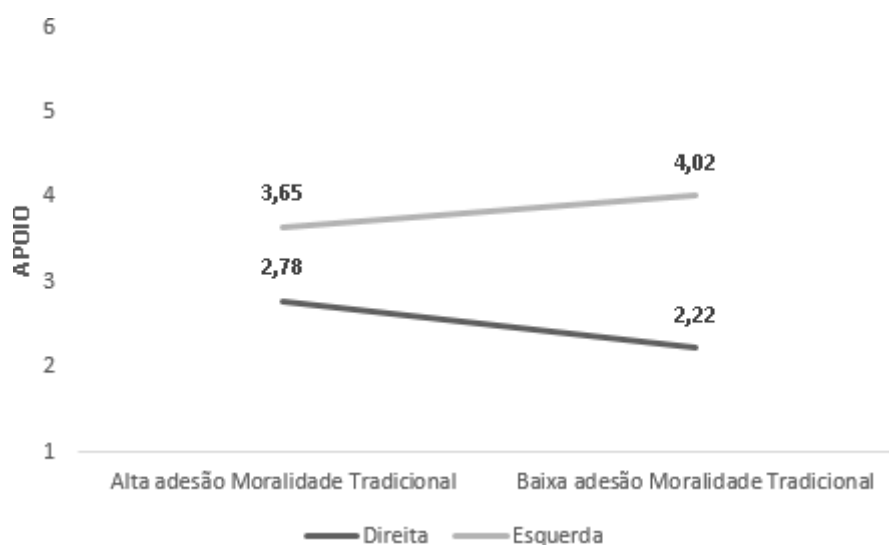
Figura 8: Efeito moderador da Moralidade Tradicional na relação entre Ideologia do alvo e o apoio no Brasil.



Na Espanha, também observamos um efeito de interação significativo entre ideologia e Moralidade Tradicional ($F(1, 178) = 13.58, p < 0.001$). O maior apoio à candidata de esquerda é estatisticamente significativo tanto na alta quanto na baixa adesão a esses valores ($p < 0.001$).

Mas na baixa adesão essa diferença fica mais acentuada (conforme ilustra a Figura 9). Ou seja, quanto menos o participante adere aos valores de Moralidade Tradicional mais rejeita a candidata de direita e apoia a de esquerda. Nessa amostra, não observamos efeito de interação significativo entre normatividade e a Moralidade Tradicional ($F(1, 178) = 0.045, p = 0.833$).

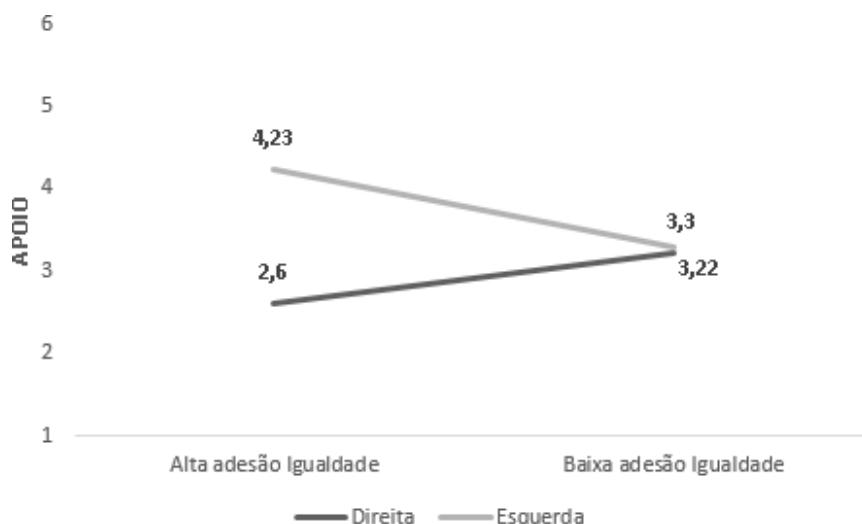
Figura 9: Efeito moderador da Moralidade Tradicional na relação entre a ideologia do alvo e o apoio na Espanha.



Igualdade

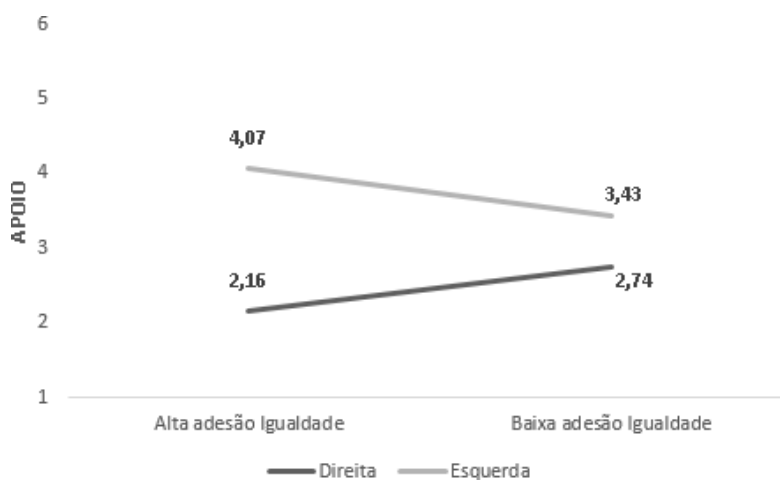
Quanto aos valores políticos de igualdade, os resultados na amostra brasileira indicaram que não houve um efeito significativo para a interação entre a normatividade do alvo e essa dimensão ($F(1, 178) = 0.647, p = 0.422$). Quanto à ideologia houve efeito significativo nessa interação ($F(1, 179) = 20.43, p < 0.001$). Diferenças entre as médias foram significativas ($p < 0.001$) na condição de alta adesão aos valores de igualdade, sendo a candidata de Esquerda ($M = 4.23$; $DP = 0.177$) mais apoiada que a de Direita ($M = 2.60$; $DP = 0.157$) (Figura 10).

Figura 10: Efeito moderador dos valores políticos de Igualdade na relação entre Ideologia do alvo e o apoio no Brasil.



Na amostra da Espanha, também não houve um efeito significativo para a interação entre normatividade do alvo e a dimensão de Igualdade ($F(1, 179) = 0.025, p = 0.874$). Com relação à ideologia, houve um efeito significativo para essa interação ($F(1, 179) = 20.47, p < 0.001$). O maior apoio à candidata de esquerda é estatisticamente significativo tanto na alta quanto na baixa adesão a esses valores. Mas na alta adesão essa diferença fica mais acentuada ($p < 0.001$). Quanto maior a adesão aos valores de Igualdade mais o participante rejeita a candidata de direita e apoia a de esquerda (Figura 11).

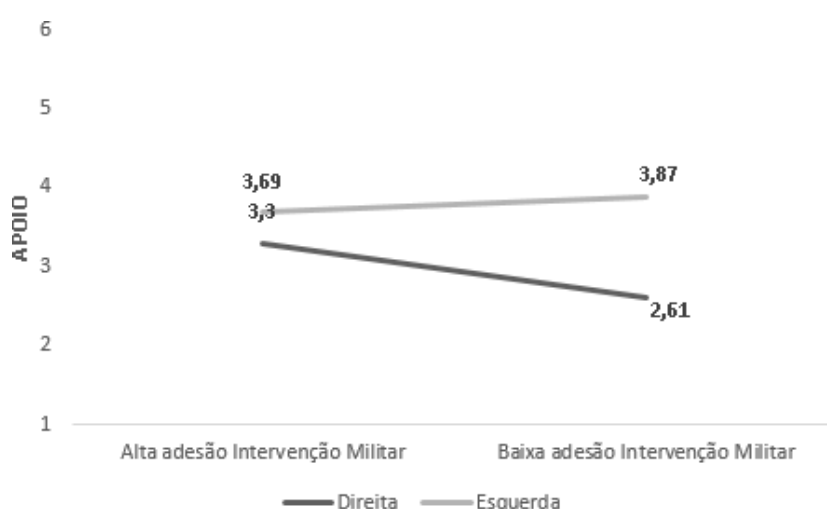
Figura 11: Efeito moderador dos valores políticos de Igualdade na relação entre Ideologia do alvo e o apoio na Espanha.



Intervenção Militar

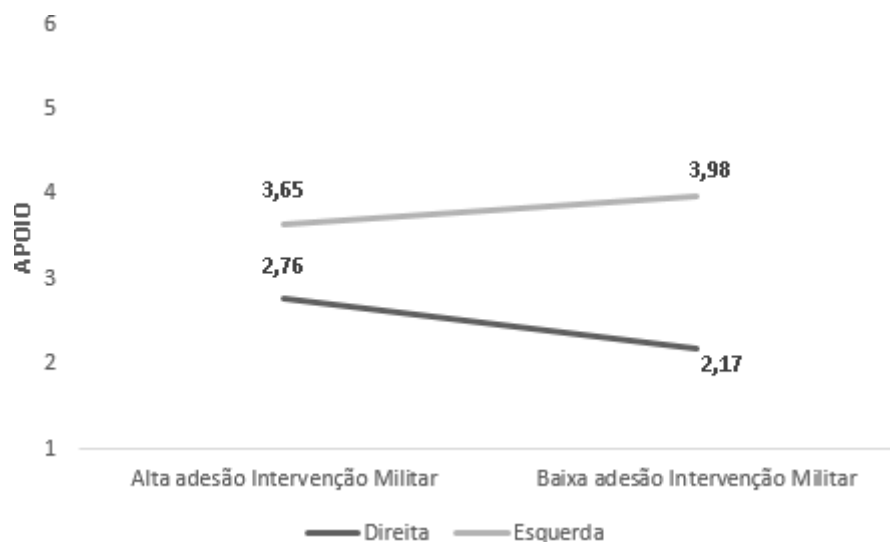
No Brasil, não houve um efeito significativo para a interação entre a normatividade do alvo e a dimensão de Intervenção Militar ($F(1, 178) = 3.69, p = 0.056$). Quanto à Ideologia, houve um efeito significativo para essa interação entre a Ideologia e esses valores ($F(1, 178) = 6.46, p = 0.012$). Sendo que as diferenças entre as médias (Figura 12) são estatisticamente significativas ($p < 0.001$) na situação de baixa adesão. A candidata de esquerda é mais apoiada ($M = 3.87$; $DP = 0.172$) que a de Direita ($M = 2.61$; $DP = 0.171$).

Figura 12: Efeito moderador dos valores políticos de Intervenção Militar na relação entre ideologia do alvo e o apoio no Brasil.



Na Espanha, também não houve um efeito significativo para a interação entre a normatividade do alvo e a dimensão de Intervenção Militar ($F(1, 178) = 0.39, p = 0.528$). Por outro lado, com relação à ideologia houve um efeito significativo para essa interação ($F(1, 178) = 12.82, p < 0.001$). O maior apoio à candidata de esquerda é estatisticamente significativo tanto na alta quanto na baixa adesão a esses valores ($p < 0.001$). Mas na baixa adesão essa diferença fica mais acentuada. Quanto menor a adesão mais o participante rejeita a de direita e apoia a de esquerda (Figura 13).

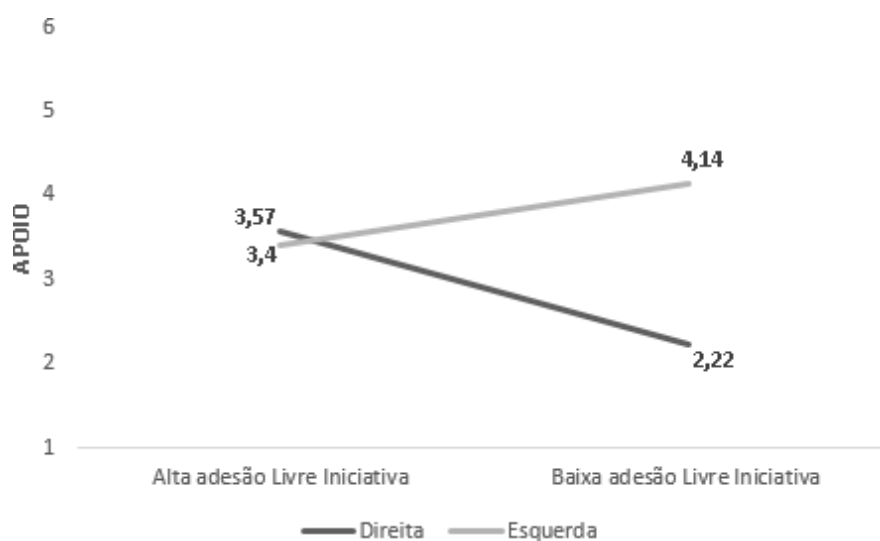
Figura 13: Efeito moderador dos valores políticos de Intervenção Militar na relação entre Ideologia do alvo e o apoio na Espanha.



Livre Iniciativa

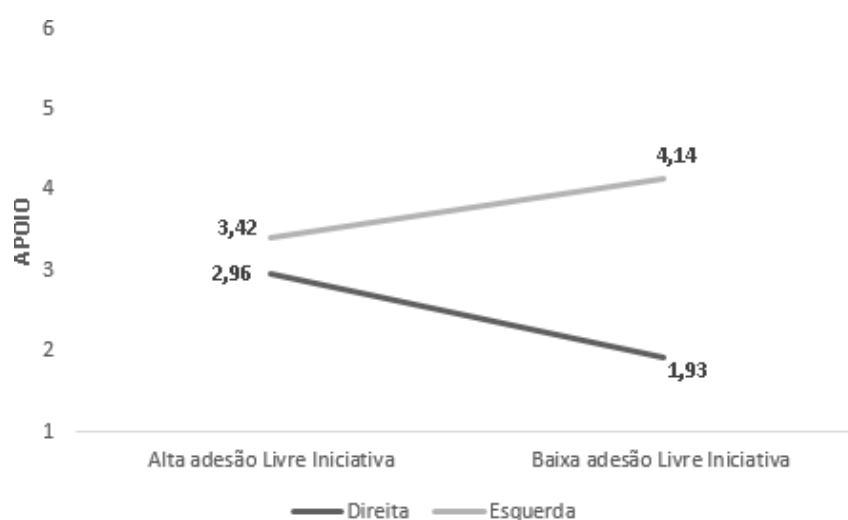
No Brasil, os resultados indicaram que não houve um efeito significativo para a interação entre a normatividade do alvo e a Livre Iniciativa ($F(1, 180) = 0.922, p = 0.338$). Por outro lado, houve efeito significativo para a interação entre a Ideologia e esses valores ($F(1, 180) = 46.94, p < 0.001$). As diferenças entre as médias são estatisticamente significativas na situação de baixa adesão ($p < 0.001$). Nesse caso, a candidata de esquerda é mais apoiada ($M=4.14$; $DP=0.156$) que a de Direita ($M= 2.22$; $DP=0.150$) (Figura 14).

Figura 14: Efeito moderador dos valores políticos de Livre Iniciativa na relação entre ideologia do alvo e o apoio no Brasil.



Na Espanha, também não houve um efeito significativo para a interação entre a normatividade do alvo e a dimensão de Livre Iniciativa ($F(1, 180) = 0.028, p = 0.868$). Quanto à ideologia, houve um efeito significativo para essa interação ($F(1, 180) = 54.73, p < 0.001$). O maior apoio à candidata de esquerda é estatisticamente significativo tanto na alta quanto na baixa adesão ($p < 0.001$). Mas na baixa adesão essa diferença fica mais acentuada. Quanto menor a adesão mais o participante rejeita a de direita e apoia a de esquerda (Figura 15).

Figura 15: Efeito moderador dos valores políticos de Livre Iniciativa na relação entre ideologia do alvo e o apoio na Espanha.



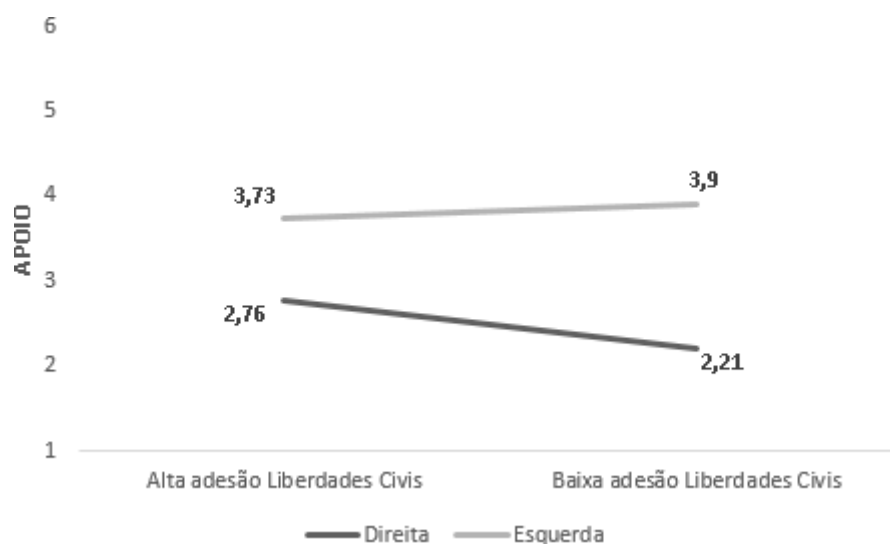
Liberdades Civis

Os resultados no Brasil indicaram que não houve efeito significativo para a interação entre a Ideologia do alvo e os valores relacionados às Liberdades Civis ($F(1, 179) = 0.155, p = 0.694$). Do mesmo modo, não houve efeito significativo para a interação entre a normatividade do alvo e esses valores políticos ($F(1, 179) = 1.30, p = 0.254$).

Na Espanha, também não houve efeito significativo para a interação entre a normatividade do alvo e os valores relacionados às Liberdades Civis ($F(1, 180) = 0.060, p = 0.806$). Mas, é possível observar um efeito de interação significativo entre ideologia e esses valores ($F(1, 180) = 7.58, p = 0.006$). O maior apoio à candidata de esquerda é estatisticamente

significativo tanto na alta quanto na baixa adesão ($p < 0.001$), sendo que na baixa adesão essa diferença fica mais acentuada, conforme ilustrado na Figura 16:

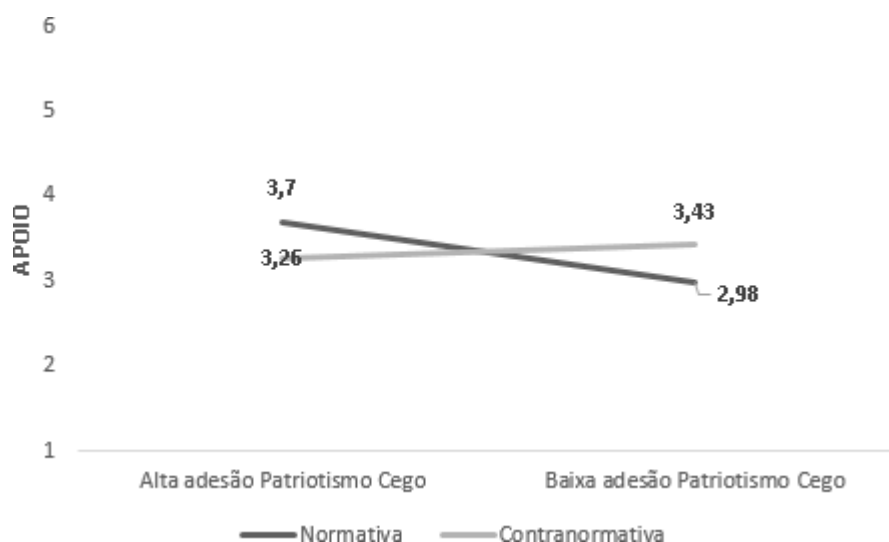
Figura 16: Efeito moderador dos valores políticos de Liberdades Civis na relação entre ideologia do alvo e o apoio na Espanha.



Patriotismo Cego

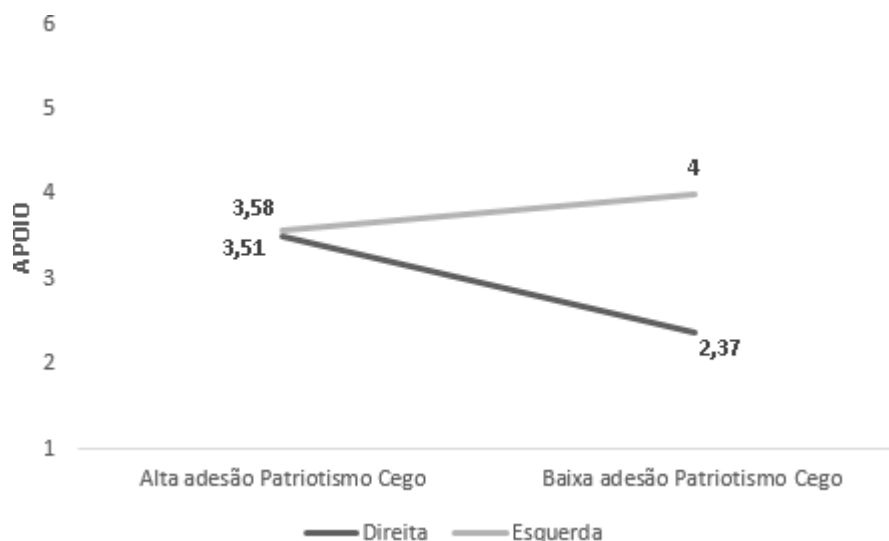
No Brasil, houve um efeito significativo para a interação entre a normatividade do alvo e o Patriotismo Cego ($F(1, 179) = 5.82, p = 0.017$). Os participantes com alta adesão a esses valores apresentaram maior apoio à candidata normativa ($M = 3.70$; $DP = 0.175$), em comparação com a contranormativa ($M = 3.26$; $DP = 0.190$). Na mesma direção, entre os participantes com baixa adesão, observou-se um apoio maior à candidata contranormativa ($M = 3.43$; $DP = 0.184$), em comparação com a normativa ($M = 2.98$; $DP = 0.180$) (Figura 17).

Figura 17: Efeito moderador dos valores políticos de Patriotismo Cego na relação entre normatividade do alvo e o Apoio no Brasil.



Na amostra brasileira, também houve um efeito significativo para a interação entre a ideologia do alvo e a dimensão de Patriotismo Cego ($F(1, 179) = 22.33, p < 0.001$). As diferenças entre as médias foram significativas ($p < 0.001$) apenas na condição de baixa adesão a esses valores, sendo a candidata de Esquerda ($M = 4.0$; $DP = 0.163$) mais apoiada que a de Direita ($M = 2.37$; $DP = 0.164$) nessa situação. A Figura 18 apresenta esses dados:

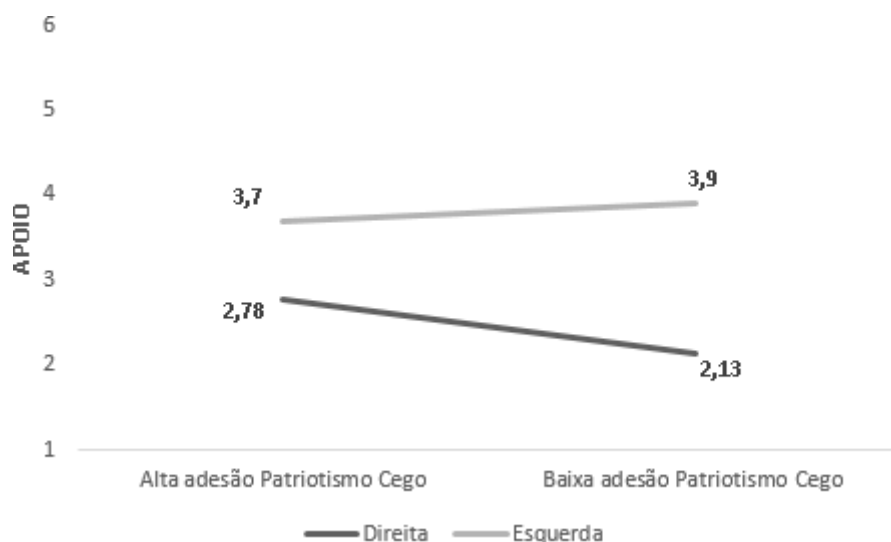
Figura 18: Efeito moderador do Patriotismo Cego na relação entre ideologia do alvo e o apoio no Brasil.



Na Espanha, não houve um efeito significativo para a interação entre a normatividade do alvo e a dimensão de Patriotismo Cego ($F(1, 180) = 0.073, p = 0.788$). Por outro lado, com relação à ideologia houve um efeito significativo para essa interação ($F(1, 180) = 10.71, p =$

0.001). O maior apoio à candidata de esquerda é estatisticamente significativo tanto na alta quanto na baixa adesão a esses valores ($p < 0.001$). Mas na baixa adesão essa diferença fica mais acentuada. Quanto menor a adesão a esses valores mais o participante rejeita a candidata de direita e apoia a de esquerda (Figura 19).

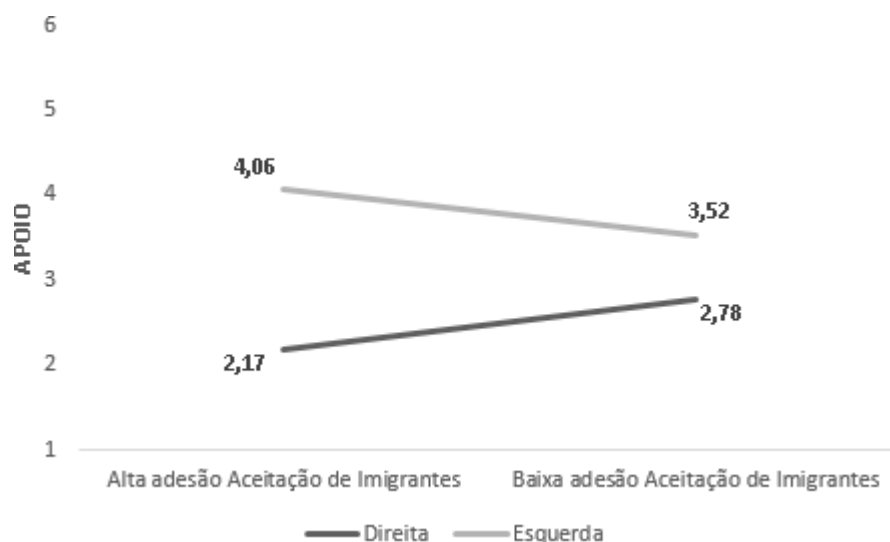
Figura 19: Efeito moderador do Patriotismo Cego na relação entre Ideologia do alvo e o apoio na Espanha.



Aceitação de Imigrantes

Por fim, quanto aos valores políticos de Aceitação de Imigrantes, na amostra brasileira não houve efeito significativo nem considerando a interação com a ideologia do alvo ($F(1, 180) = 1.89, p = 0.171$), nem com relação à normatividade do alvo ($F(1, 180) = 2.85, p = 0.093$). Na Espanha, também não houve um efeito significativo para a interação entre a normatividade do alvo e a Aceitação de Imigrantes ($F(1, 181) = 1.87, p = 0.173$). Mas, houve um efeito significativo para a interação com a ideologia do alvo ($F(1, 181) = 21.27, p = 0.001$). O maior apoio à candidata de esquerda é estatisticamente significativo tanto na alta quanto na baixa adesão ($p < 0.001$), mas se acentua na alta adesão. Ou seja, quanto maior a adesão a esses valores mais o participante rejeita a candidata de direita e apoia a de esquerda (Figura 20).

Figura 20: Efeito moderador da Aceitação de Imigrantes na relação entre Ideologia do alvo e o apoio na Espanha.



Discussão

O objetivo deste estudo foi investigar o papel moderador dos Valores Políticos na relação entre normatividade, ideologia e apoio a uma candidata no Brasil e na Espanha. Inicialmente, os resultados indicaram que a congruência entre a identificação ideológica dos participantes e da candidata foi a principal explicação para o apoio. Mas, na amostra brasileira, houve também uma interação significativa entre a normatividade e a ideologia dos participantes (participantes de esquerda apoiaram mais a candidata contranormativa e os de Centro/Direita apoiaram mais a candidata normativa), o que não ocorreu entre os participantes da Espanha. Esse efeito da normatividade nos resultados brasileiros merece destaque, especialmente levando em consideração que a única norma manipulada foi a priorização da vida familiar, tendo a maternidade como característica saliente. Assim, uma candidata é discriminada pelo simples fato ser mãe ou optar por não ter filhos.

Observamos também o já esperado papel moderador dos Valores Políticos (Lei e Ordem; Moralidade Tradicional; Igualdade; Intervenção Militar; Livre Iniciativa; Liberdades Civas; Patriotismo Cego e Aceitação de Imigrantes) na relação entre a ideologia da candidata e o apoio. Essa relação segue o mesmo padrão no Brasil e na Espanha. Por exemplo, a alta adesão aos valores de Igualdade determina maior apoio à candidata de esquerda. Na mesma direção, a

candidata de esquerda tende a receber maior apoio na condição de baixa adesão a valores mais conservadores, como Lei e Ordem, Moralidade Tradicional e Patriotismo Cego.

Os únicos fatores que apresentaram padrões diferentes entre os países foram: Liberdades Civis e Aceitação de Imigrantes. Eles moderaram a relação entre a ideologia da candidata e o apoio apenas na Espanha. Essa diferença provavelmente está relacionada ao contexto histórico e cultural dos dois países. O debate sobre a aceitação de imigrantes, por exemplo, é muito mais presente na realidade espanhola. Além disso, esses dois valores políticos apresentaram menor consistência interna na amostra brasileira (Alfa de *Cronbach* de 0.51 para Liberdades Civis; e 0.36 para Aceitação de Imigrantes).

Com relação à normatividade, também observamos um papel moderador dos valores políticos, mas isso ocorre apenas na amostra brasileira. Entre participantes do Brasil, o padrão observado é o de que na condição de maior adesão a valores conservadores, como Lei e Ordem, Moralidade Tradicional e Patriotismo Cego, os participantes apresentaram mais apoio à candidata normativa. Esse padrão era esperado nas nossas hipóteses, visto que pesquisas empíricas têm evidenciado uma reação negativa contra as mulheres líderes que apresentam características consideradas contra estereotípicas ou contranormativas (Brescoll & Uhlmann, 2008; Okimoto & Brescoll, 2010; Rudman, 1998). Sendo que as mulheres em papéis de liderança de certa forma já desviam das prescrições estereotípicas, porque o papel de líder e o papel de gênero são considerados incongruentes (Eagly & Karau, 2002).

No entanto, nos resultados da amostra espanhola, o fato de a mulher desviar da norma da maternidade não impacta o apoio a sua candidatura, mesmo considerando a posição ideológica e os valores aos quais o participante adere. Assim, na Espanha, o peso da ideologia parece ser menor na aceitação de uma “nova” normatividade. Para pensar essas diferenças entre Brasil e Espanha, fatores como o grau de organização dos movimentos feministas, ou o

desempenho dos países com relação à igualdade de gênero precisam ser considerados (Pereira, Álvaro, & Garrido, 2016).

Como vimos, a Espanha atualmente ocupa a 15ª posição enquanto o Brasil é o 108º no *ranking* relacionado à paridade de gênero na política (Fórum Econômico Mundial, 2021). E, em 2020, o Brasil ainda era o país da América do Sul com a menor proporção de mulheres exercendo mandato parlamentar (IBGE, 2021). Essa diferença entre os países justifica, inclusive, a necessidade de estudos comparativos como este.

Nessa direção, a maior presença feminina na vida pública pode explicar a ausência de efeito da normatividade no caso espanhol. Esse cenário social mais igualitário pode atuar no enfraquecimento de certas crenças estereotipadas sobre as mulheres, mesmo entre pessoas que apresentam maior adesão a valores conservadores, como Moralidade Tradicional. Os avanços do país na igualdade de gênero podem gerar, portanto, maior aceitação de lideranças femininas abrangentes e plurais, nas quais as normas de gênero podem não interferir de forma tão determinante. O que não ocorre em condições de menor avanço com relação à igualdade de gênero, como no contexto brasileiro.

Por outro lado, como utilizamos apenas a norma da maternidade para definição da normatividade da candidata neste estudo, é importante considerar que as crenças sobre o que é e o que não é normativo podem ser diferentes no Brasil e na Espanha. A ideia de normatividade ou contranormatividade evolui ao longo da história e dependendo do contexto cultural e social a que nos referimos. Assim, a manipulação experimental pode não ter sido sensível o suficiente para mensurar o impacto da normatividade na realidade espanhola.

Possivelmente, aquilo que hoje ainda é considerado normativo para uma mulher no Brasil (norma da maternidade) pode não ter mais a mesma força no contexto espanhol. Sendo assim, em estudos futuros, testar o impacto da normatividade com base em outras normas, como

a crença de que as mulheres são mais emocionais, aspecto que tem recebido pouca atenção de estudiosos (Brescoll, 2016), poderia gerar resultados distintos.

Ademais, destacamos que o estudo contou com participantes majoritariamente de esquerda, em função da dificuldade em recrutar participantes de direita, em ambos os países. No Brasil, especialmente, a questão da identificação ideológica é bastante complexa. De acordo com uma pesquisa do Instituto Datafolha, sobre o perfil ideológico, publicada em 2017, os brasileiros demonstram dificuldades em opinar sobre uma série de temas comportamentais e econômicos que permitem posicioná-los dentro do espectro político clássico, sendo que a posição de centro, especialmente centro-direita abrangia mais de 30% dos brasileiros. Diante disso, embora essa diferença não tenha inviabilizado as análises e comparação entre os dados, consideramos que uma amostra mais heterogênea com relação ao posicionamento ideológico poderia possibilitar a compreensão de outros aspectos relacionados à questão.

Como direcionamentos para estudos e possibilidades futuras, sugerimos que os Valores Políticos sejam considerados em pesquisas e propostas de intervenção que visem alcançar a igualdade de gênero no âmbito da política. Especialmente em países como o Brasil, em que a disparidade de gênero nesse âmbito ainda é acentuada e estratégias como a lei de cotas não parecem surtir o efeito esperado. Outras variáveis como o Autoritarismo de Direita ou a Orientação à Dominação Social também poderiam ajudar a entender as diferenças na população quanto ao apoio à participação política das mulheres. E, por isso, também podem ser consideradas em estudos futuros.

Por fim, destacamos que a relevância do presente estudo reside, especialmente, na possibilidade de identificação do papel dos Valores Políticos, variáveis que desenvolvem ou refinam a análise sobre o impacto dos aspectos ideológicos no apoio a uma candidatura. Com isso, discute-se que, ao receber apoio político, uma candidata representa não apenas valores ou interesses individuais, mas, sobretudo, os valores políticos que um conjunto de eleitores adere.

Lista de referências

- Albuquerque, I. M., Torres, A. R. R., Estramiana, J. L. A., & Garrido Luque, A. (2020). Psychosocial Processes of Discrimination Against Women in the Workplace. *Revista Colombiana de Psicología*, 29(2), 13-24. Epub October 20, 2020. <https://doi.org/10.15446/rcp.v29n2.80004>
- Baron, R. M., & Kenny, D. A. (1986). The moderator–mediator variable distinction in social psychological research: Conceptual, strategic, and statistical considerations. *Journal of personality and social psychology*, 51(6), 1173. <https://doi.org/10.1037//0022-3514.51.6.1173>
- Bester, G. M. (2016). A luta sufrágica feminina e a conquista do voto pelas mulheres brasileiras: aspectos históricos de uma caminhada. *Revista argumenta*, (25), 327. <http://dx.doi.org/10.35356/argumenta.v0i25.907>
- Black, P. U. V. (2011). Valores humanos fundamentais, valores políticos centrais e voto. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de psicologia da Universidade de Brasília – Brasília. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/10128>
- Bobbio, N., Matteucci, N., & Pasquino, G. (1998). Dicionário de Política. vol. 1. *Brasília: Editora Universidade de Brasília*, 674.
- Borges, A., & Vidigal, R. (2018). Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. *Opinião Pública*, 24, 53-89. <https://doi.org/10.1590/1807-0191201824153>
- Brescoll, V. L., Okimoto, T. G., & Vial, A. C. (2018). You've come a long way... maybe: How moral emotions trigger backlash against women leaders. *Journal of Social Issues*, 74(1), 144-164. <https://doi.org/10.1111/josi.12261>

- Carli, L. L., & Eagly, A. H. (2016). Women face a labyrinth: An examination of metaphors for women leaders. *Gender in Management: An International Journal*.
<https://doi.org/10.1108/GM-02-2015-0007>
- Cialdini, R. B., & Trost, M. R. (1998). Social influence: Social norms, conformity and compliance.
- Eagly, A. H. (2018). Some leaders come from nowhere: Their success is uneven. *Journal of Social Issues*, 74(1), 184-196. <https://doi.org/10.1111/josi.12263>
- Eagly, A. H., & Karau, S. J. (2002). Role congruity theory of prejudice toward female leaders. *Psychological review*, 109(3), 573. <https://doi.org/10.1037/0033-295X.109.3.573>
- Eagly, A. H., Makhijani, M. G., & Klonsky, B. G. (1992). Gender and the evaluation of leaders: A meta-analysis. *Psychological bulletin*, 111(1), 3. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.111.1.3>
- Eagly, A. H., & Wood, W. (2012). Social role theory. *Handbook of theories in social psychology*, 2, 458-476. <https://doi.org/10.4135/9781446249222.n49>
- Garcia, L. H. B. (2011). Izquierdas y derechas, modelo ideológico y teoría del votantemedio. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, (2011-12).
- Garcia-Blanco, I., & Wahl-Jorgensen, K. (2012) The Discursive Construction of Women Politicians in the European Press, *Feminist Media Studies*, 12(3), 422-441.
<http://dx.doi.org/10.1080/14680777.2011.615636>
- Garrido-Luque, A., Álvaro-Estramiana, J. L., & Torres, A. R. R. (2018). Estereotipos de género, maternidad y empleo: un análisis psicosociológico. *Pensando Psicología*, 14(23), 2382-3984. <https://doi.org/10.16925/pe.v14i23.2261>
- Guadagno, R. E., & Cialdini, R. B. (2007). Gender differences in impression management in organizations: a qualitative review. *Sex Roles*, 56(7), 483-494.
<https://doi.org/10.1007/s11199-007-9187-3>

- Hajnal, Z., & Trounstein, J. (2014). What underlies urban politics? Race, class, ideology, partisanship, and the urban vote. *Urban Affairs Review*, 50(1), 63-99. <https://doi.org/10.1177/1078087413485216>
- Rudman, L. A. (1998). Self-promotion as a risk factor for women: the costs and benefits of counterstereotypical impression management. *Journal of personality and social psychology*, 74(3), 629. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.74.3.629>
- Iyengar, S., Sood, G., & Lelkes, Y. (2012). Affect, not ideology a social identity perspective on polarization. *Public opinion quarterly*, 76(3), 405-431. <https://doi.org/10.1093/poq/nfs038>
- Fórum Econômico Mundial. (2021). *Global Gender Gap Report*. Recuperado em 20 de setembro, 2021 do Fórum Econômico Mundial: <https://www.weforum.org/>
- Krook, M. L. (2018). Violence against women in politics: A rising global trend. *Politics & Gender*, 14(4), 673-675. <https://doi.org/10.1017/S1743923X18000582>
- Navas, A. P., & Costa, I. G. (2017). Da casa ao congresso-a inserção das mulheres na política partidária: ações afirmativas para inclusão feminina nos parlamentos. *Revista Quaestio Iuris*, 10(4), 2904-2925. <https://doi.org/10.12957/rqi.2017.27854>
- Okimoto, T. G., & Brescoll, V. L. (2010). The price of power: Power seeking and backlash against female politicians. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 36(7), 923-936. <https://doi.org/10.1177/0146167210371949>
- Pereira, M. E., Álvaro, J. L., & Garrido, A. (2016). Procesos de esencialización de hombres y mujeres: un estudio comparado Brasil-España. *Anales de Psicología*, 32(1), 190-198. <https://dx.doi.org/10.6018/analesps.32.1.190841>
- Sarmiento, G., & Petró, G. (2020, 07 de novembro). Kamala Harris faz 1º discurso como vice-presidente eleita dos Estados Unidos. Disponível em:

<https://g1.globo.com/mundo/eleicoes-nos-eua/2020/noticia/2020/11/07/kamala-harris-faz-1o-discurso-como-vice-presidente-dos-estados-unidos.ghtml>

Schwartz, S. H., Caprara, G. V., & Vecchione, M. (2010). Basic personal values, core political values, and voting: A longitudinal analysis. *Political psychology*, 31(3), 421-452. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9221.2010.00764.x>

Schwartz, S. H., Caprara, G. V., Vecchione, M., Bain, P., Bianchi, G., Caprara, M. G., ... & Zaleski, Z. (2014). Basic personal values underlie and give coherence to political values: A cross national study in 15 countries. *Political Behavior*, 36(4), 899-930. <https://doi.org/10.1007/s11109-013-9255-z>

Suppes, A. (2020). Do women need to have children in order to be fulfilled? A system justification account of the motherhood norm. *Social Psychological and Personality Science*, 11(7), 999-1010. <https://doi.org/10.1177/1948550620909728>

Viana, H. A., Torres, A. R.R., & Estramiana, J. L. A. (2020). Egalitarian men: stereotypes and discrimination. *Acta Colombiana de Psicología*, 23(2), 111-128. <https://doi.org/10.14718/ACP.2020.23.2.6>

DISCUSSÃO GERAL

A presente tese teve como objetivo analisar a relação entre a representação social da mulher e o apoio a uma candidatura feminina, considerando especificamente o impacto da normatividade e da ideologia no apoio a uma mulher na política, no Brasil e na Espanha. Portanto, este trabalho parte de uma reflexão teórica que propõe uma relação entre a representação social da mulher e a persistente desigualdade de gênero que impacta a vida feminina nos mais diversos âmbitos. Sabe-se que a manutenção de determinada representação social da mulher foi, e ainda é, necessária para reproduzir as prescrições da ordem moral e os valores hegemônicos em uma sociedade dominada por homens. Essa representação é ambivalente na medida em que tem, por um lado, a imagem de uma mulher idealizada como símbolo de fecundidade, maternidade e pureza e, por outro, como marca de desvio e marginalidade (Álvaro & Fernández, 2006). O cumprimento ou o desvio dessa norma do que seria uma “boa mulher” pode ser relacionada a questões sociais complexas, tais como a violência de gênero ou sub-representação feminina nos espaços de poder.

Nesta tese, delimitamos a política como cenário de investigação dos estudos empíricos. Essa escolha decorre da ideia defendida pela ONU mulheres (2019) de que o avanço na igualdade de gênero na política seria capaz de possibilitar avanços mais significativos nas oportunidades femininas também em outros contextos. Em contrapartida, esse é o índice que menos avança em direção ao fechamento das lacunas de gênero em todo o mundo (Fórum Econômico Mundial, 2021). Diante disso, a consecução dos artigos que compõem esta tese visava uma articulação entre conceitos e teorias da Psicologia Social para análise do apoio a uma representação feminina na política.

O trabalho foi apresentado em duas seções (Marco Teórico e Artigos Empíricos). A Seção I foi desenvolvida em duas partes, a primeira é uma introdução geral ao problema de pesquisa, justificativa, principais conceitos (estereótipos, papéis de gênero, normas sociais,

sexismo, ideologia, valores políticos) e as lacunas identificadas na literatura. A segunda parte, por sua vez, é formada por um artigo teórico complementar (Artigo 1), que consiste em uma revisão sistemática da literatura científica sobre representações sociais da mulher.

Já a seção II foi formada por duas partes, sendo cada uma composta por um artigo empírico. Esses artigos derivaram de um mesmo estudo, realizado no Brasil e na Espanha, países que se encontram em estágios diferentes frente ao objetivo da paridade de gênero na política. No primeiro (Artigo 2), demos ênfase ao papel moderador do sexismo e no segundo (Artigo 3) enfatizamos o papel moderador dos valores políticos na relação entre normatividade, ideologia e apoio a uma candidata. De modo integrado, cada um desses artigos colabora para o atendimento ao objetivo geral da tese.

A proposta da revisão sistemática (Artigo 1) partiu do entendimento de que a produção científica é um campo fundamental na construção do conhecimento, pois é por meio dela que os resultados de pesquisas, novos conceitos e teorias transitam e são apropriadas (Alves, 2020). Assim, embora estivesse restrita à realidade do Brasil (com uma ampliação para a América Latina em função das características das bases de dados escolhidas), essa revisão foi associada aos achados de outros estudos (Álvaro & Fernández, 2006; Garrido et al., 2018; Suppes, 2020) e serviu de base para a construção do cenário experimental apresentado nos artigos empíricos. O trabalho analisou publicações científicas sobre representações sociais da mulher no Brasil e América Latina, considerando para essa análise os objetivos de estudos embasados na Teoria das Representações Sociais (TRS) a fim de identificar os principais temas e contextos nos quais eles têm sido realizados. Os resultados evidenciaram dois núcleos principais: por um lado, temas tipicamente associados ao feminino, como maternidade, por outro, contextos não aprovados socialmente ou contranormativos, como a prostituição, ou ainda, a infertilidade.

Em síntese, concluímos que a referida imagem ambivalente da mulher é baseada, principalmente, na normatividade. E a norma da maternidade ocupa uma posição central entre

as temáticas atualmente investigadas na literatura científica brasileira. Por isso, no cenário experimental, proposto nos artigos seguintes, manipulamos essa norma. Em uma condição, a candidata alvo era mãe e, na outra, ela optou por não ter filhos. Além disso, ressaltamos que as pesquisas na área investigavam, majoritariamente, espaços normativos ou comumente ocupados pelas mulheres, como profissões de cuidado em saúde e situações de violência de gênero. Essa prevalência de temas normativos como objeto de pesquisa também sinaliza uma lacuna na literatura. Não foram encontrados estudos, por exemplo, sobre a representação social da mulher em espaços de liderança política. Assim, também em função dessa lacuna, os artigos seguintes da tese foram centrados na representação de mulheres na política e fatores psicossociais subjacentes a essa questão.

No Artigo 2, contextualizamos com evidências de que as mulheres enfrentam mais desafios e precisam se esforçar mais que os homens para demonstrar as qualidades compreendidas como necessárias à liderança (Carli & Eagly, 2016; Eagly, 2018; Eagly, et al., 1992; López-Zafra, et al., 2014; Okimoto & Brescoll, 2010; Prentice & Carranza, 2002). Além disso, qualquer desvio das expectativas normativas para seu comportamento pode implicar em sanções às mulheres (Guadagno & Cialdini, 2007). Com isso, questionamos se ter uma posição normativa, com base na norma da maternidade, levaria a um maior ou menor apoio a uma candidata. Como a identificação ideológica tem sido um fator determinante na tomada de decisão na política (Borges & Vidigal, 2018; Garcia, 2011; Hajnal & Trounstone, 2014) inserimos essa variável na análise. E, enquanto importante fator subjacente à discriminação, investigamos também o papel moderador do sexismo nesse âmbito (Connor et al., 2017; Glick & Fiske, 2001; Okimoto & Brescoll, 2010).

Desse modo, o objetivo do Artigo 2 foi investigar o impacto do posicionamento ideológico e da normatividade no apoio a uma candidata, analisando o papel moderador do sexismo nessa relação, no Brasil e na Espanha. Promovemos uma comparação entre os países,

pois, embora o domínio masculino permaneça uma realidade global, tendências gerais em direção à igualdade variam em função do contexto cultural (Connor et al., 2017). Em conjunto, os resultados indicaram que o posicionamento no eixo esquerda-direita é o principal determinante do apoio à candidata nos dois países. Na amostra brasileira, a ideologia dos participantes também se relaciona com a normatividade na determinação do apoio. Por outro lado, na amostra espanhola, o fato de a mulher desviar dos papéis de gênero não parece afetar o apoio a sua candidatura, mesmo quando consideramos a ideologia do participante.

Os resultados indicaram ainda o papel moderador do sexismo nessa relação, especialmente no Brasil, onde houve maior endosso às ideologias sexistas. Quando os participantes tinham alta adesão ao sexismo apoiavam igualmente a candidata de esquerda ou de direita. Por outro lado, aqueles que apresentaram baixa adesão ao sexismo apoiaram mais a candidata de esquerda e rejeitaram mais a de direita. Houve, portanto, um fortalecimento da relação entre ideologia e apoio quando as pessoas aderiam menos à ideologia sexista. À luz desses resultados, discutimos que o apoio à incorporação das mulheres representa um avanço na igualdade de gênero, mas não necessariamente na redução das desigualdades sociais. Pois, esse apoio varia em função de características da candidata, daqueles que a avaliam, bem como da relação entre ambos.

Assim, na amostra brasileira, o fato de a mulher ser mãe faz com que alguns participantes (aqueles que se posicionam à esquerda no espectro político) apoiem menos a candidata. Do mesmo modo, a candidata que optou por não ter filhos também sofre desvantagens quando avaliada por participantes mais localizados ao centro ou à direita no espectro político. Contudo, esse efeito não aparece na amostra espanhola, o que indica que aquilo que é considerado normativo no Brasil pode não ser na Espanha. Isso acontece porque a ideia de normatividade ou contranormatividade evolui ao longo da história, dependendo do contexto cultural e social a que nos referimos.

Não obstante, a pesquisa também identificou que o papel desempenhado pelos valores políticos na relação entre normatividade, ideologia e valores políticos. Partindo da mesma manipulação experimental, no Artigo 3, investigamos o papel moderador dos Valores Políticos nessa relação, no Brasil e na Espanha. Os resultados no Brasil indicaram que houve moderação de valores como Lei e Ordem e Moralidade Tradicional na relação entre normatividade e apoio, o que não ocorre entre os participantes da Espanha. Por outro lado, valores políticos como Igualdade e Livre Iniciativa parecem refinar a análise sobre os aspectos ideológicos, explicando a direção e a força da relação entre ideologia e apoio à candidata nos dois países.

Assim, os resultados reforçam que a normatividade não apresenta impacto no apoio à candidata na Espanha, mesmo quando consideramos os valores políticos aos quais o participante adere. Ou seja, na Espanha, mesmo aqueles participantes que apresentaram maior adesão a valores conservadores, como a Moralidade Tradicional ou Lei e Ordem, não apresentaram diferenças estatisticamente significativas no apoio em função da candidata ser mãe ou optar por não ter filhos. O que pode estar relacionado ao maior avanço espanhol nos diversos índices referentes à igualdade de gênero, bem como a diferenças históricas e culturais entre os dois países, como o grau de organização dos movimentos feministas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados nesses artigos confirmaram a hipótese principal desta tese: há relação entre a representação social da mulher e sua presença na política, sendo que a normatividade e a ideologia atuam no apoio a uma candidatura feminina, variando sua expressão a depender das características e peculiaridades do contexto cultural. Ademais, ao endereçar fatores psicossociais envolvidos no apoio a uma mulher na política (sexismo, valores políticos, etc.), esses artigos adicionam elementos à compreensão do apoio a uma liderança feminina, suscitando discussões sobre o que (ou quem) uma mulher na política representa.

A tese apresenta também limitações, principalmente em função do contexto em que foi desenvolvida. A pandemia de Covid-19 gerou, por exemplo, dificuldades no recrutamento de participantes. Como toda coleta precisou ser realizada de forma virtual, muitas pessoas não concluíam sua participação, respondendo apenas parte do questionário. Com isso, não foi possível balancear a amostra com base no auto posicionamento ideológico dos participantes que, por esse viés amostral, foram majoritariamente de esquerda. Para viabilizar as análises e a comparação entre os resultados nos dois países, foi preciso categorizar a amostra em: Esquerda e Centro/Direita. Sugerimos que estudos futuros alcancem uma amostra mais heterogênea do ponto de vista ideológico, o que pode ampliar a compreensão do apoio a uma mulher na política.

Com esta tese, destacamos também a necessidade de pesquisas que investiguem não apenas os temas tipicamente atribuídos às mulheres ou normativos. Como vimos, a delimitação do objeto contribui para a própria construção de como ele é visto e vivenciado socialmente (Berger & Luckmann, 1974). Assim, a ausência de problematização acerca dos objetivos ou temas de estudo podem levar à reprodução de uma lógica sexista, que mantém as mulheres presas a determinados espaços e estereótipos, dentro da própria produção científica.

Por fim, ao considerar o contexto social de dois países distintos (Brasil e Espanha), a tese possibilita uma discussão sobre o impacto dos avanços na igualdade de gênero com base em evidências empíricas. Com isso, é possível questionar os mitos de diversidade e a incorporação da mulher na política como entidade abstrata, pois o aumento quantitativo na representação política feminina por si só não “resolve” todos os problemas. Para isso, é necessário considerar muitas variáveis importantes, como a classe social ou a ideologia da candidata. A maior participação de mulheres na política não garante, necessariamente, avanços em direitos sociais que contemplem todas as mulheres, pois, infelizmente, nem toda mulher na política representa aqueles que acreditam em uma sociedade igualitária.

ANEXOS

ANEXO A: Instrumentos utilizados nos Estudos descritos no Capítulo 1 e 2**INSTRUMENTO BRASIL****Cenário experimental:**

1. **Normativa de direita:** A candidata Maria Alves da Costa iniciou sua carreira política como vereadora e, posteriormente, foi eleita também como deputada estadual. Na eleição em que concorreu a esse cargo foi uma das pessoas mais votadas em seu estado. Maria é mãe de 4 filhos e, apesar de ter uma intensa atividade política, sempre priorizou sua vida familiar e o cuidado dos filhos. Como deputada, sempre defendeu temas referentes à economia e mercado de trabalho. Nas próximas eleições, ela pretende se candidatar a deputada federal por um partido de direita ao qual é filiada.
2. **Normativa de esquerda:** A candidata Maria Alves da Costa iniciou sua carreira política como vereadora e, posteriormente, foi eleita também como deputada estadual. Na eleição em que concorreu a esse cargo foi uma das pessoas mais votadas em seu estado. Maria é mãe de 4 filhos e, apesar de ter uma intensa atividade política, sempre priorizou sua vida familiar e o cuidado dos filhos. Como deputada, sempre defendeu temas referentes à saúde da família e educação básica. Nas próximas eleições, ela pretende se candidatar a deputada federal por um partido de esquerda ao qual é filiada.
3. **Contranormativa de direita:** A candidata Maria Alves da Costa iniciou sua carreira política como vereadora e, posteriormente, foi eleita também como deputada estadual. Na eleição em que concorreu a esse cargo foi uma das pessoas mais votadas em seu estado. Maria escolheu não ter filhos, tem uma intensa atividade política e sempre priorizou sua vida profissional. Como deputada, sempre defendeu temas referentes à economia e mercado de trabalho. Nas próximas eleições, ela pretende se candidatar a deputada federal por um partido de direita ao qual é filiada.

- 4. Contranormativa de esquerda:** A candidata Maria Alves da Costa iniciou sua carreira política como vereadora e, posteriormente, foi eleita também como deputada estadual. Na eleição em que concorreu a esse cargo foi uma das pessoas mais votadas em seu estado. Maria escolheu não ter filhos, tem uma intensa atividade política e sempre priorizou sua vida profissional. Como deputada, sempre defendeu temas referentes à saúde da família e educação básica. Nas próximas eleições, ela pretende se candidatar a deputada federal por um partido de esquerda ao qual é filiada.

Questões que compõem a variável dependente “Apoio”:

1. Eu votaria nessa candidata
2. As propostas da candidata beneficiariam pessoas como eu:
3. Eu pediria a meus amigos que votassem nesta candidata:
4. Eu me engajaria na campanha dela distribuindo panfletos nas ruas:
5. Se pudesse, eu faria doações financeiras para custear a campanha dessa candidata:
6. Acredito que uma candidata com este perfil cumpriria suas promessas:
7. Eu poderia fazer críticas a uma candidata com esse perfil

Inventário de Sexismo Ambivalente:

1. Um homem não se sente completo sem o amor de uma mulher (B).
2. Em nome da igualdade, as mulheres procuram privilégios (H)
3. Em catástrofes, mulheres devem ser resgatadas primeiro (B).
4. Mulheres interpretam ações inocentes como sendo sexistas (H)
5. Mulheres se ofendem muito facilmente (H)
6. Ninguém é feliz sem ter um(a) companheiro(a) (B)
7. Feministas procuram que as mulheres tenham mais poder (H)
8. Mulheres têm pureza que poucos homens possuem (B)
9. Mulheres devem ser queridas e protegidas por homens (B)

10. Mulheres não dão valor a tudo o que os homens fazem por elas (H).
11. Mulheres procuram poder controlando aos homens (H).
12. Todo homem deve ter uma mulher a quem amar (B).
13. Um homem está incompleto sem uma mulher (B)
14. Mulheres exageram problemas que têm no trabalho (H)
15. Uma mulher procura controlar ao homem comprometido com ela (H).
16. Mulheres alegam discriminação em derrotas justas (H).
17. Uma boa mulher deve ser posta no pedestal por seu companheiro (B).
18. Mulheres atraem sexualmente e depois rejeitam aos homens (H)
19. Mulheres têm maior sensibilidade moral que os homens (B).
20. Homens devem prover segurança econômica a mulheres (B).
21. Feministas fazem demandas irracionais aos homens (H).
22. Mulheres são mais refinadas e têm melhor bom gosto (B).

Escala de Valores Políticos Centrais- Brasil

Livre Iniciativa

1. Seria uma boa ideia privatizar todas as empresas públicas;
2. Quanto menos governo se envolver com negócios e economia, melhor será o país.
3. Deveria haver mais incentivos para a iniciativa individual, mesmo que isso reduza a igualdade na distribuição da riqueza.
4. Todo o ensino médio e universitário deve ser privado e não controlado e apoiado pelo governo.

Moralidade Tradicional

5. Este país teria muito menos problemas se houvesse mais ênfase nos laços familiares tradicionais.
6. É extremamente importante defender nossos valores religiosos e morais tradicionais.
7. Os casais homossexuais devem ter os mesmos direitos que os casais heterossexuais.

8. O direito à vida deve ser garantido por lei desde o momento da concepção.
9. Estilos de vida mais recentes estão contribuindo para o colapso da nossa sociedade.

Igualdade

10. Se as pessoas fossem tratadas de forma mais igual neste país, teríamos muito menos problemas.
11. Nossa sociedade deve fazer o que for necessário para garantir que todos tenham oportunidades iguais de sucesso.
12. O governo deve fazer mais para garantir uma distribuição igualitária de recursos entre ricos e pobres.
13. O governo deve assumir a responsabilidade de fornecer assistência médica gratuita a todos os cidadãos.

Aceitação de Imigrantes

14. As pessoas que vêm morar aqui de outros países geralmente fazem do Brasil um lugar melhor para viver.
15. As pessoas que vêm morar aqui de outros países geralmente retiram empregos dos trabalhadores brasileiros.
16. As pessoas que vêm morar aqui de outros países geralmente tornam a vida cultural do Brasil mais rica.

Patriotismo Cego

17. É antipatriótico criticar este país.
18. É um dever de todos os cidadãos honrar o país.
19. Eu apoiaria meu país estando ele certo ou errado.

Liberdades Civis

20. É extremamente importante respeitar a liberdade dos indivíduos de ser e acreditar no que eles querem.
21. O mais importante para o nosso país é defender as liberdades civis.

22. O direito à liberdade individual é inviolável e deve ser mantido a todo custo.

Intervenção Militar

23. Ir à guerra é às vezes a única solução para problemas internacionais.

24. A guerra nunca é justificada.

25. O Brasil deve contribuir com forças para esforços internacionais de manutenção da paz.

26. O Brasil deve se juntar a outras nações democráticas no envio de tropas para combater perigosos regimes.

27. Qualquer ato é justificado para combater o terrorismo.

Lei e Ordem

28. Devem ser promovidas medidas políticas para aumentar a segurança neste momento, mesmo que isso signifique sacrificar a liberdade dos cidadãos.

29. A polícia deveria ter mais poderes para poder nos proteger melhor contra o crime.

30. Deve haver limites à liberdade de expressão das pessoas que ameaçam a sociedade.

31. O mais importante para o nosso país é manter a lei e a ordem.

32. É certo que o governo tome medidas restritivas sobre as liberdades civis para garantir a segurança dos cidadãos.

33. A ordem deve ser preservada a qualquer custo, mesmo que isso possa reduzir as liberdades.

34. Seria uma boa ideia limitar a liberdade de expressão se isso puder garantir mais ordem.

Dados sociodemográficos:

Gênero: Idade:

Cidade em que vive:

Qual a renda aproximada de sua família?

Curso e período:

Se posicione em função do seu grau de identificação ou simpatia em relação ao espectro político esquerda direita, sendo 1 (“extrema esquerda”), 5 e 6 (“Centro”) e 10 (“extrema direita”).

A candidata descrita tinha filhos?

INSTRUMENTO ESPANHA

Cenário experimental:

1. **Normativa de direita:** La candidata a diputada María García Rodríguez inició su carrera en la política como concejal y posteriormente como diputada al Parlamento Autonómico de su Comunidad. En las elecciones a las que concurrió consiguió ser una de las personas más votadas. María es madre de 4 hijos y, a pesar de tener una intensa vida política, siempre antepuso su vida familiar y el cuidado de los hijos a su carrera política. Como diputada siempre defendió la libertad económica, la educación concertada, la reducción de impuestos y la prisión permanente revisable. En las próximas elecciones, el partido de derechas en el que milita la ha elegido para presentarse como diputada al Congreso.
2. **Normativa de izquierda:** La candidata a diputada María García Rodríguez inició su carrera en la política como concejal y posteriormente como diputada al Parlamento Autonómico de su Comunidad. En las elecciones a las que concurrió consiguió ser una de las personas más votadas. María es madre de 4 hijos y, a pesar de tener una intensa vida política, siempre antepuso su vida familiar y el cuidado de los hijos a su carrera política. Como diputada siempre defendió el derecho a una sanidad y educación públicas y la igualdad entre hombres y mujeres, incluyendo derechos como el del aborto. En las próximas elecciones, el partido de izquierdas en el que milita la ha elegido para presentarse como diputada al Congreso.

3. **Contranormativa de direita:** La candidata a diputada María García Rodríguez inició su carrera en la política como concejal y posteriormente como diputada al Parlamento Autonómico de su Comunidad. En las elecciones a las que concurrió consiguió ser una de las personas más votadas. María escogió no tener hijos y siempre antepuso su carrera política a su vida familiar. Como diputada siempre defendió la libertad económica, la educación concertada, la reducción de impuestos y la prisión permanente revisable. En las próximas elecciones, el partido de derechas en el que milita la ha elegido para presentarse como diputada al Congreso.
4. **Contranormativa de esquerda:** La candidata a diputada María García Rodríguez inició su carrera en la política como concejal y posteriormente como diputada al Parlamento Autonómico de su Comunidad. En las elecciones a las que concurrió consiguió ser una de las personas más votadas. María escogió no tener hijos y siempre antepuso su carrera política a su vida familiar. Como diputada siempre defendió el derecho a una sanidad y educación públicas y la igualdad entre hombres y mujeres, incluyendo derechos como el del aborto. En las próximas elecciones, el partido de izquierdas en el que milita la ha elegido para presentarse como diputada al Congreso.

Questões que compõem a variável dependente “Apoio”:

1. No tendría inconveniente en votar por esta candidata
2. Las propuestas de la candidata me beneficiarían
3. Yo pediría a mis amigos que votasen en esta candidata
4. Yo me uniría a su campaña distribuyendo panfletos en las calles:
5. Si pudiera, yo daría dinero para costear la campaña de esta candidata:
6. Creo que una candidata con este perfil cumpliría sus promesas:
7. Yo podría hacer críticas a una candidata con este perfil:

Inventário de Sexismo Ambivalente:

1. Aun cuando un hombre logre muchas cosas en su vida, nunca podrá sentirse verdaderamente completo a menos que tenga el amor de una mujer (B);
2. Con el pretexto de pedir “igualdad”, muchas mujeres buscan privilegios especiales, tales como condiciones de trabajo que las favorezcan a ellas sobre los hombres (H);
3. En caso de una catástrofe, las mujeres deben ser rescatadas antes que los hombres (B);
4. La mayoría de las mujeres interpreta comentarios o conductas inocentes como sexistas, es decir, como expresiones de prejuicio o discriminación en contra de ellas (H);
5. Las mujeres se ofenden muy fácilmente (H);
6. Las personas no pueden ser verdaderamente felices en sus vidas a menos que tengan pareja del otro sexo (B);
7. En el fondo, las mujeres feministas pretenden que la mujer tenga más poder que el hombre (H);
8. Muchas mujeres se caracterizan por una pureza que pocos hombres poseen (B);
9. Las mujeres deben ser queridas y protegidas por los hombres (B);
10. La mayoría de las mujeres no aprecia completamente todo lo que los hombres hacen por ellas (H);
11. Las mujeres intentan ganar poder controlando a los hombres (H);
12. Todo hombre debe tener una mujer a quien amar (B);
13. El hombre está incompleto sin la mujer (B);
14. Las mujeres exageran los problemas que tienen en el trabajo (H);
15. Una vez que una mujer logra que un hombre se comprometa con ella, por lo general intenta controlarlo estrechamente (H);
16. Cuando las mujeres son vencidas por los hombres en una competencia justa, generalmente ellas se quejan de haber sido discriminadas (H);

17. Una buena mujer debería ser puesta en un pedestal por su hombre (B);
18. Existen muchas mujeres que, para burlarse de los hombres, primero se insinúan sexualmente a ellos y luego rechazan los avances de éstos (H);
19. Las mujeres, en comparación con los hombres, tienden a tener una mayor sensibilidad moral (B);
20. Los hombres deberían estar dispuestos a sacrificar su propio bienestar con el fin de proveer seguridad económica a las mujeres (B);
21. Las mujeres feministas están haciendo demandas completamente irracionales a los hombres (H);
22. Las mujeres, en comparación con los hombres, tienden a tener un sentido más refinado de la cultura y el buen gusto (B);

Escala de Valores Políticos Centrais- Espanha

Livre Iniciativa

1. Sería una buena idea privatizar todas las empresas públicas.
2. Cuanto menos el Gobierno se implique en la marcha de la economía, mejor será el país.
3. Debería haber más incentivos para la iniciativa individual, aunque esto reduzca la igualdad en la distribución de la riqueza.
4. Toda la enseñanza debe ser privada y no pública.

Moralidade Tradicional

5. Este país tendría muchos menos problemas si se protegiese más a la familia tradicional
6. Es extremadamente importante defender nuestros valores religiosos y morales tradicionales.
7. Las parejas homosexuales deben tener los mismos derechos que las parejas heterosexuales.
8. El derecho a la vida debe ser garantizado por ley desde el momento de la concepción
9. Nuevos estilos de vida están contribuyendo para el fin de nuestra sociedad

Igualdade

10. Si las personas fuesen tratadas de forma más igualitaria en este país, tendríamos mucho menos problemas.
11. Nuestra sociedad debe hacer todo lo que fuese necesario para garantizar que todos tengan las mismas oportunidades.
12. El Gobierno debe hacer más para garantizar una distribución igualitaria de recursos entre ricos y pobres
13. El Gobierno debe asumir la responsabilidad de proporcionar asistencia médica gratuita a todos los ciudadanos.

Aceitação de Imigrantes

14. Las personas que vienen a vivir aquí de otros países generalmente hacen de España un lugar mejor para vivir.
15. Las personas que vienen a vivir aquí de otros países generalmente quitan empleos de trabajadores españoles.
16. Las personas que vienen a vivir aquí desde otros países generalmente enriquecen la vida cultural de España.

Patriotismo Cego

17. Es antipatriótico criticar a este país.
18. Es un deber de todos los ciudadanos hablar bien de su país.
19. Yo siempre defenderé a mi país.

Liberdades Civis

20. Es muy importante respetar la libertad de las personas.
21. Lo más importante para nuestro país es defender las libertades y derechos individuales.
22. El derecho a la libertad individual es inviolable y debe ser mantenido siempre.

Intervenção Militar

- 23. Ir a la guerra es a veces la única solución para resolver problemas internacionales.
- 24. La guerra nunca está justificada.
- 25. España debe contribuir con toda su fuerza para mantener la paz en el mundo.
- 26. España debe unirse a otras naciones democráticas en el envío de tropas para combatir gobiernos que no respetan los derechos humanos.
- 27. Cualquier acto es justificado para combatir el terrorismo.

Lei e Ordem

- 28. Deberíamos incrementar la seguridad aun a costa de sacrificar la libertad de los ciudadanos.
- 29. La policía debería tener más poderes para poder protegernos mejor contra el crimen.
- 30. Debe haber límites a la libertad de expresión de las personas que amenazan a la sociedad.
- 31. Lo más importante para nuestro país es mantener la ley y el orden.
- 32. Es correcto que el Gobierno tome medidas restrictivas sobre las libertades y derechos individuales para garantizar la seguridad de los ciudadanos.
- 33. El orden debe ser preservado a cualquier costo, aunque esto pueda reducir las libertades.
- 34. Sería una buena idea limitar la libertad de expresión si esto pudiese garantizar más orden.

Dados sociodemográficos:

Género: Edad: Nacionalidad:

¿Cuáles son los ingresos aproximados de su familia?

¿Qué carrera haces y en qué y curso estás?

En asuntos de política, la gente habla de izquierdas y de derechas. ¿Dónde se situaría en la siguiente escala, independientemente de que le interese o no la política?

¿La candidata a diputada descrita al comienzo de este cuestionario tiene hijos?